



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
PÓS- GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

FLÁVIA REGINA FERNANDES SILVA

**GÊNERO E AGROECOLOGIA: ESTUDO DE CASO DE UMA ORGANIZAÇÃO
PRODUTIVA DE MULHERES CAMPONESAS EM LARANJEIRAS DO SUL
PARANÁ.**

LARANJEIRAS DO SUL

2016

FLÁVIA REGINA FERNANDES SILVA

**GÊNERO E AGROECOLOGIA: ESTUDO DE CASO DE UMA ORGANIZAÇÃO
PRODUTIVA DE MULHERES CAMPONESAS EM LARANJEIRAS DO SUL
PARANÁ.**

Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Josimeire Aparecida Leandrini

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Siomara Aparecida Marques

**LARANJEIRAS DO SUL
2016**

FLÁVIA REGINA FERNANDES DA SILVA

TÍTULO: "Gênero e Agroecologia: estudo de caso de uma organização produtiva de mulheres camponesas em Laranjeiras do Sul Paraná."

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, defendido em banca examinadora em 29/04/2016

Orientador (a): Profª Drª Josimeire Aparecida Leandrini

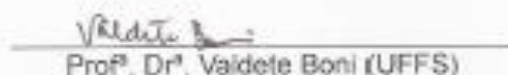
Aprovado em: 29/04/2016

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Josimeire Aparecida Leandrini (UFFS)


Profª Drª Siomara Aparecida Marques (UFFS)


Profª Drª Myriam Aldana Vargas Santin (UNOCHAPECÓ)


Profª Drª Valdete Boni (UFFS)

Laranjeiras do Sul/PR, abril de 2016

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Silva, Flávia Regina Fernandes

GÊNERO E AGROECOLOGIA: : ESTUDO DE CASO DE UMA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES CAMPONESAS EM LARANJEIRAS DO SUL PARANÁ./ Flávia Regina Fernandes Silva. -- 2016.

174 f.:il.

Orientadora: Josimeire Aparecida Leandrini.

Co-orientadora: Siomara Aparecida Marques.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

1. Mulheres. 2. Agricultura familiar e camponesa. 3. Agroecologia. 4. Gênero. 5. Identidade. I. Leandrini, Josimeire Aparecida, orient. II. Marques, Siomara Aparecida, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Dedico este trabalho aos grupos produtivos de mulheres nos quais pude contribuir e com os quais aprendi. Às agricultoras e aos agricultores do Acampamento Recanto da Natureza e ao Coletivo Regional de mulheres do MST e todas e todos aqueles(as) que junto a elas contribuem e lutam por um Brasil mais justo, soberano e solidário.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa percorrida nesse caminho a que me propus seguir na vida! Sei que esse caminho eu não percorri sozinha e nesse espaço quero deixar registrados minha alegria e agradecimento a Deus, Aquele que habita em cada um de nós, que proporcionou o feliz Encontro com cada uma das pessoas que contribuíram, seja com a história de vida em comunidade, a presença, sorriso, diálogos, sugestões, revisões, correções, e fez com que eu não estivesse sozinha nesse caminhar.

Agradeço às mulheres do grupo produtivo da agroindústria e às famílias do Acampamento Recanto da Natureza que abriram com satisfação as portas da agroindústria e de suas unidades produtivas familiares, se disponibilizaram para essa pesquisa e preencheram as páginas desta dissertação com luta, vida e trabalho. Ao Coletivo Regional de Gênero por permitir meu acompanhamento da realidade das mulheres rurais do território Cantuquiriguaçu/ PR, a possibilidade de dialogo e trocas com elas nos espaços da Escola de mulheres que é organizada por esse coletivo. Por manterem-se na luta por igualdade de gênero, pois sabem que o machismo e o patriarcado produzem amarras até mesmo dentro da luta de classes.

À minha orientadora, Josimeire, por ter apostado desde o começo nesse projeto de pesquisa, pela coragem de sair da sua zona de conforto e se aventurar a discutir gênero, um tema tão distante de sua especialidade de conhecimento, mas no qual conseguiu contribuir com longos debates que se tornaram corpo da construção desta dissertação. Obrigada pela contribuição objetiva, pelos momentos de troca, de conversa, de caronas e carinho ao me acompanhar nessa jornada! Principalmente, agradeço pela força para além da dor. Esse ensinamento de pura generosidade, levarei sempre comigo!

À minha co-orientadora, Siomara, por ter acolhido a proposta deste projeto de pesquisa antes mesmo que ele se tornasse oficialmente o projeto deste mestrado. Por lapidar o meu conhecimento sobre a discussão das relações sociais de gênero, de forma que a minha visão militante, se transformasse numa visão acadêmica, através das orientações, das virgulas, pontos e novas provocações. Por se fazer presente, inclusive em horas aulas e supervisão de estágio, para que eu conseguisse cumprir todos os créditos disciplinares exigidos para este programa de pós- graduação.

Agradeço aos colegas da turma, professores e técnicos administrativos do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da UFFS/ *Campus* Laranjeiras do Sul – especial ao Professor Gilmar Franzener, coordenador do curso - por

todo o acompanhamento ao longo desse projeto. Aos momentos de presença, conversa e diálogos e aos momentos de necessária ausência que também se fizeram importantes para a construção da minha autonomia e amadurecimento na vida acadêmica. Foi uma alegria tê-los como colegas, companheiros e mestres! Aproveito para agradecer aos Professores Manuela F. C. S. Pereira e Pedro I. Christofolli que também foram parte importante deste apoio.

Agradeço a meu companheiro, amigo, marido Eduardo pelo incentivo ao meu crescimento profissional, às longas discussões e contribuições que vieram da sua experiência local, por ter sido motorista, tabulador de gráficos, dos mapas, pelo seu interesse, quase científico – lhe falta o engenho - em contribuir nessa pesquisa, por ter assumido com naturalidade as tarefas domésticas e de cuidados com o nosso pequeno, provando que a família só tem a ganhar quando as divisões sociais e sexuais de trabalho são mais igualitárias. E, principalmente, pela compreensão, carinho e cuidado que demonstram a cada dia o tamanho do seu amor que só me fez bem nessa jornada. A meu pequeno filhote João Felipe pelo amor incondicional mesmo nas minhas ausências e momentos de mau-humor em que prazos e responsabilidades desse mestrado me deixavam de cara fechada. Mamãe amou cada beijinho que me ajudava a ficar com a cara feliz! Amo muito vocês!

Agradeço aos meus pais e irmãos e aos demais ‘parentes’ que são o alicerce da pessoa que sou hoje e que suportam – nos dois sentidos do suportar – meus medos aos desafios, meu crescimento profissional, pessoal e político. Aos *amigiunhozzz* que contribuíram tanto com a compreensão da realidade desta região, as dificuldades e avanços da assistência técnica de agroecologia no território e também das festas, risadas que foram dadas entre uma discussão e outra.

À CAPES pela bolsa de estudo que possibilitou essa pesquisa e ao mesmo tempo facilitou a formação de uma mulher, mãe de uma criança pequena, a fim de que não tivesse que aumentar mais uma atividade a já sobrecarregada rotina de trabalho feminina.

A todos e todas que embelezaram meu caminho, muito obrigada!

“” Se temos que esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade.”” (Cora Coralina).

RESUMO

Gênero e Agroecologia: estudo de caso de uma organização produtiva de mulheres camponesas em Laranjeiras do Sul Paraná.

A presente pesquisa analisa a importância da participação das mulheres camponesas em grupos produtivos, que adotam a agroecologia como estratégia de desenvolvimento local, a fim de se possibilitar maior inclusão da questão de gênero na discussão de desenvolvimento rural sustentável. Para a pesquisa foi utilizada uma metodologia estritamente qualitativa, caracterizada como um estudo de caso de um grupo de mulheres da Agroindústria do Acampamento Recanto da Natureza, localizado na área rural do município Laranjeiras do Sul no Estado do Paraná - Brasil. A coleta dos dados ocorreu em duas etapas distintas: uma etapa de observação direta do funcionamento do grupo e outra etapa de entrevistas a três mulheres participantes e seus respectivos cônjuges – escolhidas por sorteio - e às lideranças tanto do grupo de mulheres, quanto do grupo de agroecologia do acampamento e aconteceu entre os meses de maio a outubro de 2015. Análise dos dados foi feita a partir da proposta chamada método hermenêutico dialético, na qual a fala dos sujeitos é compreendida dentro de seu contexto social. Os dados levantados foram classificados em categorias de análise: agricultura familiar, agroecologia, relações sociais de gênero e identidade. A pesquisa evidencia que quanto mais a família e o grupo compreendem, discute e vivencia a agroecologia, mais ela tende a apresentar melhores divisões sexuais do trabalho e novos papéis sociais de homens e mulheres. Mas, a despeito desse avanço, ainda permanecem divisões desiguais e hierarquizadas entre os sexos. Sinaliza-se que a agroecologia sem a luta das mulheres por maiores espaços inclusive nas esferas decisórias e de poder pode não atingir toda a completude de uma mudança de paradigmas a que se propõe.

Palavras chaves: mulheres, agricultura familiar, agroecologia, gênero, identidade.

ABSTRACT

Gender and Agroecology: a case study of a productive organization of peasant women in Laranjeiras do Sul, Paraná.

This research analyzes the importance of the participation of rural women in productive groups, adopting agroecology as a local development strategy in order to enable greater inclusion of gender issues in the sustainable rural development discussion. In this research we used a strictly qualitative methodology, characterized as a case study of a group of women from Agroindustry of Recanto da Natureza, located in the country side of the city of Laranjeiras do Sul, in the state of Paraná - Brazil. The data collection occurred in two distinct stages: a stage of direct observation of the group's operation and a stage of interviews with three participant women and their spouses - chosen at random - and also with the leaders of both the women's group of Agroindustry and the agroecology group. The research took place between the months of May and October of 2015. The data analysis was made using the dialectical hermeneutical method, in which the speech of the subjects is understood within their social context. The data collected were classified into categories of analysis: family farming, agroecology, social relations of gender and identity. The research shows that the more the family and the group understand, discuss and experience the agroecology, the more likely they are to have better divisions of labor between genders and new social roles for men and women. But despite this progress, there are still unequal and hierarchical divisions between the genders. The study indicates that agroecology may not achieve all the completeness of the paradigm shift it proposes without the women's struggle for larger spaces, including in the decision-making and power spheres.

Key words: women, family farming, agroecology, gender, identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Resultados apresentados por Souza & Ramos (2012) quanto à proposição de um Índice Nacional da Desigualdade de Gênero (INDG) como resultado da dimensão de Participação Econômica e Oportunidades.....	56
Figura 1- Localização do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.....	58
Tabela 2- Níveis de escolaridade geral rural e urbana de pessoas com 10 anos ou mais.....	62
Figura 2 Representação gráfica da população economicamente ativa na Cantuquiriguaçu, comparando dados apresentados para os anos de 2000 e 2010.....	63
Figura 3 Representação gráfica da taxa de urbanização X ocupados sem rendimento na Cantuquiriguaçu.....	64
Figura 4. Representação gráfica da Demografia na Cantuquiriguaçu dados do ano 2010,	66
Figura 5 - Representação gráfica da pirâmide etária/ sexo no território da Cantuquiriguaçu, dados de 2010.....	67
Tabela 3 - Número de crianças em creches tanto na zona rural quanto na zona urbana no ano de 2010.....	70
Tabela 4 - Níveis de escolaridade pessoas de 10 anos ou mais no ano de 2010.....	70
Figura 6- Representação gráfica do Rendimento médio no território da Cantuquiriguaçu.....	72
Figura 7 - Representação gráfica sobre o emprego formal no território da Cantuquiriguaçu.....	73
Tabela 5 - Pessoas com 10 anos ou mais ocupadas por situação de domicílio e sexo....	74

Figura 8 - Localização geográfica de Laranjeiras do Sul – PR e do Acampamento Recanto da Natureza.....	78
Figura 9 - Organização dos grupos produtivos do Acampamento Recanto da Natureza.....	79
Figura 10 - Mulheres, agroindústria e a agroecologia.....	112
Figura 11 - Croqui do Acampamento Recanto da Natureza com demarcação de Reserva Legal e localização da Agroindústria.....	113
Figura 12- Equipes em dia de trabalho na Agroindústria.....	126
Figura 13 - Espaço físico da Agroindústria.....	128
Figura 14 - A produção de pães da Agroindústria	131

LISTA DE SIGLAS

- ATER – Assistência técnica e extensão rural
- CEAGRO – Centro de desenvolvimento sustentável e capacitação em agroecologia
- CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
- CREHNOR – Cooperativa de crédito rural de pequenos agricultores e da reforma agrária do Centro Oeste do Paraná
- IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
- IDG – Índice de desigualdade de gênero
- IDH – Índice de desenvolvimento humano
- IDHAD - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDG – Índice Nacional de Desigualdade de Gênero
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPM - Índice de Pobreza Multidimensional
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra
- NECOOP – Núcleo de estudos em Cooperativismo
- PAA- Programa de Aquisição de alimentos
- PEA- População economicamente ativa
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRV – Pastoreio Racional Voisin
- UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS	20
2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIÊNCIA E DA MODERNIDADE E SEUS REFLEXOS SOBRE A VIDA NO CAMPO	22
2.1	REFLEXOS DOS IDEIAIS MODERNOS NA CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE	22
2.2	A MODERNIZAÇÃO NO CAMPO.....	25
2.3	AGROECOLOGIA COMO CONTRAPONTO À AGRICULTURA MODERNA	31
2.4	A QUESTÃO DE GÊNERO NA MODERNIDADE: CONCEITO E DEBATES	36
2.4.1	Reflexos da modernidade nas relações de gênero no campo	38
2.4.2	Campesinato, agricultura familiar e relações de gênero: divisão social e sexual do trabalho no campo	44
2.5	PROCESSOS GRUPAIS E IDENTIDADE(S) EM FORMAÇÃO	49
3	O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU SOB A PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE GÊNERO	53
3.1	A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL E NO PARANÁ	54
3.2	O TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU.....	58
3.3	A QUESTÃO DE GÊNERO NO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU.....	65
4	FORMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AGROECOLÓGICA DO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA	77
4.1	A METODOLOGIA DA PESQUISA	77
4.2	O ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA: UM PASSO A FRENTE NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	86
4.2.1	A história do Acampamento Recanto da Natureza	87
4.2.2	A agricultura familiar e camponesa: sobre a divisão do trabalho	89
4.2.3	Acampamento e Grupo Produtivo da Agroindústria: rumo à prática agroecológica	96
4.3	A AGROINDÚSTRIA: A INCLUSÃO DAS MULHERES EM UM GRUPO PRODUTIVO DE CARÁTER AGROECOLÓGICO.....	108
5	O GRUPO DE MULHERES E A AGROECOLOGIA: RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE(S)	115
5.1	GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NOS ESPAÇOS DOMÉSTICO E NO ACAMPAMENTO.....	115
5.2	O GRUPO DE MULHERES DA AGROINDÚSTRIA RECANTO DA NATUREZA .	126
5.3	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES DO GRUPO DA AGROINDÚSTRIA DO RECANTO DA NATUREZA	139
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	156

APÊNDICE A - Roteiro de observação.....	167
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para as lideranças	168
APÊNDICE C - Formulário de entrevista familiar (questionário de análise de UPA – com ênfase às relações sociais de trabalho).....	169
APÊNDICE D -Roteiro de entrevista para mulheres do-grupo produtivo do campamento Recanto da Natureza	170
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com coordenador do grupo	171
APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	172
APÊNDICE G - Termo de consentimento para uso de imagem e voz.....	174

1 INTRODUÇÃO

A questão de gênero sempre perturbou a pesquisadora, talvez porque desde a infância já se indignava com as diferenças no tratamento que recebiam as meninas e os meninos da família, cabendo a elas a responsabilidade pelo auxílio na arrumação da casa enquanto os irmãos podiam jogar vídeo game, atrapalhando inclusive a limpeza da sala de estar. Por que as meninas têm a obrigação de cuidar da casa e os meninos não? Eles não têm dois braços como as meninas? Então, por que não? Era a dúvida infantil que ao longo dos anos foi amadurecendo e tomando corpo, desaguando nessa dissertação de mestrado que vem questionar principalmente: por que é difícil estabelecer relações igualitárias de gênero?

Enquanto psicóloga que atuou entre os anos de 2009 a 2012 na área de Assistência Social, em municípios predominantemente rurais da Cantuquiriguaçu, a pesquisadora deparou-se com situações que a deixavam perplexa sobre a condição de vida das mulheres, a maioria do público que frequentava e demandava auxílio da Secretaria Municipal de Assistência Social – já um indício de que as relações desiguais de gênero têm consequências graves às mulheres.

Eram situações que se apresentavam desde a pobreza, a fome reveladas na dificuldade de alimentar a família estando no meio rural e em assentamentos de reforma agrária, e mesmo assim não possuir sequer um espaço de horta, além de sofrerem violência doméstica.

O presente estudo nasceu, portanto, do desejo da pesquisadora em tentar entender e compreender as relações de gênero no meio rural que, na perspectiva da pesquisadora, se mostravam mais severas do que as percebidas no meio urbano. Há uma estrutura poderosa que rege essas relações, como a dominação patriarcal associada à dominação capitalista no campo, dificultando as possibilidades de defesa das mulheres à situação.

É sabido que as mulheres do campo sofrem violência e opressão de gênero que as coloca num lugar de muito isolamento, dependência e sofrimento. (SILIPRANDI, 2015). Ora aparecem em graves situações materiais, como pedidos para que as técnicas que atuavam na gestão local do Programa Bolsa Família mentissem ao cônjuge de que o benefício havia sido cortado, na tentativa de evitar o conflito familiar corriqueiro que a existência do benefício ocasionava na vida familiar, ou seja, do homem querer gerir

também essa pouca renda que a agricultora possuía e que era, em sua maioria, a garantia de compra de roupas e materiais escolares para as crianças. Ora a sua condição específica de mulher do campo aparecia em situações que envolviam questões da alma como quadros graves de profunda tristeza e depressão. Em todas elas, nos pedidos de apoio à Assistência social, o interlocutor se apresentava em uma figura só: a mulher, a pequena agricultora, a mulher do campo.

Embora a sociedade seja composta por mulheres e homens, rural e urbano, as relações entre essas categorias não são igualitárias. O contato entre elas se estruturou em um sistema andro e eurocêntrico, privilegiando o modo de vida urbano em detrimento do rural e subordinando mulher ao homem. Dessa maneira, a sociedade moderna brasileira está alicerçada numa estrutura patriarcal, na qual o que é masculino tem mais valor e poder do que o feminino – cultura machista – e o urbano é mais valorizado do que o rural - sinônimo de progresso.

Esses valores eurocêntricos são reconhecidos como superiores, em detrimento dos valores dos outros grupos culturais minoritários que também compõem a sociedade contemporânea, e aqui houve uma contribuição muito forte da ciência moderna – dita neutra – que ajudou na disseminação de ideias tais como a superioridade do sujeito sobre o objeto, do homem sobre a natureza, do masculino sobre o feminino que vem levando a uma diminuição da diversidade no planeta: biológica, cultural, alimentar, etc.

Os valores dos grupos ditos minoritários foram considerados inferiores, com suas imagens associadas a coisas negativas, como feio, sujo, problemático, eram vistos como atraso e, por isso, excluídos. Na tentativa de pertencer ao grupo reconhecido, as pessoas acabaram sendo forçadas a se adequarem ao modelo dominante, abandonando suas culturas e raízes. Foi o que aconteceu com os agricultores que abandonaram o modo de vida camponês para se adequarem à modernização da agricultura.

Submetidos à dinâmica de dominação e exploração e alienados dela e dos mecanismos que atuam para mantê-la, muitas vezes os agricultores menosprezaram sua cultura e seu saber para se adequarem ao que é considerado, pelos valores modernos, produtivo e lucrativo adotando os pacotes prontos da Revolução Verde. Tais técnicas como a prática do monocultivo, a utilização de insumos químicos e agrotóxicos, as sementes geneticamente modificadas importadas dos Estados Unidos e Europa e visando à alta produtividade e preço, foram largamente difundidas no Brasil pelas equipes de assistência técnica e extensão rural do Estado, como políticas públicas de

desenvolvimento e modernização do campo. Esta vinha claramente favorecer os grandes latifúndios e o processo de industrialização da agricultura.

Todo esse cenário trouxe graves consequências à população do campo e em especial às mulheres que perderam seus espaços e atribuições dentro da agricultura e da unidade produtiva familiar. Isso agravou a questão da invisibilidade do trabalho delas, pela supervalorização do aspecto econômico ligado à parte produtiva da agricultura, em detrimento dos aspectos sociais, ambientais e reprodutivos também importantes para a unidade produtiva familiar, mas foram e ainda são ignorados e excluídos na atual dinâmica de desenvolvimento rural ligada à modernização do campo.

Com isso, restou à mulher o não-reconhecimento de sua participação ativa na manutenção e no avanço da unidade produtiva, o que a isolou no universo privado, alheia a qualquer tomada de decisão, seja na produção familiar ou na comunidade em que vive. Em consequência, provocou uma maior dependência do pai ou marido e num isolamento que pode ser causador de muitas tristezas e dificultador de processos de construção de autonomia e identidade mais positiva.

As mulheres acabaram reproduzindo e/ou sendo forçadas a reproduzir os valores machistas e do progresso “moderno”, menosprezando seus saberes, diminuindo seu valor e se privando da participação comunitária, priorizando os afazeres domésticos tão internalizados como obrigação feminina. Dentro dessas circunstâncias de vida, incrementadas pelas poucas políticas públicas voltadas para as questões de gênero, a sua ausência nos espaços públicos formalizou e internalizou fortemente que o lugar da mulher do campo é no lote, porém circunscrito ao cuidado, da casa, seu entorno e das crianças.

Ao mesmo tempo, foi nos grupos produtivos de mulheres rurais, com destaque para os grupos que se organizavam em torno da construção de um modelo de produção baseados na agroecologia, que a pesquisadora descobriu a outra face das mulheres do campo. Engajadas em espaços de produção que ao mesmo tempo lhes proporcionava subsistência, renda, vínculos de amizade, valorização dos seus saberes e também um espaço de discussão de sua condição e do desejo de enfrentar sua atual situação que se encontravam mulheres com força suficiente para transformar suas realidades e das pessoas com quem elas conviviam principalmente os filhos jovens que estavam se encaminhando para deixar o campo em busca de uma vida melhor na cidade.

Em busca dessa outra faceta da vida social que se apresenta às mulheres do campo que surge a produção dessa dissertação. O objetivo é trazer o olhar para a

natureza das relações de gênero no meio rural em uma comunidade que fez a opção de desenvolvimento pela agroecologia e compreender as possibilidades de ressignificação da identidade das mulheres do campo, agora reconhecidas também como produtoras do sustento da família, quando inseridas em um grupo produtivo.

A pesquisa foi realizada com um grupo de 10 mulheres do Acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conhecido como Recanto da Natureza, situado no município de Laranjeiras do Sul - PR. O Recanto da Natureza é composto por 17 famílias de agricultores familiares e se destaca por apresentar uma experiência exitosa com a agroecologia o que vem possibilitando o desenvolvimento da comunidade, melhoria de renda para as famílias, maior cuidado com o meio ambiente, além de favorecer a inserção ativa de todos os atores: homens, mulheres e jovens pequenos produtores, antes excluídos no cenário da agricultura moderna.

O grupo de mulheres em questão, ao longo desta pesquisa de campo, se reunia na agroindústria duas vezes na semana (depois os encontros aumentaram para quatro vezes, ao incluírem sábados e domingos como dia de produção), na própria comunidade, para produção de pães de legumes e bolachas, respeitando os preceitos, métodos e práticas da agroecologia. Além da produção, essas mulheres são responsáveis pela total gestão do empreendimento que inclui desde a produção e/ou compra das matérias primas necessárias na fabricação dos pães, até administração dos cálculos de custos, acesso ao crédito, entradas e saídas financeiras da atividade produtiva.

Acredita-se que dentro de um grupo de mulheres – que traz em seu cerne a reflexão da condição feminina, como o grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza – as interações sociais são reproduzidas e elaboradas e a identidade das mulheres pode ser reestruturada buscando a valorização de si mesma e de seu grupo de pertencimento.

Segundo Erikson (1976), a identidade é uma construção que acontece e se desenvolve a partir de interações sociais. E esse novo espaço de grupo, que comunga de ideais da agroecologia tais como cooperação, solidariedade, cuidado com o meio ambiente, com a saúde e com as pessoas ao redor, pode fornecer elementos importantes que vão fortalecer o conhecimento e o reconhecimento delas enquanto mulheres, mães, trabalhadoras, agricultoras e também, (por que não?) como sujeitos ativos na história de sua unidade produtiva familiar e da comunidade.

Embora apareçam amplamente descritos nessa dissertação, a intenção não é marcar os avanços conquistados pelas mulheres, tais como empoderamento, geração de

renda, autonomia que são frutos da inserção delas na esfera produtiva da agricultura familiar. Pois, claro está que engajar-se em grupos produtivos, ter reconhecida a sua condição de mulher agricultora traz inúmeras vantagens para a vida da mulher no campo. Busca-se com essa pesquisa observar e identificar quais ainda são os entraves para o avanço do diálogo e da construção de uma sociedade mais igualitária quando se trata das relações sociais de gênero numa proposta de sustentabilidade como a agroecologia.

A análise da pesquisa se embasará no referencial teórico de gênero, nas discussões políticas e acadêmicas em torno da agroecologia e da psicologia social buscando fornecer elementos que contribuam para fomentar ações de desenvolvimento local com novas formas de abordar a questão de gênero, tais como as políticas públicas voltadas para a organização de grupos produtivos de mulheres, cursos de formação para a produção agroecológica que favoreça diretamente a inclusão da perspectiva de gênero nesse processo. E ainda, apontar possíveis elementos a serem trabalhados que possibilitem a ressignificação da identidade das mulheres e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Para isso, procurou-se fazer uma reflexão com base nos autores como Gleissman (2009), Altieri (2001), Caporal e Costabeber (2004; 2007) e principalmente Sevilla-Guzmán (2007; 2010; 2011; 2013) que definem a agroecologia como sendo um campo de conhecimento interdisciplinar que busca um olhar sistêmico à complexidade que é a vida no campo, desde os seus ecossistemas locais e toda a sua biodiversidade até a comercialização do alimento, respeitando e valorizando não só o meio ambiente como também as pessoas em interação com esse meio. Sendo assim, a agroecologia entende a agricultura não só como um processo de produção econômico, mas também como um local de vida e de aspectos socioculturais importantes que devem ser respeitados e preservados visando à sustentabilidade.

Outro ponto também estudado é a unidade familiar camponesa, baseado em autores como Chayanov (1974), Wanderley (1996), Carvalho (2005) que discutem o conceito de campesinato como uma estratégia de produção que utiliza apenas mão de obra familiar voltado para atender principalmente a satisfação das necessidades da família mediante a lógica produção-consumo, sendo dessa maneira auto-suficiente e pouco dependente do mercado, a ligação com este último aparece como uma forma de adaptação ao modelo capitalista vigente.

Traz autoras como Scott (1989); Saffioti (2013) que discutem gênero e patriarcado e também autores como Heredia (2013) Wortmann e Wortmann (1997); Siliprandi (2004; 2009; 2011; 2013; 2015) que analisam a unidade familiar produtiva e suas relações de poder com uma leitura teórica sobre os estudos de gênero.

E ainda uma análise à luz da psicologia social sobre as possibilidades de avanço nas relações de gênero dentro da comunidade com base no conceito de identidade que traz elementos tais como processo grupal, subjetividade e relações sociais e trabalho, baseado em autores como Lewin (1970), Erikson (1976), Lane (1997), Ciampa (1997).

A metodologia utilizada na pesquisa é para uma análise empírica sobre a participação no grupo produtivo e seus reflexos na vida da mulher do campo em suas dimensões familiares e comunitárias na realidade do acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul- PR. Para tal foi feita uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso com base num único grupo no qual utilizou diversos instrumentos de pesquisa tais como observação direta, entrevistas semi-estruturadas e a interpretação dos resultados respeitando a metodologia de análise de conteúdo apresentada por Minayo (1999).

1.1 OBJETIVOS

Com essa pesquisa buscou-se compreender como as mulheres camponesas percebem as transformações em suas relações sociais e de gênero ocorridas por meio do grupo produtivo agroecológico e os reflexos dessas transformações em sua realidade familiar e comunitária. Visou analisar, portanto, como as mulheres estão percebendo as mudanças em seus cotidianos agora que estão respondendo desse novo lugar e os reflexos positivos e negativos dessa mudança no relacionamento familiar e comunitário.

Para isso, procurou-se “responder” os seguintes objetivos específicos de pesquisa:

1. Analisar como se constitui o processo de construção da identidade das mulheres agricultoras com a agroecologia;
2. Analisar como a família assimila a autonomia da mulher camponesa que participa de grupos produtivos agroecológicos;
3. Identificar indicadores de transformações sociais advindos do fortalecimento das mulheres camponesas como sujeitas do processo de desenvolvimento local;

4. Identificar aspectos de transformação socioeconômica e política no processo de participação das mulheres na região;

Essa dissertação está organizada em cinco capítulos, em que o primeiro traz a revisão bibliográfica da pesquisa fazendo uma reflexão sobre o conceito de modernidade que aliada à ciência serviu para agravar a hierarquização e os processos de exclusão social, com conseqüências para a população do campo colocando em destaque as mulheres rurais tanto para a vida em comunidade, quanto para a vida em família e suas subjetividades. No segundo capítulo se encontra a caracterização do território Cantuquiriguaçu, com um enfoque nas relações de gênero dentro do contexto no qual se encontra o grupo de mulheres estudado. O terceiro capítulo apresenta a descrição da metodologia da pesquisa e os primeiros sinais de agricultura familiar camponesa e agroecologia dentro do Acampamento. No quarto capítulo aparece a análise e reflexões das relações sociais de gênero e formação da identidade das mulheres do grupo da Agroindústria, com os resultados e discussão da pesquisa de campo propriamente dita. No quinto e último capítulo levantam-se considerações finais a respeito da problematização do grupo produtivo de mulheres, relações sociais de gênero e transformação social dentro da comunidade estudada.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIÊNCIA E DA MODERNIDADE E SEUS REFLEXOS SOBRE A VIDA NO CAMPO

Este capítulo se trata de uma discussão sobre a modernidade, a ciência e o capitalismo e seus reflexos sobre a construção social e os processos de exclusão. Salientando principalmente os efeitos destes na agricultura desde a simplificação e destruição dos ecossistemas até o empobrecimento e expulsão das famílias que vivem no campo, com destaque à condição de vida das mulheres agricultoras. Apresenta ainda a agroecologia como um contraponto à lógica produtivista construída por essa aliança acima descrita e ainda como um caminho importante para o desenvolvimento rural sustentável, buscando incluir todos os agricultores e agricultoras responsáveis pela produção e reprodução social da vida no campo. Procura-se identificar se a inclusão das agricultoras nessa estratégia de desenvolvimento sustentável favorece a ressignificação da identidade das mulheres e conseqüentemente um reconhecimento da participação ativa delas na família e na comunidade.

2.1 OS REFLEXOS DOS IDEIAIS MODERNOS NA CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE

A modernidade e o progresso impregnados de ideais da Ilustração, centra-se na razão como construtora de preceitos morais e éticos do ser humano. Guiada pelos postulados básicos do cognitivismo com uma ética não apoiada na religião; do individualismo, sendo a felicidade de cada um o mais importante, distanciando o homem da busca do bem comum e da sua relação com as regras da comunidade; e por fim, o universalismo com o princípio de uma natureza humana universal (ROUANET, 1992. p.150-152). Assim o homem racional passa a ser o modelo universal e o centro do pensamento moderno, colocando à parte as diversidades existentes de culturas e saberes da sociedade.

Santos (2011) apresenta que o modelo de racionalidade central na ciência moderna que se inicia no século XVI e tem seu ápice no século XIX quando abrangente nas ciências naturais, chega com as mesmas normas e métodos às ciências sociais, tornando-se um modelo global. Ora, por ser um modelo global, ele é também totalitário e não reconhece outros conhecimentos concebidos sob regras e métodos que não os seus próprios, ou seja, não reconhece o outro e as suas diferenças.

Um conhecimento uniformizante traz em si uma ideia de ordem e de estabilidade da realidade. A concepção das leis da sociedade é feita sob a mesma ótica que as leis da natureza e o que é passível de quantificação é considerado aceito pelo rigor científico e o que não é, torna-se irrelevante. As qualidades do objeto, não mensuráveis por métodos matemáticos, são consideradas como mera subjetivação do pesquisador, passíveis de erros de análise, “o método científico assenta na redução da complexidade [...]. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou” (SANTOS, 2011. p. 63).

Boff (2012) afirma que dessa maneira, a ciência moderna perdeu a noção do todo, ao priorizar as partes, esquecendo que tais partes são parcela de um todo maior que não se formam em simples relações de causa e efeito, mas por um complexo emaranhado de fatores que se influenciam.

Assim, a ciência moderna, centrada na razão e no método, traz uma nova visão do mundo com uma ruptura importante com outros tipos de conhecimento, considerando-se a única forma de se alcançar a verdade, distinguindo-se do senso comum e separando o homem da natureza, o sujeito do objeto (SANTOS, 2011).

Colocam-se as leis do universo sob o domínio da razão ao mesmo passo em que sociedade e a cultura são naturalizadas, sujeitas a leis ao mesmo tempo naturais, racionais e universais, de uma natureza humana comum, livre dos elementos históricos e culturais da época e lugares particulares e colocada na dinâmica do progresso indefinido (MARQUES, 1993. p. 46).

Nasce aqui o corte sujeito/objeto, cultura/natureza, que coloca o ser humano numa postura antropocêntrica, situando-se fora da natureza a fim de com sua cultura, dominá-la e colocá-la a seu serviço na busca da satisfação de suas necessidades (SARANDÓN; FLORES, 2014). A função do conhecimento, dessa forma, não é voltada para a interpretação dos fenômenos, mas sim para transformar e dominar a natureza. A intenção dessa ciência não é compreender o ecossistema para dentro dele se integrar, mas dominá-lo, degradá-lo para dele tirar o maior proveito a seu favor. (MARQUES, 1993).

A perda da complexidade, como consequência dessa forma de compreender o mundo, atingiu as relações entre as partes colocando-as em subordinação. Por exemplo, nas relações de gênero¹, a subordinação da mulher ao homem permitiu a opressão do

¹ O conceito de gênero será melhor definido e aprofundado no item 2.4 desta dissertação : A questão de gênero e a modernidade.

homem sobre a mulher, o patriarcalismo², que afetou e ainda afeta as relações familiares e demais formas de relações sociais, marginalizando a mulher no processo de construção cultural. (BOFF, 2012)

Tais distinções, para Santos (2011), são mais culturais do que naturais o que evidencia que há processos sociais e políticos por trás delas, clarificando que a “ciência moderna é também ocidental, capitalista e sexista [...] combina o racismo com o classismo e o sexismo [...] estão presentes em complexas articulações que os estudos sociais e culturais da ciência têm vindo a revelar” (SANTOS, 2011. p. 85).

Sendo assim, para Santos (2011), a produção científica obedece a uma matriz de privilégio que dependendo da cultura e do período histórico em que ela surge um desses fatores de hierarquia e discriminação torna-se o topo da construção e os demais tendem a articular-se sem deixar de estar presentes. Isso torna complexa a compreensão dos fenômenos já que sempre há mais de uma forma de opressão atuando nas construções sociais de determinada época, sem que se façam facilmente perceptíveis, dada a naturalização das opressões que encontram suporte na construção científica dominante.

Com a Revolução Industrial houve o crescente uso das máquinas para a produção em larga escala, ligando a ideia de produção com o máximo rendimento e o lucro, promovendo a inversão da produção voltada para atender às necessidades para uma produção de máximo rendimento. Os conhecimentos científicos e técnicos se colocam a serviço do aumento da geração industrial, de novas tecnologias para as indústrias que se tornam as principais norteadoras dos rumos da ciência moderna (MARQUES, 1993).

Segue, portanto, que é essa ciência eurocêntrica, capitalista e sexista que têm moldado e regulado os rumos da sociedade moderna. Impregnada de ideais antropocêntricos que moldaram o desenvolvimento das sociedades, tais como a perspectiva de um progresso ilimitado baseado no pressuposto dos recursos da Terra infinitos, da atomização do saber, individualismo e cultura do consumo, esta forma de desenvolvimento não encontrou lugar para a diversidade cultural, sexual, entre outras. (BOFF, 2012; DUPAS, 2006)

Através dessa ciência, “o homem” foi criando novas tecnologias que permitiram a dominação dos recursos naturais em busca do crescente e ilimitado progresso e

² O conceito de patriarcalismo será melhor definido e aprofundado no item 2.4 desta dissertação : A questão de gênero e a modernidade.

desenvolvimento dos homens e seus países. Na base desse progresso está o conhecimento, que segundo Dupas (2006) é aceito como verdade e traz consigo o poder. Assim o conhecimento, na forma de avanços tecnológicos na busca de atender a todas as necessidades da civilização “não hesita sequer diante da natureza e da própria criatura humana” (DUPAS, 2006. p 96), retirando do caminho qualquer forma de vida e organização que se apresentam como obstáculos ao avanço do progresso e da civilização.

E nesse entrelaçar da modernidade, ciência e capitalismo a noção do que é moderno, tecnológico e lucrativo vai moldando o sentido do progresso e do desenvolvimento da sociedade. No campo, isto culmina numa forma de desenvolvimento conhecida como modernização do campo ligando a agricultura à indústria, excluindo ou dificultando ao máximo as antigas formas de existir no meio rural mais voltadas para a produção dependente da mão de obra familiar, que passam a ser conhecidas como atraso. E é essa modernização do campo e suas conseqüências para o meio ambiente e as famílias rurais que será abordada no próximo subitem.

2.2 A MODERNIZAÇÃO NO CAMPO

A ideia de desenvolvimento não é muito antiga e está ligada à moderna civilização ocidental capitalista e seu desejo de suprir as necessidades básicas dos seres humanos. Muitas vezes confundida com crescimento econômico, e em nome deste, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) do país, começa a ganhar destaque apenas o que pode ser medido na balança comercial. Ignora-se, portanto, toda e qualquer ação que não seja considerada economicamente ativa, e o bem estar passa a ser comparado à quantidade de bem material que se produz. (MARTINEZ ALIER, 2007)

A perspectiva de desenvolvimento linear, baseada em Rostow (1974), preconizava que todos os países deviam caminhar para se tornarem desenvolvidos, e nesse percurso deveriam passar por cinco etapas do desenvolvimento. Ainda segundo o mesmo autor, as sociedades predominantemente agrícolas, com 75% ou mais da sua força de trabalho empenhada na agricultura deveriam buscar a ter o predomínio da indústria, do comércio e dos serviços. Dessa forma, a sociedade se prepara – ou é preparada por forças externas – para o processo de transição visando desenvolvimento

sistemático, industrializando o campo que deveria sair do lugar de atraso para uma tão desejada modernização.

Portanto, a modernização privilegia o aumento de tecnologias que facilitam a produtividade a qualquer custo, incorporando elementos danosos ao meio ambiente como as sementes transgênicas e agrotóxicos, por exemplo. Com isso, as culturas dos povos e seus saberes sobre cultivos e agricultura são substituídos por tecnologias exteriores, voltadas para a simples comercialização agrícola. São as empresas de insumos e as indústrias agroalimentares que passam a dominar o processo de produção de alimentos, apropriando-se inclusive dos hábitos e costumes alimentares dos povos cada vez mais intensamente. (SEVILLA GUZMÁN; MONTIEL, 2010).

Neste processo de transformação, a agricultura vai se vinculando à indústria e sua lógica produtivista. A produção agrícola familiar vai se tornando inviável devido ao alto grau de dependência do mercado que o novo modelo passa a impor aos agricultores. Aos poucos, a organização da unidade camponesa vai cedendo lugar à produção para o lucro. Os espaços destinados ao mercado vão ganhando maior importância e tamanho em relação aos espaços voltados para o autoconsumo. As relações de reprodução da família vão se invisibilizando e perdendo o significado.

O desenvolvimento rural no Brasil, baseado nessa ideia de desenvolvimentismo, começa a apresentar intensa transformação nas décadas de 60 e 70, nas quais se iniciam, a transferência tecnológica e mecanização agrícola visando o crescimento da produção. Esse processo de modernização agrícola, que chegou ao Brasil através da importação de pacotes tecnológicos vindos da Europa e dos Estados Unidos (Revolução Verde), é marcado por construir uma agricultura intensiva em insumos, nitidamente produtivista, e significou o início de uma extrema dependência da agricultura em relação à indústria, ao crédito e uma crescente homogeneização da produção (ELLYS & BIGGS, 2005; COSTABEBER, 2007).

Partindo de interesses mercadológicos a modernidade, com destaque aqui na área rural, debruçou-se no aumento da capacidade de produção. Baseado no discurso sobre o combate à fome no mundo, que passa a ser uma das grandes justificativas para tais alterações, eclodiu-se a Revolução Verde: a intensificação de insumos químicos, máquinas e equipamentos para o aumento da produção agrícola. (COSTABEBER, 2007; PINHEIRO MACHADO, 2014).

Tendo a maximização da produção e o lucro como centro e os pacotes tecnológicos da Revolução Verde como cultura – uma aposta no presente sem

considerar os impasses futuros – a agricultura moderna trouxe consigo impactos ambientais e transformações sociais amplamente descritos na literatura.

Claro está que ao longo dos anos, sem um processo de revisão do atual modelo suas consequências tornam-se graves problemas que exigem solução. Uma vez que, “a agricultura moderna não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível” (GLIESSMAN, 2009. p 35). Os recursos agrícolas, tais como terra, nutrientes, e os ecossistemas estão sendo explorados em demasia e degradados e todos os meios e as condições sociais que ajudam a conservar esses recursos estão cada vez mais enfraquecidos.

Sevilla Guzmán e Montiel (2010) alertam ainda que a contaminação e destruição dos recursos naturais básicos, consequências da modernização da agricultura, foi se entrelaçando com mecanismos de exclusão social, como o alto custo de produção, além da exigência de maiores pedaços de terra para a produção. O processo de homogeneização advindo da Revolução Verde sufocou aspectos culturais dos povos agricultores, criou discriminações étnicas, de geração e de gênero.

Neste processo de transformação, a agricultura foi se vinculando à indústria e à sua lógica produtivista. A produção agrícola familiar tornando-se inviável para muitas famílias que viviam no campo devido ao alto grau de dependência do mercado que o novo modelo passou a impor aos agricultores. Aos poucos, a organização da unidade camponesa cedeu lugar à produção para o lucro. Os espaços nas unidades produtivas destinados ao mercado foram ganhando maior importância e tamanho em relação aos espaços voltados para o autoconsumo. As relações de reprodução da família foram assim se invisibilizando e perdendo o significado.

Estar voltado para a produção para o mercado desvalorizou a autonomia dos povos e a diversidade, aproximou a produção de alimentos da produção industrial, substituindo a lógica de produção voltada para o autoconsumo pela lógica da produção para o lucro. Tudo o que estava ligada à produção familiar e camponesa passou, por conseguinte a ser encarado como atraso e pobreza. (SEVILLA GUZMÁN; MONTIEL, 2010).

Costabeber (2007) ainda afirma que a adoção desse tipo de modelo de produção contribuiu para elevar a concentração de terras, a injustiça social e a fome e ainda permitiu moldar o tipo de desenvolvimento assumido nesses países. Essa perspectiva de desenvolvimento orientada para as necessidades do mercado internacional dedicou-se

fortemente na produção para exportação e passou a desconsiderar o consumo interno, desvirtuando a capacidade desses países de dispor de alimentos para sanar a deficiência alimentar da sua população.

Dupas (2006) traz um profícuo questionamento em sua obra “ O mito do progresso” que diz respeito a esse contínuo desejo de produzir mais e melhor, assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso, fruto da globalização:

Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais. [...] Trata-se aqui de analisar a quem predominantemente esse progresso serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, principalmente, é preciso determinar quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos. (DUPAS, 2006. p.73 e 74).

Portanto, a modernização do campo, que favoreceu a alta produtividade em cada vez maiores espaços de terra, trouxe consequências devastadoras para o meio ambiente, para a economia das pequenas unidades familiares ali existentes, alterou a organização da sociedade, com o crescente êxodo rural das famílias que saíram do campo e foram para as cidades, além de modificar o viver daquelas famílias que conseguiram resistir ao avanço do capital e permaneceram em suas pequenas unidades de produção familiar.

Para estudar o viver dessas famílias que dependem da mão de obra familiar no campo brasileiro Wanderley (1996) aponta que se deve levar em consideração a história da agricultura brasileira que historicamente tem por base

Seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. (...) No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. (WANDERLEY, 1996. p 8-9)

A existência e a definição da categoria de agricultores que dependem apenas da mão de obra familiar na unidade produtiva é controversa. Se por um lado, alguns autores como Kautsky (1972), Lênin (1985), Germer (2006) afirmam que a modernidade, o processo capitalista no campo ou seja, a modernização da agricultura e a conseqüente política estatal de urbanização condenariam a desaparecer o modo de

vida da agricultura familiar dando lugar a um modelo de agricultura patronal ou empresarial capitalista com intenso processo de integração ao mercado e maximização dos lucros. Por outro lado, há autores como Chayanov (1974), Carvalho (2005), Van der Ploeg (2008), Sevilla Guzmán e Molina (2013), que apostaram num possível ressignificado, uma revalorização e permanência do modelo de agricultura camponesa tendo a família como mão de obra principal na unidade produtiva, inclusive como uma forma de resistência ao sistema capitalista totalmente dependente do mercado.

E é aqui nessa segunda proposta que se sustenta a presente dissertação, na qual na visão desses autores, o camponês nunca desapareceu. Muito pelo contrário, Sevilla Guzmán e Molina (2013) afirmam que agricultura camponesa é uma categoria histórica que resistiu às diferentes etapas e tipos de capitalismo que existiram, mas que tiveram que se adaptar para continuar permanecendo no campo. Caracterizado, principalmente, pelo manejo dos recursos naturais e os agroecossistemas locais, os camponeses podem se apropriar, em graus diferentes, de tecnologias existentes em determinado período histórico. Maior ou menor apropriação das tecnologias, aponta graus distintos de camponidade, e vem daí, segundo esses autores, a confusão a respeito do termo.

Portanto, os agricultores familiares, de acordo com Bogo (2008), ora podem aparecer ligados à produção industrial oferecendo matéria prima, ora podem se tornar um empecilho, uma vez que resistem e ocupam territórios que interessam ao latifúndio. Sendo assim, os camponeses precisaram criar estratégias de adaptação ao sistema capitalista, já que não há como existir sem alguma interação com o mercado, mas ao mesmo tempo eles buscaram construir formas “não capitalistas” para se manterem, voltando parte de sua produção para autoconsumo.

Muito embora o modo de vida camponês e a agricultura familiar dependam basicamente da mão de obra familiar, há entre eles diferenças que precisam ser demarcadas. Carvalho (2005) aponta que o termo agricultura familiar está mais ligado a unidades produtivas que buscam a inserção competitiva no mercado, seja na forma de empresas capitalistas, seja na forma de proletarização ou dependência de apoios sociais das políticas públicas. Para ela torna-se centro o lucro, a importância da cidade e do universo urbano, a globalização da economia, levando a uma perda da autonomia e esvaziamento das sociedades locais. Abramovay (1992) diz que o termo agricultura familiar pode muitas vezes descrever unidades produtivas altamente integradas ao mercado, que incorporam avanços tecnológicos e respondem às políticas governamentais. Tudo isso nem de longe cabe ao termo camponês.

O campesinato, segundo Wanderley (1996) pode ser visto como uma das formas sociais da agricultura familiar. Fundada sobre a relação entre propriedade, trabalho e família, a agricultura camponesa, tem especificidades que a difere do conjunto maior da agricultura familiar: os objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e o modo como se insere na sociedade global. A forma de vida camponesa é considerada agricultura familiar, mas nem toda a agricultura familiar pode ser considerada camponesa.

De maneira geral, segundo Sevilla Guzmán e Molina (2013), o campesinato é uma forma de ação social coletiva que visa evitar a desorganização social, a exploração econômica e a depredação sociocultural nas comunidades rurais. É parte de uma sociedade maior vinculada ao mercado, embora uma importante parte de sua produção seja destinada ao autoconsumo da unidade familiar. Procura, então, seu espaço próprio na economia e na sociedade, visando ter acesso a atividades estáveis e rentáveis, desenvolve atividades mercantis e comercialização de produtos ao mesmo tempo em que deles retira seu sustento, assegurando, antes de mais nada, o consumo alimentar da família. (WANDERLEY, 1996).

Wortmann (1978) aponta que a subsistência do camponês se dá tanto pelo autoconsumo como pelo mercado. Ao vender seus produtos, ele visa uma renda monetária que também é importante para a sua subsistência, inclusive, por que não, para compra de alimentos que não são contemplados na sua produção para o autoconsumo. Não se trata, portanto, só de uma “economia de subsistência”, a reprodução da força de trabalho camponesa depende de sua inserção no mercado.

Wanderley (1996) ainda descreve que o modo de vida camponês consegue conferir uma relativa autonomia do mercado uma vez que é capaz de prover a subsistência da família cuja diversidade de atividades agrícolas, pecuária e demais atividades artesanais garantem o seu sustento; é marcada pela constante troca de conhecimentos com o saber tradicional sendo transmitido para os filhos o que garante a reprodução das gerações subsequentes e planejamento para o futuro; é inserida em um território com valorização do espaço local, do seu lugar de vida cuja sociabilidade ultrapassa os laços familiares e de parentesco. Suas relações internas e externas determinam sua natureza camponesa. Há um “esforço de construir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996. p 12).

Como pode ser percebido, a modernização do campo afetou diretamente a estrutura social e o modo de viver e produzir das famílias rurais. Mas, mesmo dentro desse cenário que não respeita os limites dos ecossistemas e o saber dos camponeses e dos povos tradicionais – os mais afetados no atual modelo – estes continuam existindo e resistindo no campo. Constroem novas formas de manter-se produzindo tanto para a subsistência, quanto para comercialização de seu excedente em feiras e outros tipos de mercados curtos, o que vem trazendo um maior fôlego e garantindo a permanência dessas famílias no meio rural. Ademais, traz as mulheres rurais como elementos importantes na luta pela transformação social e proteção e preservação do meio ambiente e da cultura dos povos.

2.3 AGROECOLOGIA COMO CONTRAPONTO À AGRICULTURA MODERNA

A idéia da modernização do campo está atrelada à compreensão do desenvolvimento pelo viés econômico. Para um país se desenvolver é preciso um aumento do PIB que pode ser alcançado com um crescente avanço tecnológico visando produtividade e lucro, explorando recursos naturais em demasia, sem considerar a finitude dos mesmos. (Martínez-Allier, 2007)

Com o decorrer do tempo e os constantes questionamentos sobre o predomínio da racionalidade e sobre a compreensão de um homem universal, as concepções e certezas da modernidade começam a entrar em crise, evidenciadas pelo constante e crescente desgaste ambiental e os demasiados processos de exclusão social que vieram se instalando em virtude dessa noção de desenvolvimento desenfreado.

A partir da década de 70 começam a surgir novas orientações teóricas que abrangem outras dimensões a serem levantadas quando se discute desenvolvimento, como as dimensões ambiental, social e também a econômica, dando lugar à noção de sustentabilidade como resposta ao modelo destrutivo até então vigente. (CAPORAL, COSTABEBER, 2007)

Seguindo a mesma lógica, Altieri ainda acrescenta:

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores pequenos ou pobres em recursos em termos favoráveis, nem

se adequaram às suas condições agroecológicas e socioeconômicas (ALTIERI, 2001, p. 15).

A partir da noção da sustentabilidade, ficou claro que não há um único campo do saber capaz de responder a todos os questionamentos da vida em sociedade e a sua forma de estar no mundo. Começam a surgir outras propostas para o desenvolvimento ligadas às subjetividades, às realidades vividas e as demais esferas tão importantes da vida humana para além da esfera econômica, tais como a de Amartya Sen (1999), Ignacy Sachs (2002), Rachel Carson (1962), um crescente e renovado interesse pela obra de Karl Polanyi (2000) e que vieram para contribuir para a sustentabilidade do planeta. (MARQUES, 1993, p.58)

As agriculturas de base ecológicas começaram a surgir na década de 60 e 70 a fim de buscar uma forma de agricultura que fosse menos danosa ao meio ambiente, protegendo os recursos naturais para que estes pudessem continuar existindo para as gerações futuras, possibilitando a sustentabilidade da vida. Tentavam fazer um contraponto ao estilo convencional de produzir estabelecido pela Revolução Verde e apareceram como resposta ao processo de modernização da agricultura, à lógica neoliberal e à globalização econômica (CAPORAL, COSTABEBER, 2004).

A preservação da produtividade da terra agrícola, a longo prazo, requer a produção sustentável de alimentos. A sustentabilidade é alcançada através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte. A partir dessa base, podemos caminhar na direção das mudanças socioeconômicas que promovem a sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar. (GLIESSMAN, 2009, p 54)

A agroecologia, segundo Caporal e Costabeber (2004) surge desse processo de construção de novos conhecimentos, como um novo enfoque científico que dá suporte à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural, ligados à agricultura convencional, para os estilos de agriculturas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

O desenvolvimento rural sustentável pode ser entendido, de acordo com Sevilla Guzmán e Montiel (2009), como manejo ecológico dos agroecossistemas em conjunto com ações sociais coletivas e participativas dos agricultores e agricultoras favorecendo os diversos modos de produção e comercialização de alimentos, respeitando a multiplicidades de repostas, a diversidade histórica, ecológica e cultural, assim como os

valores que impulsionam o conhecimento específico de cada local. Portanto, este tipo de desenvolvimento busca fortalecer a ação social coletiva, reconhecendo a capacidade dos próprios agricultores em transformar a realidade em que vivem, podendo se fazer valer de políticas públicas para um desenvolvimento socialmente incluyente e valorizador das riquezas naturais de um dado local.

Para Leff (2002), a agroecologia é uma importante ferramenta do desenvolvimento rural sustentável, como ele explica:

A agroecologia como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como ferramenta para a autosubsistência e a segurança alimentar das comunidades rurais. (LEFF, 2002. p. 37)

Para Sevilla Guzmán (2011) a agroecologia busca na ação social e coletiva manejar ecologicamente a natureza como alternativa à crise civilizatória. Com propostas participativas seja na produção e circulação de produtos, ela visa diminuir a deteriorização ecológica e social geradas pelo modelo atual ao aproveitar de seu conhecimento acumulado sobre os agroecossistemas para trazer soluções específicas em cada lugar para resolver os problemas sociais e ambientais.

Ao voltar o seu o olhar para a dimensão local, com seus sistemas de conhecimentos, a agroecologia gera um enfoque pluriépistemológico que aceita a biodiversidade sociocultural e possibilita a resistência às formas de dominação culturais, sociais, econômicas e tecnológico-científicas (SEVILLA GUZMÁN, 2011).

Sendo assim, a agroecologia propõe uma outra forma de relação entre os homens e também com a natureza, sendo um parte que afeta e é afetada pelo o outro, complementando ao saber científico, os conhecimentos dos povos camponeses e tradicionais. Para Casado, Gonzales de Molina e Sevilla Guzman (2000), a agroecologia tem o agroecossistema como unidade de análise, sendo esse uma “construção social produto da coevolução dos seres humanos com a natureza” (CASADO; GONZALES DE MOLINA; SEVILLA GUZMAN, 2000. p 86).

Dessa forma, a agroecologia busca combinar conhecimentos e métodos ecológicos modernos com os aspectos de conservação dos recursos da agricultura tradicional local. Ela é uma ciência que “proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2009. p 56). Nela, o

conhecimento local dos agricultores, a forma como socializam e aplicam esse conhecimento na construção da sustentabilidade são levados em consideração.

Isso significa que para se aproximar, agir e modificar, de forma cada vez mais profunda, a realidade do campo é preciso compreender todo o agroecossistema e os atores envolvidos num novo processo de produção mais ecológica, perceber a construção econômica das comunidades com os agricultores no controle do processo da economia local e ainda promover a transformação social com mudança das estruturas de poder baseadas no conhecimento e na memória histórica e local. (SEVILLA GUZMAN, 2007).

A agroecologia surgiu assim, como um contraponto ao pensamento científico que está posto diante da nossa sociedade. É uma crítica ao pensamento etnocêntrico sociocultural das ciências e ao mesmo tempo busca modificá-lo complementando-o com práticas camponesas. É ainda uma forma de resistência e luta contra a homogeneização sociocultural da modernidade (Sevilla Guzmán, 2011).

E o que vem acontecendo é uma crescente preocupação com as implicações ambientais decorrentes do tipo de alimentação que as sociedades ocidentais contemporâneas têm adotado; uma alteração na percepção social de que as populações que vivem de métodos tradicionais de produção se encontram ameaçadas pelas transformações ocorridas no campo. Um aumento no questionamento na área da alimentação, das políticas de produção agrícola e das políticas distributivas nutricionais. (PORTILHO et al, 2011)

Lewin (1970) ao escrever sobre mudanças culturais de indivíduos e nações aponta que é possível a modificação cultural de pequenos grupos ou poucos indivíduos, e isso é comprovado pela adaptação de grupos familiares que se mudam para diferentes países, com diferentes culturas. Mas, quando se pretende mudar a cultura de uma maneira consistente, como almeja a agroecologia, aí a tarefa se torna difícil, por ser trabalho muito complexo. Para tal tem que ser levados em consideração dois pontos: um primeiro que é promover a transformação para um grande número de pessoas; um segundo são as relações dinâmicas entre os diferentes aspectos da cultura de um povo, como educação, visão política, costumes que se interatuam e trazem como tendência a manutenção do '*status quo*' daquilo que se deseja modificar.

[...] uma mudança cultural, no tocante a um item específico, terá que ser capaz de suportar o peso dos mil e um itens do restante da cultura, que tendem a reconduzir a conduta ao antigo padrão [...] para ser estável, uma

mudança cultural precisa penetrar mais ou menos em todos os aspectos da vida de uma nação. Em suma, a mudança deve ser uma mudança de atmosfera cultural, não apenas uma mudança de itens isolados. (LEWIN, 1970. p. 61-62)

É da relação com a natureza que os seres humanos produzem sua condição de existência. Há na agroecologia uma preocupação com a inter-relação entre o homem e a natureza que foram igualmente afetados pelo sistema produtivista imposto pelo processo de modernização. E é aqui que pode aparecer a interface da agroecologia e a preocupação com as questões de gênero e gerações.

Nesse sentido, Leff (2002) ressalta a importância de se levar em consideração a agroecologia em sua dimensão mais ampla a fim de conseguir promover um desenvolvimento rural sustentável que incorpore não só a lógica do funcionamento ecológico para agricultura, mas também princípios de equidade na produção. Segundo ele,

A agroecologia não é somente uma caixa de ferramentas para ser aplicada pelos agricultores. Da maneira como é trabalhada por Altieri, Gonzáles de Molina, Sevilla ou Gliessman, as condições culturais e comunitárias em que estão imersos os agricultores, sua identidade local e suas práticas sociais são elementos centrais para a concretização e apropriação social de suas práticas e métodos. (LEFF, 2002. p. 39)

Portanto, a simples mudança na matriz tecnológica de produção, que Casado, Gonzáles de Molina e Sevilla Guzmán (2000) chamaram de agroecologia débil – aquela que faz uma ruptura apenas parcial da visão dominante – não é suficiente à proposta da agroecologia que tem uma visão mais ampla e integral, que em sua complexidade contempla três pilares importantes e fundamentais: a questão ambiental, econômica e social.

Este conceito mais amplo da agroecologia, principalmente defendido por Sevilla Guzmán que é trabalhado nessa dissertação. Para Sevilla Guzmán (2007), o enfoque agroecológico deve ser amplo a fim de conseguir compreender não só os processos biológicos e tecnológicos – voltados basicamente para a produção – mas também, os processos socioeconômicos e políticos – voltados para a circulação dos bens até o consumidor em toda a sua complexidade.

Segue que para Lewin (1970), a mudança cultural só será permanente se ela for suficientemente completa. Nesse caso, se a agroecologia se apresenta à família como um processo técnico na forma de troca de insumos visando apenas o caráter econômico da atividade produtiva, sem que a família consiga modificar as demais dimensões

implicadas no processo de produção - ecológica e social- a agroecologia não terá cumprido sua função total e tornando-se uma estratégia ineficaz.

Há que se alterar, portanto, o paradigma dominante voltado para o mercado para colocar em primeiro plano o cuidado da vida humana. Essa outra perspectiva exige uma modificação, uma nova relação entre produção e reprodução e, em consequência, o reconhecimento das atividades que servem de suporte para a produção do viver e que integram uma esfera não monetária como os mutirões, os trabalhos de cuidado com a família, a produção para o auto-sustento, entre outras.

2.4 A QUESTÃO DE GÊNERO NA MODERNIDADE: CONCEITO E DEBATES

A modernidade, segundo Buarque (2002), embora tenha trazido consigo todo um desejo de transformação social baseado nos ideais de liberdade e igualdade como frutos do progresso, não conseguiu romper com a supraestrutura de poder que dá legitimidade às hierarquias das relações humanas na civilização ocidental. Ela foi formulada como uma nova proposta social, mas tendo em seu alicerce “o elemento histórico da ordem preexistente, responsável pela regulação da cultura das desigualdades: o patriarcado.” (BUARQUE, 2002 p. 28)

O patriarcado no cerne da construção da nova ordem social marca a impossibilidade de transformação que tenha como fim último a igualdade e liberdade. Os modernos, segundo Buarque (2002), desconhecaram na mulher a humanidade e negaram a totalidade humana da espécie.

De acordo com King (1997) paira em nossa sociedade uma noção antropocêntrica de que para se alcançar a verdadeira liberdade humana é preciso uma crescente dominação da natureza não humana. Baseado nisso, o capitalismo como cultura predominante está homogeneizando culturas e simplificando a vida na terra, ao romper equilíbrios naturalmente complexos dentro do ecossistema. Os ecologistas têm se ocupado em fortalecer a relação humanidade/natureza, ao demonstrar a perigosa situação da vida na terra, causada pelas tentativas humanas de subjugar a natureza.

Para Muraro e Boff (2002), o patriarcado deve ser entendido como uma complexa estrutura política de hierarquização, marcada por formas de dominação de uma parte sobre a outra e que construiu relações de gênero altamente conflitivas e desumanizadoras para o homem e principalmente para a mulher. As estruturas de

dominação têm um caráter histórico e é reproduzida pelos homens através das armas e violências e também de instituições como família, Igreja, Escola e Estado. (MURARO, BOFF,)

Viezzler (1989) aponta que a ideologia patriarcal – marcada pela subordinação do sexo feminino pelo masculino – parece ter estado presente na história da humanidade e nos diferentes tipos de regimes políticos e tem hoje no capitalismo a sua expressão máxima. O mundo que se conhece foi pensado e regulado pelos homens a fim de se prosseguir com o projeto de desenvolvimento no qual o objetivo imediato é a manutenção do poder masculino.

A sociedade é marcada por todos os tipos de desigualdades: renda, social, etnia, sexo, entre outras. Estas funcionam como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores historicamente dada, os membros de uma sociedade. Sendo a competitividade a marca principal do capitalismo, esta favorece a dominação do homem em quase todos os seus setores, marginalizando e oprimindo estruturalmente a mulher (SAFFIOTI, 2013).

Para Joan Scott (1989), uma das principais referências na discussão do conceito de gênero, definir gênero deve-se seguir duas grandes premissas: Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989).

Para ela, compreender as relações sociais de gênero implica relacionar quatro elementos entre si, sendo eles: símbolos culturais e suas representações; os conceitos normativos e suas interpretações do sentido dos símbolos nas quais aparecem como única alternativa a posição dominante; uma noção do político que se refere às instituições e organizações sociais e por fim a identidade subjetiva e as distribuições de poder.

Segue, portanto, que gênero tem a função de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, legitimando e construindo as relações sociais. Atribui a homens e mulheres diferentes lugares no mundo que significados através dessas relações de poder conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante (MACEDO, 2002).

Sendo assim, as relações de gênero além de estruturarem a forma como se percebe a vida social, estabelecem um acesso diferenciado aos recursos materiais (renda, propriedade, terra e capital) e simbólicos (valores atribuídos às pessoas conforme a sua posição na hierarquia social) da sociedade entre mulheres e homens,

evidenciando que as mulheres não tiveram e ainda não têm as mesmas condições que os homens para enfrentar o cotidiano da vida (SILIPRANDI, 2013).

Torna-se imprescindível, então, levar em consideração como as diferenças foram construídas social e culturalmente, com relações de dominação entre os sexos o que provoca conflitos, a forma como foram elaborados os distintos papéis, a divisão social e sexual do trabalho e também como foram projetadas as subjetividades pessoais e coletivas, os diferentes lugares ocupados pelos homens e mulheres na sociedade. “(...) o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas, trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres e definem formas de representar a realidade social e de intervir nela” (MURARO & BOFF, 2002. p 18).

2.4.1 Reflexos da modernidade nas relações de gênero no campo

Campos (2011) diz que a desigualdade de gênero se materializa na vida das mulheres através de menor remuneração do trabalho, menor controle sobre bens materiais, menor participação política e nas diversas formas de violência presentes cotidianamente na vida delas. A autora ainda marca que há, numa perspectiva geral, grandes desvantagens comparativas das mulheres em relação aos homens, mas a situação é ainda pior quando se analisa especificamente a realidade rural.

Há uma dificuldade da mulher agricultora se tornar economicamente ativa e quando isso acontece, a desigualdade salarial apresenta-se ainda maior quando comparado à da mulher urbana. Outro dado alarmante, levantado por Campos (2011), é que a maioria das mulheres ocupadas em atividades agrícolas costuma não ter rendimento do trabalho, pois no Brasil a ocupação em atividades agrícolas é condicionada pela posse da terra e “a propriedade da terra no país está concentrada em pouquíssimas mãos e entre estas é mínima a quantidade de mãos femininas” (CAMPOS, 2011 p. 48). Segue, portanto para a autora, que a precária inserção no mundo do trabalho e o pouco acesso da população feminina aos bens materiais, intensifica o fenômeno denominado feminização da pobreza.

Nas unidades de produção familiar a organização se dá a partir da família e segue, por causa disso, os critérios de divisão do trabalho entre os membros do grupo. Fica evidente, então, que a agricultura familiar que marcadamente tem como base o

patriarcado continua reproduzindo e perpetuando a opressão das mulheres (GOUVEIA, 2003).

Melo e Di Sabbato (2009), ao apresentarem o diagnóstico do trabalho da mulher rural feito através da análise das estatísticas oficiais da utilização da mão de obra agropecuária apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1993-2006, afirmam que o peso da família patriarcal é uma forte marca na construção da sociedade rural. Os trabalhos das mulheres no meio rural, que majoritariamente se dão nas unidades produtivas familiares, são atividades voltadas para o autoconsumo ou para o trabalho não remunerado. Ficam ligados à dimensão feminina e ao seu cotidiano, como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e seguem portanto, não remunerados.

Nessas unidades produtivas familiares evidencia-se uma fusão da vida familiar e a vida do trabalho para as mulheres que vivem no campo, não aparecendo ou apresentando de forma difusa a separação entre a “mulher mãe” e a “mulher trabalhadora”, o que pode explicar o porquê da permanência da tradição patriarcal na constituição do papel social feminino no meio rural. Essa fusão da vida familiar e a vida do trabalho já foi, de certa forma, superada no meio urbano (MELO; DI SABBATO, 2009). “A identidade da trabalhadora rural está centrada nos trabalhos domésticos, destinados à reprodução social do grupo familiar, que se sobrepõe ao papel de trabalhadora na esfera da produção.” (LOMBARDI, 2009. p. 140)

Assim, segundo Buarque (2002), torna-se questionável pensar a agricultura familiar sem antes se fazer uma análise crítica sobre o que significa essa família para as mulheres agricultoras. Saffioti (2013), ainda argumenta que enquanto a família existe como unidade de produção, mulheres e filhos sempre desempenham papel econômico fundamental.

A unidade de produção familiar é o resultado da soma do trabalho dos membros da família, e o trabalho produtivo realizado pela mulher constitui uma gama diversificada de funções que favorecem tal unidade. [...] Na maioria das propriedades, a responsabilidade da manutenção dos policultivos, ou seja, da preservação da biodiversidade, é de responsabilidade das mulheres. (BURG; LOVATO 2007 p. 1524)

Argawal (1999) fala que há duas características sobre a família que geralmente são negligenciadas, por exemplo, pelas teorias econômicas que a trata como um todo indivisível regida pelo altruísmo: a primeira é que para se manter como uma instituição

estável é preciso que homem e mulher mantenham acesso desigual aos recursos; e a segunda é que homens e mulheres agem com interesses econômicos individuais dentro da família e isso aparece nos conflitos internos pelos espaços de cultivo dentro da unidade de produção (ARGAWAL, 1999. p.15).

Dessa maneira, a autora argumenta que não se pode negar que os múltiplos atores que compõem as famílias têm interesses distintos e com capacidades diferentes de conseguir fazer valer seu interesse. A tomada de decisões dentro da família é feita por negociação onde operam a cooperação, mas também competição. E são nessas negociações que se revelam a desigualdade de gênero na divisão das tarefas domésticas e nos recursos da família. (ARGAWAL, 1999).

Pensando nessas negociações intrafamiliares que autoras como Argawal (1999) e Fiuza (2006) trazem a problematização do lugar da mulher dentro da unidade familiar. Segundo as autoras, o papel da mulher estar mais ligado ao que é concebido como natureza e cuidado, não pode ser interpretado simplesmente como uma maior tendência feminina de ligação com a natureza do que o masculino. Para elas, tal fato é fruto da construção cultural de relações de gênero no qual coloca as mulheres numa posição hierárquica e que destina a elas as atividades menos valorizadas dentro do universo rural. As autoras ainda argumentam que essa naturalização da ligação da mulher à natureza pode favorecer a manutenção dela em um lugar de subordinação, mesmo que estejam lutando e construindo sua autonomia.

Ignoradas nos diversos estudos da economia tradicional, essas particularidades nas relações sociais da família acabam reforçando a sobreposição dos interesses de uns sobre os outros, favorecendo o não reconhecimento do trabalho feminino e tornando isso uma regra. (QUIROGA DIAZ, 2009)

A valorização da produção voltada para o mercado, para a produtividade e o lucro principal objetivo da modernização agrícola priorizou a produção para a venda da mercadoria em detrimento da produção para autoconsumo, tão importante para a agricultura camponesa (WOORTMANN, 1978). Ganham destaque e tamanho os espaços nas unidades de produção familiar voltados para a comercialização, diminuindo em importância e dimensão o espaço ligado à reprodução da família. Assim, houve uma desastrosa ruptura entre produção e reprodução familiar, valorizando e aumentando os espaços de produção, ao mesmo tempo em que diminuiu ou tornou inexistente os espaços de horta e de pequenos animais.

Sendo assim, manteve-se a mulher como responsável pelos espaços de reprodução nas unidades produtivas familiares como a horta, os pequenos animais e o âmbito doméstico - considerados de menor ou nenhum valor econômico, ao passo que as atividades produtivas, consideradas de responsabilidade masculina, ganhavam destaque não só em valor financeiro, mas também em tamanho. A constante exploração da mesma atividade produtiva levava ao desgaste dos recursos naturais e a necessidade de aumento do espaço de produção, em busca de algum lucro, o que favorecia o avanço da produção sobre os espaços de reprodução da família, reduzindo a importância da mulher, em algumas situações, apenas ao trabalho de cuidado da casa e da família.

Portanto, a lógica do mercado e da racionalidade científica como parâmetro para a modernização agrícola manteve a tradicional divisão sexual do trabalho e reduziu a importância e o espaço de trabalho da mulher, sendo apontada por Campos (2011) como uma das causas para a redução maior da população feminina no campo em relação à masculina.

Hirata e Kergoat (2007) afirmam que sempre existiu nas sociedades a divisão sexual do trabalho que é a divisão do trabalho social em função da forma como os sexos se relacionam na sociedade. Essa divisão social do trabalho, segundo as autoras, se organiza de acordo com dois princípios: o princípio de separação que determina que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico que coloca o trabalho de homem valendo mais que o trabalho de mulher. Dessa forma, os homens se apropriaram daquelas funções com mais valor social adicionado como política, religião, os cargos de chefia, entre outras.

Na questão de gênero construiu-se uma relação de hierarquia e poder que estrutura todo o sistema social na qual, historicamente, as mulheres ficaram destinadas à esfera reprodutiva, responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado dos filhos. Já ao homem se atribuiu a tarefa de prover a casa e o lar, dando a ele, dessa maneira, o poder principal sobre a família. Todos os estudos de gênero afirmam que as diferenças são construídas pela cultura, isso significa que os papéis atribuídos a homens e mulheres correspondem aos modelos que socialmente definimos para o masculino e para o feminino.

É complexa a interação entre os fatores biológicos e socioculturais na construção concreta do gênero, uma vez que as diferenças sexuais são dadas e ao mesmo tempo construídas, para compreender essa realidade dialética é preciso analisá-las em conjunto. (MURARO; BOFF, 2002). Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007)

ainda levantam que a ideologia naturalista tem papel crucial na legitimação da divisão sexual do trabalho. Segundo as autoras, tal ideologia “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007 p.599).

O papel socialmente confiado à mulher, devido a sua maior contribuição no processo de reprodução biológica, é o de produzir e reproduzir vida: cuidar das crianças e de todas as atividades que permitem o desenvolvimento físico ao longo da vida, principalmente a satisfação das necessidades básicas como alimentação e saúde. E assim, as mulheres foram excluídas do acesso e controle dos recursos econômicos de uma geração à outra que naturalmente foram assumidos pelos homens (VIEZZER, 1989).

Cuidar é, portanto, uma atividade ligada à questão de gênero. As ocupações das mulheres são na maioria das vezes aquelas que envolvem cuidados e são realizadas numa quantidade desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. A atividade de cuidar parece estar ligada à esfera de valores, expectativas e instituições sociais e pode evidenciar a legitimação de uma parte das vidas das mulheres, uma vez que evoca a essência diária das vidas delas (TRONTO, 1997).

A responsabilidade das mulheres com o cuidado da família (e, portanto, com as tarefas de reprodução da sociedade) está profundamente ligada à identidade feminina, construída socialmente e reforçada pelos estereótipos de gênero. O ‘enclausuramento’ das mulheres nas tarefas do lar foi utilizado historicamente para a sua exclusão dos centros de decisão e de poder, relegando-as a ocupar um papel subordinado na sociedade como um todo (SILIPRANDI, 2013 p. 189).

Nessa hierarquia a esfera feminina, subordinada à masculina, não tem reconhecido ou valorizado seu trabalho e sua contribuição na manutenção da vida familiar. Sua remuneração, quando existe, é vista como um complemento da renda principal, o que as mantém dependentes financeiramente do marido e dos familiares. A partir daí, que Gouveia (2003) afirma que as mulheres são invisibilizadas, pois não têm o reconhecimento como sujeitos ativos dos processos produtivos. E isso se dá em função da dominação patriarcal que as colocam em um lugar de menor importância.

Carrasco (2008) nesse mesmo sentido, levanta que a invisibilidade do trabalho da mulher pode estar ligada a dois motivos. O primeiro à ideologia patriarcal que atribui maior valor ao que é desenvolvido pelo poder masculino (ciência e cultura). O segundo motivo aos sistemas econômicos que ocultam a importância do trabalho desenvolvido

na esfera doméstica, essencial para a produção e a manutenção da vida e ao tratar as mulheres essencialmente como mães e esposas, classificam-nas como trabalhadoras menos produtivas que os homens no mercado de trabalho.

Assim, a mulher é vista como elemento obstrutor do desenvolvimento, ao ser percebida como menos produtiva no mercado de trabalho, quando é a própria sociedade que coloca obstáculos à realização dela ao subvalorizar as capacidades femininas e marginalizar as funções produtivas desempenhadas por elas. E isso dificulta para a mulher se organizar entre os diferentes papéis que precisa desempenhar tanto na esfera reprodutiva quanto na produtiva e se adaptar a elas sempre significa uma sobrecarga considerável (SAFFIOTI, 2013).

Freitas (2008) reforça que tornou responsabilidade da mulher encontrar as saídas que possibilitem conciliar o tempo para o trabalho produtivo e para as atividades de cuidado do lar. Em função disso, a mulher vê sua vida dividida em dois tipos de tempo: um voltado para a esfera econômica e o outro, às necessidades humanas. Para mantê-las, ela intensifica o tempo de trabalho total e reduz o tempo de lazer, podendo diminuir, inclusive, o tempo destinado às suas próprias necessidades pessoais.

Segue, portanto, que os homens apresentam-se no mercado de trabalho de maneira integral e plena, enquanto que as mulheres se vêem obrigadas a dedicar parte do seu tempo aos cuidados da família, o que dificulta sua participação na vida pública. Esse pode ser visto como fator importante na manutenção das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, sendo ao mesmo tempo causa e consequência do volume desproporcional de trabalho não pago que as mulheres realizam em casa (SORJ, 2008).

É preciso, segundo Buarque (2002), a reformulação da cultura de maneira a não permitir que o poder de coação seja mediador das relações humanas, sendo necessário “ressignificar as atividades produtivas e reprodutivas, o que representa um confronto sem tréguas com o patriarcado, seja com a sua faceta paternalista, patrimonialista, tirânica, romântica ou igualitária” (BUARQUE, 2002 p. 27).

Acrescenta-se aqui a necessidade de uma reconsideração da organização do trabalho para homens e mulheres, buscando uma conciliação entre trabalho e família, fazendo com que ambos participem plenamente da esfera do trabalho remunerado e dos cuidados familiares (SORJ, 2008).

Para isso, pode ser necessário construir novos espaços de diálogo seja na família, na comunidade e também nos demais espaços de atuação em que a desigualdade de gênero se faz presente, para que homens e mulheres possam compreender, construir e

distribuir novos papéis e lugares, porque uma vez que as mulheres passem a se incluir em novos papéis, inclusive na esfera produtiva, afetará diretamente os papéis masculinos nesse mesmo lugar. Não incluir os homens nesse diálogo de problematização das relações sociais de gênero, proporciona uma guerra de força, na qual as mulheres em desvantagem, estão tendo que arcar, algumas vezes, com violência doméstica. A construção da equidade de gênero passa pela construção de novos papéis tanto femininos, quanto masculinos.

Como o objetivo deste trabalho é fazer uma análise das possíveis mudanças nas relações sociais das mulheres que fazem parte da agroindústria do Acampamento Recanto da Natureza, passa a ser importante compreender como a lógica da modernidade e a divisão sexual e social do trabalho influenciam a vida das famílias e dessa comunidade no campo.

2.4.2 Campesinato, agricultura familiar e relações de gênero: divisão social e sexual do trabalho no campo

Para se entender a agricultura familiar é preciso antes de tudo compreender que a unidade camponesa é “ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, visto que os membros que a compõem estão relacionados à priori ao processo produtivo e mediante laços de parentesco” (HEREDIA, 2013 p. 8). É da unidade que produz que também se retira o próprio sustento, estando uma parte da produção não contabilizada como renda monetária.

Tendo Chayanov (1974) como primeiro defensor da existência de um modo de economia familiar do campo, que não segue a lógica do capital, este aponta a centralidade na reprodução da família camponesa como “portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo.” Chayanov (1974 apud WANDERLEY, 1996 p 4), a família é, portanto, a principal força produtiva e suas necessidades são o estímulo para o processo produtivo, sendo o trabalho da família voltado principalmente para as necessidades dela. Decorre daí a ausência do assalariamento como subproduto do trabalho e a não contabilização da sua força de trabalho no processo produtivo. A unidade econômica camponesa deve ser entendida a partir da composição familiar residente no sítio e não sob as regras da economia capitalista de produção Chayanov (1974 apud WANDERLEY, 1996).

Chayanov (1974) aponta que numa unidade produtiva familiar a composição e o tamanho da família determinam integralmente quantidade de força de trabalho, esta se determina pela disponibilidade dos membros capacitados na família. Sendo incluídos todos os seus membros dentro do seu processo, à medida que vão adquirindo capacidade de produção com o avanço da idade.

A unidade de produção que faz uso da mão de obra familiar pode ser, para Wortmann e Wortmann (1997) compreendida através das relações existentes no interior de seu grupo social e de sua relação com a natureza. O trabalho se dá “pela articulação de forças produtivas com relações sociais de produção”. Sendo as forças produtivas a combinação dos recursos disponíveis, homens e instrumentos de trabalho, e as relações de produção seriam as relações que se estabelecem dentro do grupo social que realiza a produção (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997. p 10).

Nesse caso, ao se analisar a organização camponesa em sua base social, ela não foge à regra da construção de família patriarcal, o que implica em relações de hierarquia e gênero.

Não há dúvida de que o lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição com relação às atividades que desenvolvem no roçado ou na casa. Sendo assim, a inserção de cada membro em qualquer um dos dois âmbitos varia tanto pelo sexo a que pertence como pelo ciclo de vida de cada indivíduo (HEREDIA, 2013. p. 48).

Entende-se aqui o roçado como o espaço da produção, voltado para a comercialização e tem como principal responsável o homem. A casa, que tem a mãe como principal responsável, é considerado um lugar do autoconsumo e de não trabalho, sendo espaço feminino a horta, a pequena criação e as plantas medicinais (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997).

É do roçado que vem a principal forma de sustento da família, o que faz com que essa atividade seja dominante sobre as demais atividades existentes na unidade de produção familiar. Essa dominação se reflete na família, apresentando-se o homem como o chefe dela. A casa, por outro lado, é vista como um espaço de ação especificadamente feminino, em todos os seus detalhes (HEREDIA, 2013. p. 58).

Na prática a divisão sexual do trabalho torna atividade masculina os serviços que necessitam de força física: lavar, cortar lenha, fazer cerca, fazer pasto. É do homem também a responsabilidade sobre o maquinário agrícola. Já à mulher, de maneira geral, ficam as atividades mais do dia a dia, dentro da casa ou as atividades mais ‘leves’ do

serviço agrícola: a ordenha das vacas e o quintal como horta e jardim (BRUMER, 2004).

Contudo, Paulilo (1987) adverte que a adjetivação do trabalho como leve ou pesado é uma questão cultural. Trabalho considerado leve e portanto menos remunerado está mais ligado à posição hierárquica ocupada na família pela pessoa que o executa do que pelas características do trabalho em si. O trabalho voltado para a produção e geração de renda é atribuído ao masculino cabendo à mulher, embora exerça a atividade propriamente dita, o lugar de ajuda naquele que é considerado o mais importante dentro da unidade familiar, o trabalho remunerado. No meio rural, a aceitação da suposta inferioridade das mulheres transforma a divisão sexual do trabalho em algo natural, definindo o lugar do homem na produção – roça, e o da mulher no cuidado – casa e arredores (PAULILO, 1987).

Como consequência há uma valorização desigual do trabalho. Esse ponto de vista das teorias problematiza o olhar para a produção do campo com essa visão fragmentada, separação roça/casa, o que leva à invisibilidade o trabalho das mulheres rurais e o desmerecimento da contribuição dessas atividades no funcionamento cotidiano da unidade de produção familiar.

De acordo com estudos de Menasche et al. (1996), a agricultura familiar embora marcada por uma unidade de produção econômica cuja base social é a família, voltada não só para o lucro, mas também para atender as necessidades da família obedece à hierarquia anteriormente descrita. Sendo assim, além do trabalho doméstico e dos arredores da casa – horta, cuidar das galinhas, por exemplo – ainda é esperado que as mulheres trabalhem junto com o marido na roça, duplicando sua jornada diária de tarefas e atribuições.

É importante considerar que na unidade agrícola familiar a produção e o autoconsumo coexistem com certa complementaridade entre os gêneros, muito embora com marcada predominância da cultura patriarcal. Aqui, mesmo sob a gerência do pai, chefe da família, as funções desempenhadas pela mulher possui caráter fundamental para existência da unidade produtiva.(HEREDIA, 2013).

Com a modernização no campo, a valorização da produção para mercado e a lógica produtivista, os espaços voltados para o autoconsumo não só perderam sua importância dentro da unidade familiar como também em alguns casos, deixaram de existir, sendo substituídos pelos produtos comprados no mercado convencional. Esse processo tornou a mulher dependente do marido, pois antes, dentro da unidade familiar,

ela era hierarquicamente menos importante, mas essencial ao processo de existência da família.

No trabalho desenvolvido por Wortmann (1992) “Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste” evidenciou-se que houve uma “passagem percebida pelas mulheres de uma complementaridade considerada equilibrada para uma dependência vista como subordinada” (WOORTMANN, 1992 p. 58).

Se antes havia uma hierarquia que mantinha a desigualdade de gênero no campo, com a modernização da agricultura ela se transformou em submissão feminina, uma vez que a mulher deixou de ser produtora do sustento da família para se tornar totalmente dependente da renda produzida pelo homem na produção agrícola moderna. Essa dependência e essa submissão foi considerada pelas mulheres como gerador de falta de respeito dos homens para com elas e um estopim para violência doméstica (WOORTMANN, 1992).

Embora pouco valorizadas, as atividades exercidas pelas mulheres são fundamentais para a qualidade e manutenção da vida da família, especialmente para aquelas mais pobres. É geralmente a mulher que se responsabiliza pelo cuidado da família e o controle da alimentação e o faz através das atividades de autoconsumo e de possíveis trocas dentro da comunidade, visando uma alimentação diferenciada e saudável.

No meio rural, é parte de suas responsabilidades a produção direta dos alimentos, por meio das hortas, dos pequenos animais e da transformação dos produtos, como queijos, doces, pães. As mulheres são ainda, as principais envolvidas com as questões de saúde e educação dos filhos e têm papel estratégico na promoção de hábitos saudáveis, agindo diretamente na garantia da soberania e segurança alimentar, muito embora não haja o reconhecimento da importância de tais ações, nem por elas e nem por seus pares.

Assim, as mulheres estão envolvidas nas diferentes etapas da produção, preparação e consumo de alimentos, existindo uma importante relação entre elas, a produção de alimentos e a promoção da segurança alimentar de seus grupos sociais. Porém como esse trabalho aparece oculto, inclusive nas percepções das famílias rurais e mesmo das próprias mulheres camponesas, fazendo com que nem sempre seja entendido como parte do processo do trabalho agrícola. (MENASCHE e KRONE, 2012).

Freitas (2008) coloca que defender a soberania alimentar é priorizar a produção agrícola local e o acesso dos camponeses à terra e aos recursos naturais. Portanto, para além do protagonismo social que se vincula ao conceito de soberania, esse retoma uma diversidade biológica e sociocultural que tem sido dizimada ao longo dos processos de globalização dos mercados.

Entende-se soberania alimentar:

(...) o direito dos povos, definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (fórum mundial sobre soberania alimentar, 2001 apud MALUF, 2007).

Dessa forma, a soberania passa a significar não só a participação dos atores no desenho do comércio, mas o respeito ao modo de produção e à cultura. Isso retoma a possibilidade de a alimentação ser tratada de forma a respeitar os valores tradicionais e culturais das regiões e países no que tange às formas de cultivo e hábitos de consumo priorizando, justamente, que os povos e as comunidades possam decidir sobre seus modelos produtivos, suas formas de comércio e o seu consumo. E é aqui que a discussão de gênero e o empoderamento das mulheres pode ganhar destaque no processo de produção agrícola. (MENASCHE e KRONE, 2012)

Siliprandi (2013) aponta que tem acontecido uma importante valorização das experiências vividas nas comunidades, uma constante preocupação com a alimentação saudável e com a saúde das pessoas e do ambiente e tudo isso começa a fazer parte da discussão sobre o sistema agroalimentar. Destaca ainda que todos esses temas sempre foram da alçada das mulheres, uma vez que essas tarefas, na divisão sexual do trabalho, fizeram parte do cotidiano feminino, principalmente, a provisão da casa e as lidas associadas à produção diversificada dos alimentos que vão à mesa da família.

Questiona-se aqui de que forma tal debate favorece a questão da mulher ao valorizar seu papel na produção de alimentos? Esta é uma contradição para o posicionamento político das mulheres: ao mesmo tempo em que buscam autonomia e se projetam como sujeitos em especial nas políticas de alimentação, elas são ainda, identificadas com o consumo doméstico e o cuidado familiar (SILIPRANDI, 2004; 2014). Ao lutar pela visibilidade de seu papel de preservação dos hábitos alimentares

da família, elas correm o risco de se enclausurar no ambiente doméstico e no espaço reservado à reprodução social.

As experiências protagonizadas por grupos de mulheres vêm do trabalho de cuidado com a reprodução da vida. Nesse contexto de preocupação com soberania e segurança alimentar é que as mulheres rurais podem exercer um papel decisivo e elas vêm tentando se fortalecer como sujeitos políticos na luta pela soberania alimentar, articulando seus interesses das lutas travadas por elas voltadas para a sustentabilidade da vida. (SILVEIRA, 2008; SILIPRANDI, 2014). As mulheres podem, portanto, ser vistas como sujeitos neste debate, seja pelo interesse em promover novas formas de organização social no meio rural, seja pelo modo de garantir o consumo familiar tradicionalmente atribuído a elas. (FARIA e MORENO, 2008).

As mesmas autoras ainda acrescentam que estrategicamente as mulheres vêm construindo experiências alternativas de produção e distribuição de alimentos, nas quais resgatem os conhecimentos históricos das mulheres na alimentação e no cuidado dos demais. Apontam como estratégia suas formas de produção dos alimentos e o cultivo dos pequenos animais, atividades que não são valorizadas socialmente e vistas como atividades complementares aos cultivos comerciais, mas que desempenhadas de maneira coletiva e voltadas para a economia solidária, pode trazer a visibilidade e reconhecimento para as mulheres.

Dessa maneira, a participação efetiva e coletiva das mulheres rurais no desenvolvimento de suas comunidades é uma condição necessária para que as mulheres sejam capazes de melhorar seu bem estar ao atuar diretamente sobre os fatores que podem afetá-las, aumentando sua interação com a comunidade e reforçando o sentimento de pertencimento ao território. “É portanto, uma via certa para combater a pobreza, a fome, as doenças e estimular o desenvolvimento sustentável.” (BUENDIA MARTINEZ; CARRASCO, 2013. p. 26. Tradução própria)

2.5 PROCESSOS GRUPAIS E IDENTIDADE(S) EM FORMAÇÃO

Pensar em identidade é entender o indivíduo como construtor da sua própria história na medida em que ele passa a interagir com grupos sociais, participar de processos sociais e adquirir autonomia. Para entender identidade não há como separar o

desenvolvimento pessoal e a transformação comunitária porque as duas estão relacionadas entre si e definem-se reciprocamente. (LANE, 1993a)

De acordo com Erikson (1976), a formação da identidade e os processos históricos se cruzam, e é introjetada pelos indivíduos ainda na infância na forma da cultura, nos hábitos familiares e nas normas a que se deve seguir para ser aceito socialmente.

Mas, mesmo assim, a identidade não pode ser vista como algo parado, fixo, imutável. Ela envolve a relação de aspectos subjetivos, sociais e históricos e portanto, em constante construção. Assim, pode-se dizer que há um sentimento duplo de identidade pessoal: a construída ao longo da infância e a compartilhada com a sociedade, nos encontros com a comunidade à medida que se vai ampliando os círculos de convivência.

Na identidade psicossocial das pessoas há uma hierarquia de elementos positivos e negativos que se constroem em torno de modelos considerados ideais socialmente. Quando se pensa nessa construção social balizada nas idéias da modernidade que valoriza hierarquicamente as mulheres, por exemplo, geralmente identificadas mais com a natureza do que com a cultura, quando se adentram em espaços considerados culturais e públicos, levam consigo uma imagem negativa e conseqüentemente têm uma dificuldade de recursos que as ajudem a superar essa imagem negativa de si. (Erikson, 1976).

Ciampa (1993) afirma que as identidades refletem a estrutura social, mas também podem reagir sobre ela, em um constante processo de transformação e conservação, apresentando-se como “uma totalidade contraditória, múltipla, mutável, no entanto uma.” (CIAMPA, 1993 p.61). Portanto, cada posição do indivíduo na sociedade o identifica, e assim ele passa a representar, enquanto sujeito que se reconhece ou se diferencia dos demais sujeitos quando se posiciona em diferentes grupos.

Quando os indivíduos participam e se relacionam entre si, eles se transformam ao mesmo tempo em que são transformados pelo próprio grupo. Esse processo se apresenta, segundo Lane (1993), como uma constante espiral, de maneira que o grupo tende a entrar em crise diante das contradições que se apresentam neste constante transformar “(...)das relações de dominação, as lutas pelo poder, as determinações institucionais de papéis.” (LANE, 1993b. p. 90)

A consciência da reprodução ideológica inerente aos papéis socialmente definidos permite aos indivíduos no grupo superarem suas individualidades e se conscientizarem das condições históricas comuns aos membros do grupo, levando-os a um processo de identificação e de atividades conjuntas que caracterizam o grupo como unidade. [...] Na medida em que o processo é grupal, ou seja, ocorre com todos os membros, ele tende a caracterizar o desenvolvimento de uma consciência de classe, quando o grupo se percebe inserido no processo de produção material de sua vida e percebe as contradições presentes no seu cotidiano, torna-se um grupo-sujeito da transformação histórico-social. (LANE, 1993b p. 17).

No entanto, Lewin (1970) avalia que não se pode analisar um processo de um grupo sem levar em consideração a “atmosfera cultural geral”³, ou seja, o todo no qual o grupo está imerso. Essa influência da atmosfera geral estará permeando os ideais do grupo e causará impactos do pensar dos demais grupos que compõem a atmosfera cultural geral, como a família e a comunidade. Mesmo assim, é possível que dentro do grupo e na sua vivência os membros consigam reconhecer suas verdadeiras necessidades e vontades e recusar regras ou restrições que se apresentem exageradas ou por demais restritivas num âmbito social mais geral.

Para Silvia Lane (1993b) é papel da Psicologia compreender como os indivíduos introjetam a realidade em que vivem. Ela diz,

Uma abordagem psicológica do ser humano teria de enfatizar necessariamente, para uma compreensão completa do homem, uma macro e microanálise, em que a primeira abrangeria todo o contexto social, estrutura, relações, etc., e a segunda se direcionaria para o homem formado por este contexto e, portanto, agindo, percebendo, pensando e falando segundo as determinações desse contexto que, atuando como mediações, foram internalizadas pelo ser humano. (LANE, 1993b. p. 82-83)

Um grupo só é capaz de produzir transformações sociais entre os seus membros e a comunidade quando há um sério compromisso de mudança entre eles. Caso contrário, ele tende a se desagregar, em função da dificuldade de superar as contradições que emergem durante os processos de tomada de consciência dos indivíduos, que ocorrem em momentos diferentes para cada um que participa.

Quando se cria um forte sentimento grupal, em que todos vivem as mesmas dificuldades, angústias e alegrias, o indivíduo aceita mais facilmente um novo sistema de valores e crenças e isto pode ser um facilitador na modificação da identidade. Para

³ Grifo do autor

Lewin (1970) quando tal coisa acontece, a pessoa tende a não aceitar ocupar um lugar de menos valia nas relações sociais, por pertencer à diferente grupo que não o dominante.

Para essa dissertação, o trabalho produtivo do grupo de mulheres tem um papel importante no processo de identificação, na construção da identidade singular da pessoa. O ser humano é também o seu trabalho, pois este possibilitará relações que serão ou não mantidas, quais atividades podem ser desempenhadas, o que e como produz. Portanto, as relações de produção determinam os comportamentos humanos e cabe à Psicologia compreender o comportamento a partir dessas relações de produção. (CODO, 1993)

Assim, as mulheres ao se organizarem enquanto um grupo que produz, elas possibilitam nessa outra posição, a construção de uma nova identidade que se reconhece capaz de realizar diferentes processos de transformação da realidade. A participação nos grupos produtivos tem possibilitado transformações de posições sociais das mulheres na família e na comunidade, na medida em que vão construindo juntas novas respostas, novos lugares e a satisfação de sentir-se completas diante desses novos papéis. (SILIPRANDI, 2009). E é isso que será analisado ao longo dos próximos capítulos deste texto.

3 O TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU SOB A PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE GÊNERO

Nos últimos 12 anos houve no Brasil propostas políticas de avanço social que impactaram diretamente as questões relacionadas à pobreza extrema, à fome, emprego, renda e acesso à bens e serviços (Dupas, 1998; Fonseca; Fagnani, 2013). Foram criados pelo Governo Federal programas voltados para combater a insegurança alimentar e nutricional e também para transferência de renda para as classes mais pobres⁴.

Dentre as várias políticas públicas desenvolvidas, principalmente através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com os programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), trouxeram diversos avanços ao território Cantuquiriguaçu que melhoraram a qualidade de vida de sua população, expressos pelo aumento do IDH da região. Assim como a atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres que vem atuando em conjunto com os demais Ministérios a fim de promover a igualdade de homens e mulheres e combater todas as formas de discriminação e violência de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

Neste capítulo pretende-se explicar o contexto no qual o grupo de mulheres da Agroindústria do Recanto da Natureza, foco desta pesquisa está inserido. Num primeiro momento, construiu-se um panorama da desigualdade de gênero no Brasil e no Paraná. Em seguida o território Cantuquiriguaçu é apresentado com suas características históricas, econômicas voltadas para uma análise de gênero, esmiuçando as diferenças entre homens e mulheres ao acesso e às oportunidades oferecidas.

Para a descrição do território deu-se prioridade ao estudo das relações de gênero dentro do universo rural, na agricultura familiar e as condições oferecidas às mulheres do campo na Região da Cantuquiriguaçu.

⁴Iniciado pelo Programa Fome zero no Governo Lula em 2003, hoje sob o nome de Brasil sem miséria - iniciado em 2011 sob Governo Dilma - há uma atuação em três frentes distintas para a erradicação da miséria no país: O Programa Bolsa Família com a transferência de renda às famílias mais carentes; acesso à serviços públicos para melhoria da saúde, educação e cidadania dos(as) brasileiros(as) e inclusão produtiva para aumentar as oportunidades de trabalho e geração de renda às pessoas do campo e da cidade. (MDS, 2015)

3.1 A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL E NO PARANÁ

Como visto anteriormente, viver em uma sociedade constituída sob um alicerce patriarcal e machista origina diferenças e desigualdades entre os sexos nas atividades específicas, nos acessos à política e emprego e no controle dos recursos. Essas diferenças de gênero são socialmente construídas e se refletem nas oportunidades, nas interações e relações sociais entre homens e mulheres, causando efeitos específicos sobre cada um deles em toda a vida e podem determinar melhor ou pior qualidade de vida. Exatamente por serem construções sociais essas desigualdades podem se apresentar diferentes ao longo do tempo e em distintas culturas.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) não há nenhum país no mundo que tenha atingido o grau máximo de igualdade de gênero. Este tem sido um dos principais problemas enfrentados mundialmente para o avanço do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desde 2010, esse órgão tem complementado a leitura do IDH com outros índices sociais importantes como o índice de desigualdade de gênero (IDG), índice de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade (IDHAD) e índice de pobreza multidimensional (IPM)⁵, por entender que o IDH é uma medida média que acaba mascarando a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população do país.

O índice de desigualdade de gênero (IDG) de acordo com PNUD

Reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero (PNUD, 2016)

Avalia-se dessa forma, o quão desigual é o acesso que homens e mulheres têm aos recursos e oportunidades existentes no país dentro do estágio de desenvolvimento em que ele se encontra. Vale salientar que a quantidade de recursos oferecidos não são avaliados e, portanto, o IDG deve ser entendido como um índice de desigualdade e não de desenvolvimento (SOUZA; RAMOS, 2012).

⁵ Para maiores informações sobre esses índices, recomenda-se a consulta ao sitio do PNUD: http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH

Contudo, o PNUD afirma que o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de desigualdade de gênero atuam juntos de maneira que quanto mais um país avança na igualdade entre homens e mulheres, maior índice de desenvolvimento humano ele apresenta, o que pode favorecer o desenvolvimento econômico na medida em que aproveita plenamente os recursos humanos do país.

O IDG global apresenta variáveis que não são totalmente adaptadas à realidade brasileira, podendo favorecer o resultado em determinados quesitos e desfavorecer em outros, não conseguindo retratar com fidelidade as diversas realidades de desigualdade de gênero em um país grande e de múltiplas culturas. Mas, mesmo reconhecendo a fragilidade do índice internacional diante da diversidade que é o Brasil, o país ainda não conseguiu estabelecer uma forma de mensurar a questão da desigualdade de gênero dentro do seu território.

Em função disso, Souza & Ramos (2012) elaborou o Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG) que consegue medir, por estado, o acesso das mulheres à saúde, educação, emprego e política (Tabela 1), adaptando o cálculo já utilizado pelas Nações Unidas à grande diversidade regional que o Brasil apresenta. Quanto mais próximo de um (1) o valor do índice, maior o nível de igualdade (SOUZA; RAMOS 2012, pag. 20).

Embora esse índice não seja oficialmente utilizado pelo país para medir a desigualdade de gênero nos estados e regiões, essa tentativa de construir um índice nacional, a partir de dados oficiais coletados em fontes como IBGE, IPA, Fundação Getúlio Vargas, torna-se de extrema importância, pois caracterizam de maneira individualizada em quais pontos as políticas de equidade de gênero precisam ser mais trabalhadas em cada região brasileira. Só se consegue atuar de maneira diretiva quando se conhece o problema enfrentado.

Tabela 1 Resultados apresentados por Souza & Ramos (2012) quanto à proposição de um Índice Nacional da Desigualdade de Gênero (INDG) como resultado da dimensão de Participação Econômica e Oportunidades.

UF	ÍNDICE ECONOMIA	ÍNDICE EDUCAÇÃO	ÍNDICE POLÍTICA	ÍNDICE SAÚDE	INDG
Rio Grande do Norte	0.721	0.992	0.405	1	0.780
Roraima	0.870	0.999	0.237	0.998	0.776
Maranhão	0.762	1	0.313	1	0.769
Amapá	0.782	0.998	0.228	1	0.752
Sergipe	0.827	1	0.140	1	0.742
Acre	0.807	0.994	0.157	1	0.740
Rio Grande do Sul	0.727	0.999	0.229	1	0.739
Paraíba	0.837	0.995	0.120	0.998	0.738
Amazonas	0.724	1	0.207	1	0.733
Rio de Janeiro	0.716	1	0.195	1	0.728
Alagoas	0.831	1	0.078	1	0.727
Espírito Santo	0.738	1	0.168	1	0.726
Tocantins	0.786	0.997	0.123	0.999	0.726
Pará	0.739	1	0.161	1	0.725
Piauí	0.775	0.999	0.120	1	0.724
Bahia	0.799	0.997	0.096	1	0.723
Rondônia	0.729	0.999	0.160	1	0.722
Mato Grosso do Sul	0.722	0.999	0.162	1	0.721
São Paulo	0.728	1	0.143	1	0.718
Distrito Federal	0.756	1	0.108	1	0.716
Minas Gerais	0.734	1	0.119	1	0.713
BRASIL	0.738	1	0.102	1	0.710
Pernambuco	0.754	1	0.075	1	0.707
Ceará	0.772	0.998	0.055	1	0.706
Goiás	0.693	0.996	0.098	1	0.697
Mato Grosso	0.714	1	0.059	0.998	0.693
Paraná	0.691	0.996	0.045	1	0.683
Santa Catarina	0.670	1	0.036	1	0.676

Fonte: SOUZA; RAMOS, 2012. p. 21.

O Brasil com INDG 0,710 tem as dimensões de economia e política menos satisfatórios na questão de igualdade de gênero. De uma maneira geral os estados do norte e nordeste apresentaram melhores índices do que os do centro sul do Brasil, o que sugere que a renda e o grau de desenvolvimento econômico do Estado não determinam de maneira direta melhores oportunidades para as mulheres e conseqüentemente igualdade de gênero (SOUZA; RAMOS, 2012).

De acordo com os dados levantados pelos autores, nas dimensões de saúde e educação o país registra acesso praticamente igualitário a ambos os sexos. Embora

tenha conseguido reverter à situação de desigualdade de gênero na educação nos últimos anos - mostrando-se atualmente mais favorável às mulheres, que têm mais tempo de estudo - o país ainda possui pequena desigualdade quanto à taxa de alfabetização e matrículas no ensino fundamental. A saúde é a mais igualitária das dimensões apresentadas.

Mas, é na política e na economia que o índice nacional de desigualdade de gênero reflete os piores resultados, com valor médio de 0,102 e 0,738 respectivamente. A falta de representatividade feminina nos cargos parlamentares e de chefia, aliado a diferenças salariais entre homens e mulheres, acentua o índice de desigualdade no Brasil como um todo.

O Estado do Paraná (Tabela 1) ocupa o penúltimo lugar no ranking de desigualdade de gênero (INDG = 0,683), encontrando-se entre os últimos colocados em três das quatro dimensões principais utilizadas para o cálculo: economia, educação e política. Embora seja um dos estados mais desenvolvidos do país, o Paraná registra acessos desiguais entre homens e mulheres principalmente na economia e política, apresentando índices inferiores à média nacional. (Souza & Ramos, 2012).

Na dimensão econômica (Tabela 1) o estado do Paraná, chama a atenção o grau de desigualdade nos cargos de dirigentes e técnicos tanto em quantidade (0,56 e 0,64 respectivamente), quanto na disparidade de salário entre os sexos (0,65 e 0,77 respectivamente). O que demonstra que no Estado as mulheres têm muita dificuldade para chegar ao cargo de chefia e coordenação e quando acontece, recebe salários inferiores aos homens na mesma posição.

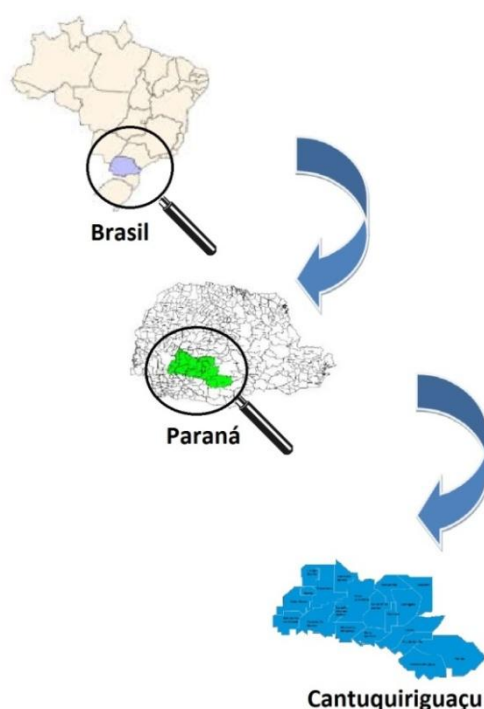
No plano político é ínfima a representação feminina: o estado nunca elegeu uma governadora; dos 26 cargos de Secretários de Estado somente duas (2) são ocupados por mulheres; das 54 cadeiras de deputado estadual, apenas 4 são ocupadas por mulheres; dos 30 deputados federais, apenas 2 são mulheres (SOUZA; RAMOS, 2012). O cenário em 2016 persiste, pois apenas 11% dos cargos eletivos (vereadores, prefeitos, deputados e governador) são ocupados por mulheres. Esse índice mantém o Paraná entre as últimas posições no ranking nacional, de acordo com dados divulgados pela Agência Senado (Jornal Correio do Cidadão, 2016).

E é nesse cenário de grandes desigualdades de gênero tanto na dimensão política, quanto na dimensão econômica que se encontra o território Cantuquiriguaçu.

3.2 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Segundo sítio do Portal da Cidadania, o território rural Cantuquiriguaçu⁶ é composto por 20 municípios⁷. Considerado pelo Governo Federal um território da cidadania⁸ em 2008 e uma das áreas mais pobres do Estado do Paraná vem recebendo apoio financeiro para estimular ações nas áreas de atividades produtivas, direito e cidadania e infraestrutura a fim de favorecer seu desenvolvimento econômico e social⁹.

Figura 1 Localização do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu



Fonte: Wikipédia; UNIOESTE; SEBRAE – elaborada pela autora.

⁶Localizado na região centro-oeste do estado, seu nome originou-se pela junção dos nomes dos três rios que delimitam a região: Cantu, Piquiri e Iguaçu. Habitado originalmente por comunidades indígenas (Guarani, kaingang), a ocupação e urbanização do território se deu principalmente por confronto no qual os imigrantes portugueses vieram interessados em escravizar os índios e ampliar suas fronteiras. Atualmente, os povos indígenas estão restritos apenas aos espaços de reservas sob proteção das políticas do Estado brasileiro. Há também forte presença de imigrantes eslavos, italianos e migrantes catarinenses e gaúchos no território (IPARDES, 2007).

⁷Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

⁸Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. (site território da cidadania)

⁹Para maiores informações sobre características do território Cantuquiriguaçu e suas políticas de desenvolvimento, recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Moraes (2013).

No território encontram-se 4.426 famílias assentadas da reforma agrária além de muitas famílias em situação de acampamento - algumas com mais de 15 anos de espera, quatro comunidades quilombolas reconhecidas, além de outras áreas em processo de reconhecimento, duas áreas de terra indígenas - uma reconhecida denominada Rio das Cobras e outra ainda não demarcada e em processo de disputa na comunidade Passo Liso em Laranjeiras do Sul - e reassentados pelos atingidos por barragem, o que evidencia que é uma região marcada por grandes conflitos pela posse da terra. (IPARDES, 2007; CONDETEC, 2011).

De acordo com o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) (2011), o crescimento populacional no território teve um decréscimo de 0,08%, em contraponto ao aumento populacional do estado do Paraná que foi de 9,16%. Esse decréscimo está ligado ao êxodo rural que entre os anos 2000 e 2010 atingiu 6,0%, com a população rural - que no ano 2000 era 52% e no ano 2010 passou a ser 46% - indo para as áreas urbanas no próprio território, assim como para outras localidades do estado e do país em busca de emprego, estudos e melhores condições de vida.

Embora essa tendência de diminuição demográfica da população rural seja um dado relevante, ainda há no território municípios com baixas taxas de urbanização dentro os quais merecem destaque os municípios de Marquinho, Porto Barreiro, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu e Goioxim que apresentam taxa de urbanização entre 10 e 24%. Mas, é notável que o território tem seguido a tendência nacional de aumento e concentração da população na área urbana. A taxa de urbanização aumentou de 48,2% no ano 2000 para 53,8% em 2010, crescimento de 5,6%. (IBGE, 2000; 2010).

Apresenta no total 82% dos estabelecimentos agropecuários caracterizados como da agricultura familiar, sendo os outros 18% de agricultura não-familiar. No entanto, quando se analisa em total de área de terra ocupada os valores são inversamente proporcionais, embora em maior número, os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam apenas 30% da área territorial, e os estabelecimentos não familiares dominam 70% do território total. A concentração de terras ainda é um grande entrave para o desenvolvimento da região, pois é na agricultura familiar onde se concentra a grande maioria das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do território, os estabelecimentos não familiares têm aproximadamente 1/4 da população rural ocupada.(CONDETEC, 2011).

A economia do território é principalmente agrícola, com destaque para a produção de grãos como soja, milho que ocupam maior área plantada (385.901 hectares juntos) e maior produção (1.824.770 toneladas ao todo) evidenciando uma forte tendência à produção para exportação de *commodities* (CONDETEC, 2011) e num modelo de produção dependente de insumos químicos e agrotóxicos. Isso é confirmado em um estudo realizado em 2011 no município de Laranjeiras do Sul, e os municípios do entorno, no qual 94,5% dos entrevistados fazem uso de agrotóxicos em suas unidades de produção, totalizando 48 formulações diferentes dessas substâncias (CAZAROLLI, 2012).

Um território de paisagem natural, tipicamente caracterizado como área de transição entre a Floresta Ombrófila Mista (FOM), Floresta de Araucárias e a Floresta Estacional Semidescidual (FES), Floresta de Peroba (IBGE, 2012), atualmente há apenas sombras da floresta que antes existia. Estes espaços foram substituídos por área de pastagem e plantio, com destaque para espécies arbóreas exóticas como pinus e eucalipto (ITCG, 2009).

A população total do território, de acordo com IBGE (2010) é de 232.519 habitantes, dos quais 107.459 vivem na área rural, o que corresponde a 46% da população do território vivendo no meio rural, sendo 48% dessa, composto por mulheres. Quando comparado com o Estado do Paraná, que tem apenas 15% da sua população total vivendo no campo, evidencia-se o caráter rural do território, podendo-se afirmar que a Cantu é um território caracteristicamente rural e isso reflete em sua difícil situação econômica e social.

Ainda segundo CONDETEC (2011) as unidades produtivas familiares do território de maneira geral combinam a produção de grãos – milho e feijão – com gado de leite, para consumo e comercialização, e aves e suínos para consumo e eventualmente para comercialização, além da produção de autoconsumo de hortaliças, frutas e plantas medicinais.

Este território é considerado uma das áreas mais pobres do estado do Paraná, seus índices de educação, longevidade e renda embora tenham melhorado nos últimos doze anos (IDHM médio do território é 0,720¹⁰), estão abaixo do encontrado no Brasil (0,727) e no Paraná (0,749), segundo dados do Atlas Brasil (2013). Esses dados

¹⁰ Site Portal da Cidadania:
http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/cantuquiriguaupr/one-community?page_num=0. Acesso em 04/01/2016

evidenciam que embora tenha ocorrido ganhos essenciais à qualidade de vida das pessoas que residem no território, há ainda defasagem desse índice quando comparado à média brasileira e estadual.

A taxa de idosos no território aumentou de 5,5% para 6,9% da população. O grau de envelhecimento, medido pelo índice de idosos, da população aumentou de 16,02 em 2000 para 24,8 em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de pessoas mais jovens (0 a 14 anos) teve uma redução de 19,8% no mesmo período. Sendo assim, em 2010 para cada 100 jovens havia 24,8 idosos no território. O estado do Paraná apresenta um grau de envelhecimento maior de 33% (IBGE, 2010). Estão nascendo menos crianças e a população do território está envelhecendo, mas comparativamente, a população do território ainda se apresenta mais jovem do que a média do Paraná e a brasileira.

O índice que menos avançou nesses últimos anos na região foi a educação. A taxa de analfabetismo se apresentou em 11,53% da população, bem superior à taxa do Paraná que foi 6,28%. A taxa de abandono escolar precoce de pessoas entre 18 a 24 anos também registrou um valor alto de 48,9% (IBGE, 2010). É uma população ainda com pouco tempo de estudo, de uma maneira geral. No entanto, a região apresentou a expectativa de anos de estudo - em média simples - em 2010 de 10,4 anos, valor superior à média brasileira que é de 9,5 (Atlas Brasil, 2013).

Outro fator importante a destacar é a disparidade dos números quando se compara o meio urbano e o meio rural (Tabela 2), o meio rural apresenta menores níveis de escolaridade, o que indica pouca oferta do serviço ou qualidade de infraestrutura ruim, maior dificuldade de acesso e alto índice de abandono escolar precoce. O número cada vez mais reduzido de escolas no campo afeta diretamente esse índice, impactando na realidade do território. Segundo INEP (2014) o Brasil possuía 79.388 escolas no campo em 2010, em 2014 esse número havia se reduzido para 67.541, uma diminuição de 15% em 4 anos. Destaque no território para os níveis mais altos de escolaridade como Ensino Médio e o Superior em que na área rural apresentam índices muito baixos: menos de 30% para o Ensino Médio e 13% para o Ensino Superior, o que sinaliza a grande dificuldade dessa população de continuar avançando no estudo.

Tabela 2 Níveis de escolaridade geral rural e urbana de pessoas com 10 anos ou mais.

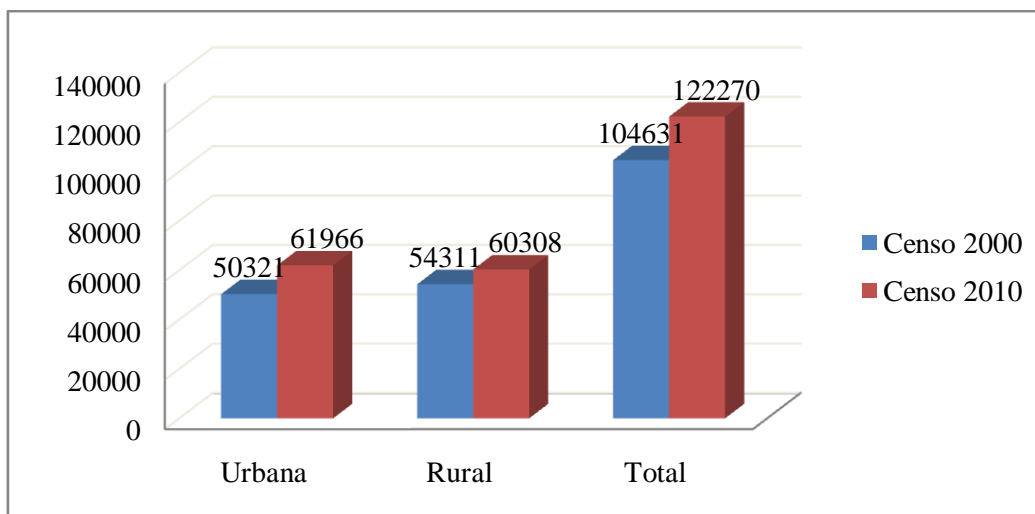
Nível de escolaridade	Rural	%	Urbano	%	Geral	%
Sem instrução	67670	53%	59859	47%	124529	100%
Fundamental completo e médio incompleto	12910	41%	18902	59%	31812	100%
Médio completo e superior incompleto	7140	28%	18177	72%	25317	100%
Superior completo	1082	13%	7032	87%	8114	100%

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

A situação de trabalho e renda apresentou ligeira melhora no território. A população economicamente ativa no território aumentou, indicando um maior número de pessoas disponíveis para o trabalho, seja trabalhando ou procurando algum trabalho. Em 2000 a população economicamente ativa era de 104.631 pessoas, já em 2010 esse número era de 122.270 pessoas. Um aumento maior na área urbana com incremento de 11.643 pessoas, sendo que na área rural teve uma elevação do número também, mas em menor grau, 5.996 pessoas ao todo. (IBGE, 2010).

A população ocupada no território era, em 2010, 117.426 pessoas (Figura 2). Sendo que 50,5% estavam na zona rural e 49,5% nas áreas urbanas dos municípios. No setor agropecuário encontravam-se 48,7% da população ocupada do território; na indústria 7% e nos serviços 25,4% da população ocupada. O rendimento médio das pessoas ocupadas era de R\$ 762,02, considerado baixo quando comparado com o rendimento médio brasileiro de R\$ 1.276,00 e principalmente com o rendimento médio dos trabalhadores paranaenses que estava na faixa de R\$ 1.368,35 (ATLAS BRASIL, 2013).

Figura 2 Representação gráfica da população economicamente ativa na Cantuquiriguaçu, comparando dados apresentados para os anos de 2000 e 2010 de acordo com dados IBGE.



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pela autora.

Segundo IBGE (2010) eram empregados na Cantuquiriguaçu, aqui considerando emprego formal e informal, 59.091 pessoas, sendo que 72,3% estavam em empregos urbanos e 27,7% em empregos rurais. Em 2010 a região oferecia 26.389 empregos formais (carteira assinada), 44% dos empregos existentes no território. Em 2014 essa oferta girava em torno de 31.199 empregos, um aumento de 4.810 vagas no período.

Outra forma de ocupação que também é mais encontrada no meio urbano do território é a de empregadores, os quais 88,3% estão nas cidades, enquanto na zona rural encontram-se 11,7% deles. Por outro lado, cerca de 68% das pessoas que trabalhavam por conta própria, 80,7% dos trabalhadores não remunerados e 88,4% dos que se ocupam da produção para autoconsumo estão nas áreas rurais do território¹¹, aqui se encontram registrados os agricultores familiares.

Cerca de 44% da população ocupada do território recebiam até 1 salário mínimo¹² no território, no Brasil essa parcela é de 21,9% e no Paraná é de 17,2%. A renda *per capita* do território apresentava-se no valor de R\$484,43, contrastando com a

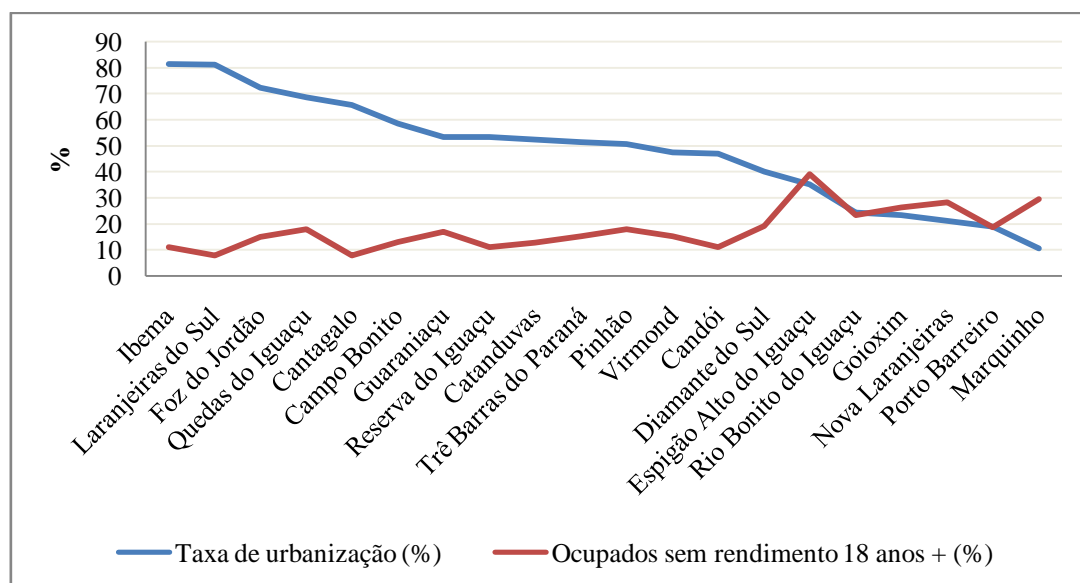
¹¹ **Conta-própria** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado; **Trabalhador não-remunerado** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar na produção de bens primários e/ou como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; **Trabalhador na produção para o próprio consumo** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens primários para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar

¹² Salário mínimo brasileiro em 2010 era R\$510,00; Salário mínimo 2016 - R\$ 880,00

renda per capita brasileira que alcançava o patamar de R\$793,87 e do Paraná, maior contraste ainda, no valor de R\$890,89. Influencia no baixo valor da renda *per capita* do território a porcentagem de população ocupada sem rendimento (trabalhador não remunerado e trabalhador na produção para próprio consumo) que na Cantu era 18,3%. No Brasil 5,6% da população ocupada não tinha rendimento, no Paraná esse valor é menor ainda: 3,98%. Somente dois municípios da região apresentam porcentagem inferior a 10% nessa categoria: Laranjeiras do Sul e Cantagalo com 7,89% (ATLAS BRASIL, 2013).

Destaca-se os municípios de Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim, Marquinho, Nova Laranjeiras, e Rio Bonito do Iguaçu que apresentavam porcentagem entre 23 e 39% da população ocupada nessa situação. Percebe-se que esses são municípios que apresentam taxa de urbanização baixa, ou seja, são mais rurais além disso, em alguns deles registra-se a forte presença de assentamentos rurais da Reforma Agrária como Goioxim e Rio Bonito do Iguaçu e, particularmente, em Nova Laranjeiras a presença da Reserva Indígena, o que envolve um contingente expressivo de habitantes em seus respectivos municípios. Autores como Coca (2011) e Abramovay (2005) já escreveram sobre a situação de pobreza encontradas em assentamentos rurais.

Figura 3 Representação gráfica da taxa de urbanização X ocupados sem rendimento na Cantuquiriguaçu.



Fonte: Atlas Brasil (2013) Elaborado pela autora.

São também esses mesmos municípios que apresentam a pior renda per capita, as maiores porcentagens de população extremamente pobres e vulnerabilidade à

pobreza. Mas, de maneira geral os índices da Cantuquiriguaçu nesses quesitos são preocupantes. Enquanto o Brasil apresenta índice de extrema pobreza em 6,62%, a Cantu apresentou o valor de 9,27%. A taxa de pessoas vulneráveis à pobreza da região é 44,25% - quase a metade da população do território - enquanto o dado brasileiro gira em torno de 32,56%.

Quando analisada essa mesma situação no território numa perspectiva temporal, percebe-se que em números absolutos a população ocupada sem rendimento aumentou entre os anos 2000 e 2010. Em 2000 eram 17.804 pessoas ocupadas ou que não recebiam rendimento ou que trabalhavam para produção para o próprio consumo. Em 2010, somavam-se 21.489 pessoas na mesma situação (IBGE 2000;2010). Esse cenário pode estar evidenciando o continuado empobrecimento das famílias do campo, em que elas saem de cena dos mercados convencionais e passam a se dedicar apenas para o seu próprio sustento, seja por falta de condições financeiras ou opção de vida.

Conclui-se que a Cantu apresenta uma marcada desigualdade social. A pobreza atinge de maneira desigual mais o campo do que a cidade, mais as mulheres do que os homens e também mais as populações pretas e pardas do que a branca. Segundo o IBGE (2010) no Sistema Nacional de Informação de Gênero, por exemplo, o rendimento médio da população urbana é 30% maior do que o da população rural; o rendimento médio da mulher representa 69,95% do rendimento do homem; o rendimento médio da população preta e parda representa 63,6% do rendimento médio da população branca.

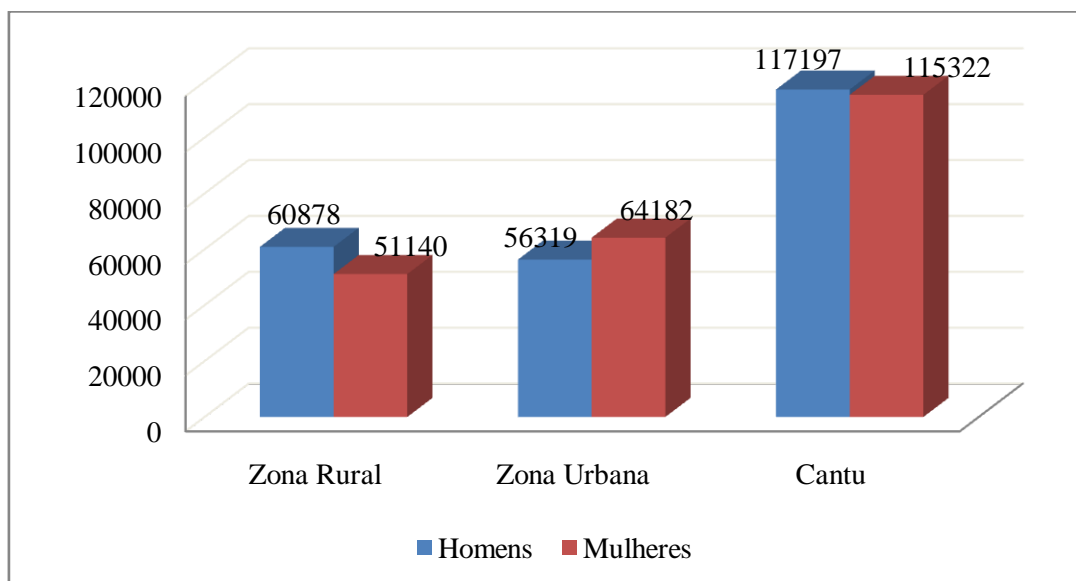
Claro está que as categorias gênero, classe, raça e etnia, urbano ou rural atuam juntas e podem aumentar ou diminuir as condições de desigualdade e vulnerabilidade social. No entanto, para essa dissertação a pesquisadora deu destaque para os dados de gênero e meio rural - temas do presente estudo, deixando para um estudo posterior a leitura e interpretação dos dados de raça e etnia.

3.3 A QUESTÃO DE GÊNERO NO TERRITÓRIO DA CANTUQUIRIGUAÇU

A população total da Cantuquiriguaçu é de 232.519 habitantes que se divide da seguinte maneira 46,2% está na zona rural e 53,8% na zona urbana do território (Figura 3). Há um ligeiro predomínio da população total masculina com 50,4% sobre a população total feminina com 49,6%, sendo que a população masculina é maior no campo e a população feminina é maior na cidade.

A razão de sexo, relação entre a quantidade de homens para cada grupo de 100 mulheres, foi de 1,02 no território, indicando maioria de homens na população total. Na população rural a razão de sexo é praticamente a mesma do território 1,02 comprovando o maior número de homens na área rural, já na população urbana a razão de sexo ficou em 0,94, com mais mulheres nesse espaço.

Figura 4. Representação gráfica da Demografia na Cantuquiriguaçu no ano de 2010



Fonte: Censo demográfico 2010, IBGE. Elaboração pela autora.

Segundo IBGE (2014), a maioria de mulheres na população, pode estar relacionado com o envelhecimento ou com o diferencial por sexo na migração, que em virtude dos modelos tecnológicos de produção adotados pela agricultura pautados na revolução verde, afeta mais as mulheres que têm deixado o campo para se estabelecerem nas cidades. Assim, os dados encontrados para a região corroboram com os estudos de Campos (2011) que evidencia bem a masculinização no campo.

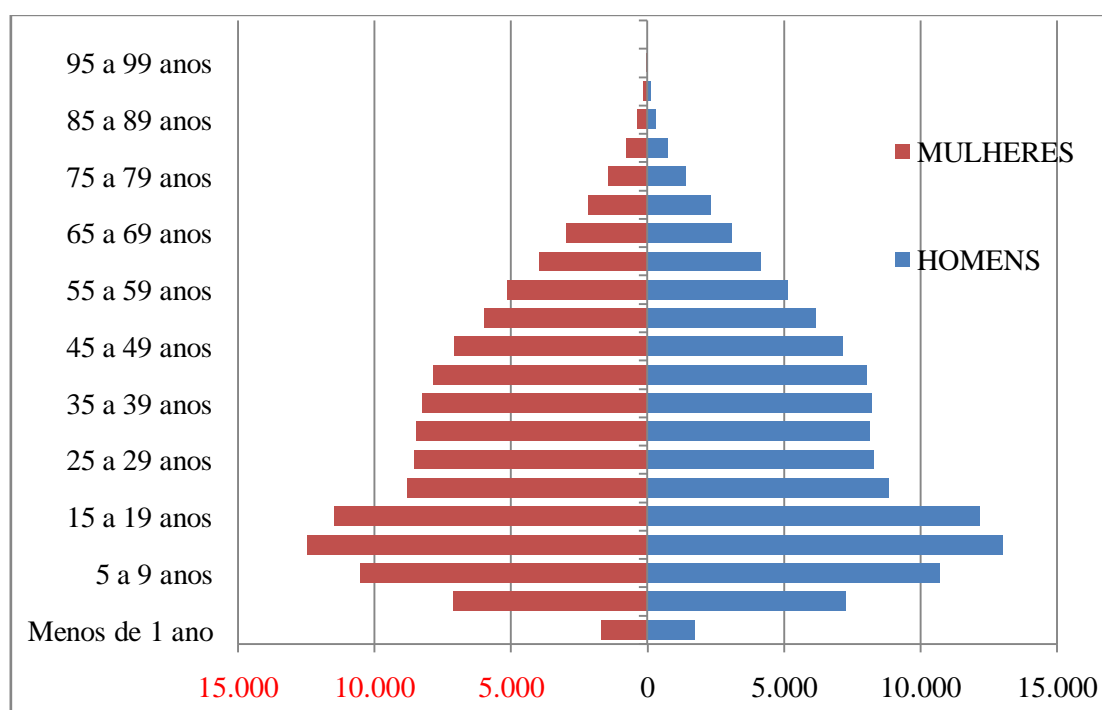
Mas, de uma maneira geral a razão por sexo nas diferentes faixas etárias no território evidencia a predominância de homens em todas elas, até mesmo na população idosa, considerada aquela acima de 60 anos (Figura 5). O que sugere que há algum tempo houve um período de migração diferenciada entre os sexos, em que os homens permaneciam no campo enquanto as mulheres saíram, e agora esse grupo está atingindo a velhice.

Contudo, nos últimos 10 anos diminuiu a diferença entre a quantidade de homens e mulheres no território. A diferença que era de 2,2 percentual no ano 2000,

reduziu a apenas 0,8%, com o decréscimo da população masculina em 0,7% ao mesmo tempo em que a população feminina cresceu 0,7% no mesmo período.

A distribuição dos sexos por idade apresenta um gráfico em forma piramidal (Figura 5), indicando uma população mais jovem e com uma ligeira predominância masculina. O número de idosos no território aumentou 20%. Em 2000 eram 12.833 e em 2010 eles somavam 16.041. Como na população brasileira, as mulheres são maioria na população da Cantu acima de 75 anos, que está relacionado à maior expectativa de vida feminina (IBGE, 2010).

Figura 5 Representação gráfica da pirâmide etária/ sexo no território da Cantuquiriguaçu, ano de 2010



Fonte: Atlas Brasil 2013.

A taxa de fecundidade do Paraná é 1,86; do Brasil 1,77 e vem mostrando redução ao longo dos anos. A proporção de mulheres jovens (15-19 anos) em relação as mulheres de 15 a 49 anos de idade no território é de 31,8% o dobro da proporção apresentada pelo Brasil em 2010, o que afeta diretamente nos dados de taxa de fecundidade para o território, que ainda permanece mais alta comparativamente ao país e ao estado.(IBGE, 2014).

Quando se analisa o perfil das famílias na Cantu, a proporção de famílias em que a mulher era a responsável nas famílias únicas e conviventes principais em 2010 era 27,4% no território. No Brasil essa proporção é bem maior 37,3%, sendo que este

indicador aumenta para 39,3% nas famílias em áreas urbanas e diminui para 24,8% nas áreas rurais, segundo IBGE (2014). Esse conceito de responsável na família é um tanto quanto controverso, uma vez que não há um critério objetivo e uniforme para a definição de responsabilidade, como maior renda ou maior poder decisório dentro da casa, o critério é o reconhecimento pelos membros da família da responsabilidade pelo domicílio.

Esse número pode estar mascarando os casos em que a mulher atua como responsável pela família, mas quem se apresenta como responsável é o homem e outro fator importante que pode contribuir para que a proporção de mulheres responsáveis pela família no território seja próximo à média das famílias rurais brasileiras é o fato de o território ser marcadamente um território rural, sendo que a taxa de domicílios rurais que têm a mulher como responsável é de apenas 8% na Cantu. (IBGE, 2006). Esse dado evidencia que as relações sociais de gênero de fato determinam o acesso aos bens materiais e aos recursos como nos assinala Scott (1989) e Viezzer (1989), sendo as mulheres excluídas dos acessos aos recursos econômicos mesmos aqui no território.

Nas famílias do tipo responsável sem cônjuge e com filhos, as mulheres respondem por 82,6% delas, o que demonstra que são elas a grande maioria que vive esse tipo de arranjo familiar. As famílias do território do tipo casal com filhos que tinham as mulheres como responsável são 18,3%, e as do tipo casal sem filhos 17,2% ambos bem abaixo da média do território. (IBGE, 2010).

Das famílias com o rendimento familiar per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, as mulheres eram responsáveis por 29,8%, valor maior do que a média total de mulheres responsáveis (27,3%). Nas famílias com rendimento familiar per capita de mais de dois salários, as mulheres são responsáveis por 23,3% delas, um valor abaixo da média total do território. Isso significa que ou seja, nas famílias mais pobres aumenta a proporção das que são chefiadas por mulheres, evidenciando aqui também a questão da feminização da pobreza, muito bem explicitada no estudo de Campos (2011).

A média percentual de contribuição do rendimento das mulheres no rendimento familiar é 39,7%, bem próxima à média brasileira que é 40,2% (IBGE, 2014). Esse número indica que as mulheres no território da Cantu contribuem para o rendimento familiar, no entanto, não se sentem ou não são reconhecidas como responsáveis pela família.

Mais uma vez podemos reforçar aqui a vulnerabilidade da mulher, que vive a mercê da exposição implacável do legado histórico patriarcalista e escravocrata,

perpetuadores das desigualdades de gênero e de raça como relatados no documento do PNAD 2008: primeiras análises

[....] O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é culturalmente percebido como atividade das mulheres, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução, que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Na naturalização dessa atividade como de responsabilidade das mulheres por dotá-las de atributos, como zelo, abnegação, reprodução que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Além disso, por ser considerada de responsabilidade natural das mulheres, a atividade é restrita à esfera do doméstico, não tem o seu valor econômico nem social reconhecido, o que a torna desprestigiada (IPEA, 2009, p. 20).

Outro aspecto interessante para analisar sobre as famílias é a presença de crianças com até cinco (5) anos de idade. Mesmo nos casos em que a mulher tem o cônjuge com quem compartilha as responsabilidades da casa, geralmente o cuidado dos filhos recaem sobre ela (IPEA, 2010, pag. 427; Medeiros e Neves, 2013). Portanto, a família possuir filhos nessa faixa etária afeta consideravelmente a possibilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. É sobre essa questão do cuidado das crianças pequenas que a autora Safiotti (2013) evidencia que a sociedade trata a mulher como menos produtiva no mercado de trabalho, muitas vezes por sua função de cuidadora dos familiares, ao mesmo tempo em que aponta às mulheres essa função como exclusiva delas.

A oferta de vagas em creches e pré-escola tem papel importante nessa questão, amenizando a carga de trabalho doméstico e de cuidado, liberando a mulher para o mercado de trabalho e nesse aspecto o território deixa a desejar, uma vez que ao todo 66,5% das crianças de 0 a 5 anos estão fora da creche (Atlas Brasil, 2013). Sendo que 46,2% das crianças que vivem na área urbana frequentavam a creche, ou seja menos da metade das crianças da área urbana eram atendidas pelo serviço (Tabela 3). Na área rural a situação é mais precária ainda, apenas 19,6% das crianças frequentavam a creche na ocasião (IBGE, 2010). Alguns aspectos podem ser relevantes para a situação apresentada, um deles é a ausência do serviço na área rural e o outro a dificuldade de deslocamento da área rural para a urbana da mãe com a criança pequena.

Tabela 3. Número de crianças em creches tanto na zona rural quanto na zona urbana no ano de 2010.

Zona Rural				Zona Urbana			
Fora da creche		Na creche		Fora da creche		Na creche	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
7.902	80,39%	1.928	19,61%	6.273	53,82%	5.383	46,18%

Fonte: IBGE - censo 2010. Elaborado pela autora.

Sobre os níveis de escolaridade no território da Cantu, percebe-se um aumento dos anos de estudos das mulheres que vêm seguindo a tendência brasileira de maioria feminina, principalmente nos maiores graus de escolaridade. As mulheres estão estudando mais tempo do que os homens que são maioria nos níveis de escolaridade mais baixos (IBGE, 2010).

Tabela 4 Níveis de escolaridade pessoas de 10 anos ou mais no ano de 2010.

Nível de escolaridade	Homens	Distribuição (100%)	Mulheres	Distribuição (100%)
Sem instrução	65.986	68%	61.543	64%
Fundamental completo e médio incompleto	16.311	17%	15.501	16%
Médio completo e superior incompleto	12.010	12%	13.227	14%
Superior completo	2.837	3%	5.277	6%

Fonte: IBGE 2010. Elaborado pela autora.

A taxa de abandono escolar entre os homens é 51,2% e a de mulheres 46,6%. Alguns estudos apontam que entre os rapazes o principal motivo para o abandono escolar é a necessidade de buscar um trabalho e entre as meninas são problemas familiares - muitas vezes ligados à questão de cuidado doméstico- e gravidez na adolescência. Estudo realizado em parceria com Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) em 2016¹³, aponta que entre as meninas 18,1% indicaram a gravidez

¹³Zinet, C. Centro de referencia em educação integral; Pagina acessada em 20/02/2016 <http://educacaointegral.org.br/noticias/gravidez-e-responsavel-por-18-da-evasao-escolas-entre-meninas/>.

como o principal motivo. Já entre os meninos da mesma faixa etária, somente 1,3% declararam que interromperam os estudos pela mesma razão.

Em relação à gravidez de adolescentes na Cantuquiriguaçu, a proporção de meninas de 15 a 19 anos que tem ao menos um filho nascido vivo até 2010 é de 15,04%, com destaque para os municípios de Quedas do Iguaçu e Foz do Jordão que apresentaram taxas de 22 e 25% respectivamente no mesmo ano. A taxa brasileira é de 11,8% em 2010 (IBGE, 2014). Tal dado do território pode estar evidenciando uma tendência de as meninas se casarem e terem filhos muito jovens, indício de uma sociedade tradicionalmente machista, ou também o fato de a maternidade ser vista como uma conquista de respeito e um papel social privilegiado que antes a menina não possuía, numa tentativa de busca de autonomia. Segundo König, Fonseca e Gomes (2008), deendendo do contexto social e cultural em que a adolescente se encontra, a maternidade pode ser compreendida como uma representação social positiva.

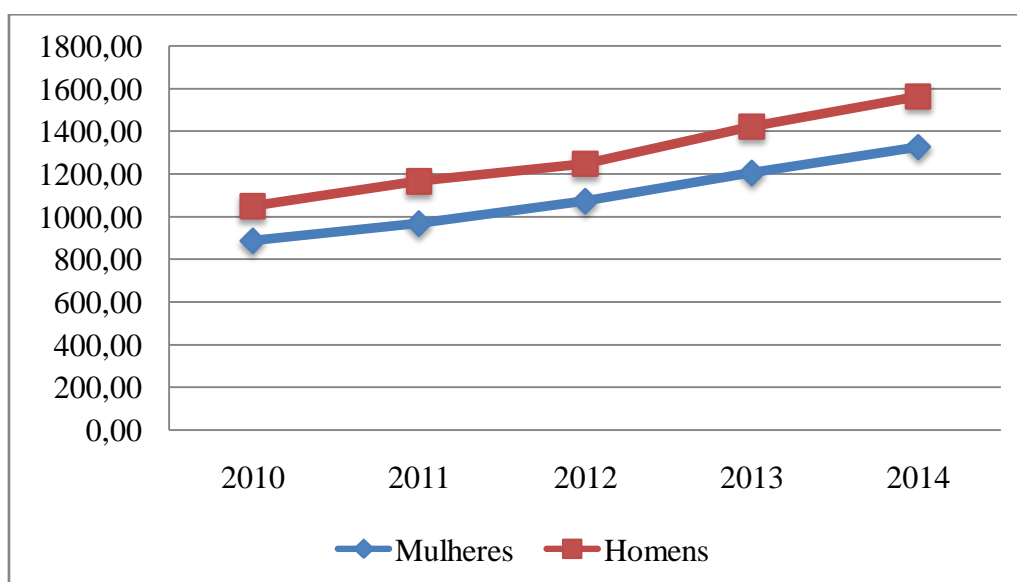
Outro dado importante levantado no IBGE (2010) e que corrobora tal ponto é a porcentagem de mães que tiveram filhos nascidos vivos no ano de 2010: foram 61 meninas em idade entre 10 e 14 anos (proporção de 0,49%) e 893 meninas com idade entre 15 e 19 anos (proporção de 8%). No Paraná, esses dados se apresentaram na proporção de 0,002% e 6% respectivamente, chamando a atenção para o número de meninas muito jovens no território com filhos, muito superior à média do estado. O trabalho de cuidado de filhos para mães em idade escolar é fator agravante para dificuldade de avanço nos níveis escolares, em geral há um abandono da escola.

O Ipea (AGÊNCIA BRASIL, 2011) para dados semelhantes ao verificados na Cantu, afirma que estes refletem a desigualdade de gênero que ainda persiste no mercado de trabalho e nas relações familiares, assinalando a existência de uma relação forte entre a saída da escola e do mercado de trabalho com o casamento e a maternidade.

Quando se analisa a taxa de analfabetismo de homens e mulheres com 15 anos ou mais no IBGE (2010), percebe-se um dado interessante. A taxa de analfabetismo das mulheres é 12,3% enquanto a dos homens é 10,7%. Considerando que a taxa de analfabetismo vai ficando maior na medida em que aumenta a faixa etária, ou seja, a taxa de analfabetismo é maior entre as pessoas mais velhas, as mulheres terem maior taxa de analfabetismo nesse caso, pode estar diretamente relacionado com o período em que elas tinham menor acesso aos estudos, principalmente nas áreas rurais como exemplificado por Franco (1997).

Mas, apesar de as mulheres no território se apresentarem como maioria frequentando os níveis mais altos de escolaridades, há uma grande diferença salarial quando comparado aos salários masculinos (Figura 6). Quando comparados os rendimentos médios por sexo ao longo dos anos de 2010 a 2014, percebe-se uma diferença de aproximadamente R\$200,00 entre os valores médios recebidos por homens e mulheres no mesmo período (IBGE, 2015). Segundo o Sistema Nacional de informações de gênero do IBGE (2010), a razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens na Cantu é de 70%, ou seja, as mulheres em geral recebem 30% menos do que os homens.

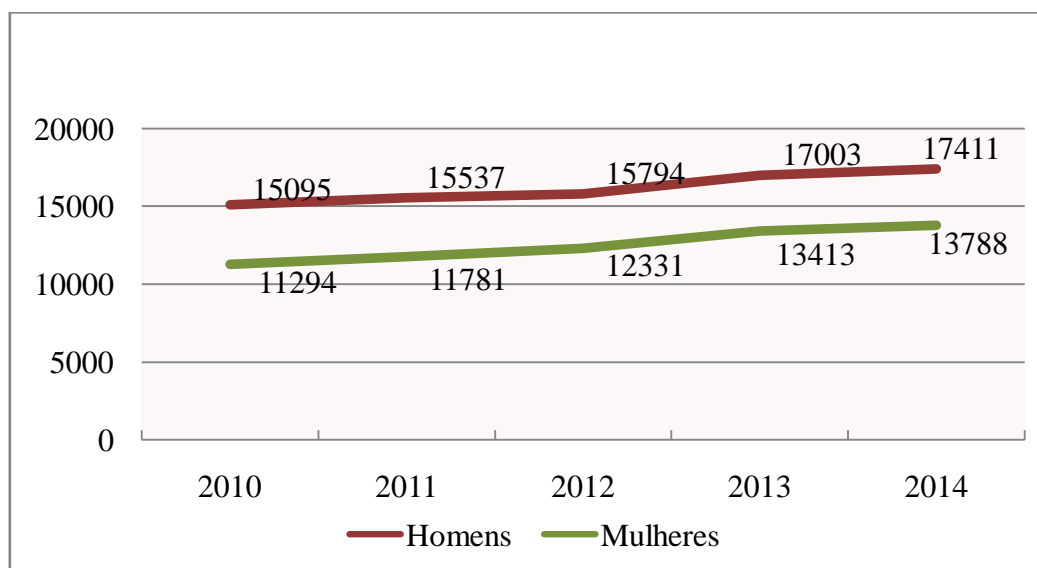
Figura 6 Representação gráfica do Rendimento médio no território da Cantuquiriguaçu.



Fonte IBGE, 2015 Elaborado pela autora.

Uma das explicações está no fato que a proporção de mulheres assalariadas no emprego formal no território atinge a média de 45,4% em 2014, com municípios como Candói e Virmond com proporção de 38 e 37% respectivamente (IBGE, 2010b). O acesso ao emprego formal é menor para as mulheres do que para os homens, seja pelo predomínio de atividades que são consideradas masculinas, seja porque os homens eram maioria da população economicamente ativa na região ou ainda a maior dificuldade na inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Figura 7. Representação gráfica sobre o emprego formal no território da Cantuquiriguaçu.



Fonte IBGE, 2015. Elaborado pela autora.

Analisando a população economicamente ativa, aquela que se apresentou ocupada ou disponível para um trabalho na época da pesquisa do IBGE, percebe-se um aumento significativo de mulheres disponíveis para o mercado de trabalho entre os anos de 2000 e 2010. Enquanto no ano 2000 elas eram 35,4% da PEA no território, em 2010 elas eram 42,8%. Um aumento de 15.271 mulheres disponíveis para o mercado de trabalho, enquanto a população economicamente ativa masculina aumentou 2.367 no mesmo período (IBGE, 2010).

Portanto, as mulheres vem procurando construir suas próprias fontes de renda fora do domicílio. Continuam sendo menos disponíveis para a esfera pública do que os homens, no entanto, a diferença caiu significativamente nesses últimos 10 anos. Ao voltar o olhar para os números que indicam a população não economicamente ativa, vê-se que as mulheres no ano 2000 eram 28% dessa população; em 2010 elas eram 22,6%, foram aproximadamente 6.500 mulheres que não se apresentaram mais na condição de não economicamente ativa.

Safiotti (2013) e Freitas (2008) denunciam a sobrecarga de trabalho a que as mulheres ficam submetidas ao se colocarem disponíveis para o mercado de trabalho, ao se tornarem economicamente ativas. Para essas autoras, cabe às mulheres se organizarem para conciliar o tempo do trabalho produtivo e as atividades de cuidado,

em que para isso muitas das vezes elas acabam sacrificando seus horários de lazer e das necessidades pessoais para atender à essas diferentes esferas da vida.

Ao analisar as formas de inserção ocupacional da população do território levantados pelo IBGE (2010) na perspectiva de análise de gênero, percebe-se que as mulheres são 42,2% da população ocupada do território. E que elas estão em menor número entre os ocupados empregados formais e informais (42,5%), por conta própria (33,8%) e empregadores (28,5%), mas são maioria nas ocupações sem remuneração (62,5%) e na produção para próprio consumo (53,9%). Lembrando que essas duas últimas formas de ocupação, em que as mulheres se apresentam como maioria, são no território da Cantuquiriguaçu predominantemente rurais.

Tabela 5 Pessoas com 10 anos ou mais ocupadas por situação de domicílio e sexo.

	Cantuquiriguaçu			Rural			Urbano		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Empregados	28,9%	21,4%	50,3%	18,4%	9,2%	27,6%	39,7%	33,8%	73,6%
Conta própria	19,8%	10,1%	29,9%	26,0%	14,8%	40,8%	13,5%	5,4%	18,8%
Empregadores	1,0%	0,4%	1,4%	0,2%	0,1%	0,3%	1,8%	0,7%	2,5%
Não remunerados	1,9%	3,2%	5,1%	3,2%	5,0%	8,2%	0,7%	1,3%	2,0%
Autoconsumo	6,1%	7,1%	13,2%	10,8%	12,3%	23,1%	1,3%	1,8%	3,1%

Fonte: IBGE, 2010. Elaborada pela autora.

As mulheres se destacam também quando se verifica o serviço doméstico remunerado, no qual elas são 93,2% das pessoas que se ocupam nesse tipo de emprego, a grande maioria, 74% nas áreas urbanas do território (IBGE, 2010). E essa é uma característica marcante da ocupação das mulheres, embora com mais anos de estudo do que os homens, elas estão inseridas na maioria das vezes em empregos caracterizados com baixos salários na prestação de serviços simples ou nos espaços de ‘ajuda’ ou produção do próprio sustento da família.

A maior parte da população rural ocupada se encontra nos trabalhos por conta própria, não remunerado ou para autoconsumo que somando correspondem juntos a 70,6% da população total ocupada. Tais números reforçam a importância do trabalho familiar na realidade do território.

Voltando o olhar para a dimensão política, dos vinte municípios que compõem o território da Cantuquiriguaçu, três deles têm uma mulher como prefeita (15% do total) - Laranjeiras do Sul, Porto Barreiro e Virmond. Das 193 cadeiras da câmaras legislativas

dos municípios da Cantu, apenas 16 são ocupadas por mulheres, o que corresponde a 8,3% do total (TSE, 2012). A participação política feminina é baixa, o que dificulta maiores avanços na atual situação da questão de gênero, uma vez em que não é simples a efetivação de políticas públicas para mulheres se nos lugares de poder estiverem pessoas menos sensíveis às consequências das desigualdades de gênero.

Já existem no território inúmeros grupos de mulheres que vêm se consolidando enquanto grupos produtivos, principalmente fortalecidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nos últimos anos a inclusão das mulheres diretamente nas estratégias de desenvolvimento local tem aberto portas para elas no âmbito do mercado local, geração de trabalho e renda.

Os Movimentos Sociais do campo que atuam na região também têm ajudado às mulheres, através do Coletivo Regional de Mulheres¹⁴, a se organizarem a fim de dialogarem, problematizarem as questões da desigualdade e a realidade das mulheres do campo, além de levantarem demandas que as auxiliem no processo de empoderamento e luta pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos que sempre estiveram presentes contribuindo para o desenvolvimento da região.

Segundo Ceagro (2015), desde 2006 acontece na Cantuquiriguaçu, na ocasião da data do 8 de março dia internacional da mulher, os “Encontro Regional do 8 de março” organizados pelo MST, MPA e a respectiva prefeitura do município que vai sediar o encontro no ano em questão, tendo um caráter itinerante dentro do território. O evento sempre traz pautas de lutas das mulheres tais como saúde, transformação social, direitos das mulheres agricultoras, preservação do meio ambiente, soberania alimentar, combate ao uso do agrotóxico, alimentação saudável, educação no campo e denúncias a respeito da violência contra as mulheres. No último ano de 2015 o evento se encontrava em sua décima edição.

E foi dessas manifestações organizadas das mulheres nos 8 de março que apareceu a demanda de se construir e consolidar um espaço coletivo, permanente e democrático de discussão, estudo, troca de experiências e formação prática para as mulheres camponesas, organizadas na Via Campesina da região. Surge em 2012 a primeira turma da Escola de Formação de Mulheres, conhecida como “Escola de

¹⁴Coletivo Regional de mulheres – Grupo organizado de mulheres pertencentes ao Movimentos dos trabalhadores sem Terra (MST) que na região da Cantuquiriguaçu atua em conjunto com Movimento dos pequenos agricultores MPA. Tem como objetivo um espaço de formação e estudo da temática de gênero para mulheres rurais e também um processo organizativo e de suporte dos grupos de mulheres nas diferentes comunidades que participam do coletivo.

Mulheres”, com o intuito de garantir a participação delas nos diferentes espaços de organização produtiva, de discussão política e de transformação social dentro das perspectivas de cooperação, agroecologia, solidariedade, emancipação e autonomia. E é com essas discussões dos diferentes temas da escola que as mulheres fortalecem a atuação de seu grupo de mulheres em suas comunidades. (CEAGRO, 2015; Marques, 2013)

Este capítulo contextualizou a realidade em que se encontra o grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza, a fim de compreender possibilidades e impossibilidades de mudanças significativas em seus cotidianos e na sua história. Refletem sobre o grupo, portanto, os efeitos que as políticas macroeconômicas federais, voltadas para o desenvolvimento social, tiveram sobre o território, as políticas afirmativas para as mulheres, que se originaram a partir da criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Governo Lula, assim como as políticas do Programa de transferência de renda. Além disso, há a luta política das mulheres rurais a nível regional, como a participação no Coletivo Regional de Mulheres, as atividades data do 8 de março e a Escola de Mulheres e também a opção da comunidade por trocar o modo de produção agrícola convencional pela agroecologia. As mudanças desta troca na vida e nas relações sociais das mulheres serão analisadas mais diretamente nos capítulos que se seguem.

4 FORMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AGROECOLÓGICA DO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA

O Acampamento Recanto da Natureza têm ganhado destaque no município de Laranjeiras do Sul, atualmente, através de sua agroindústria, gerida por um grupo de mulheres agricultoras da comunidade. Para compreender a importância da participação das mulheres nesse grupo produtivo com base na produção agroecológica, e também como essa participação modificou, ou não, as relações sociais de gênero dos membros da família e na comunidade é preciso uma análise das determinações sociais, dentro de uma perspectiva histórica, na qual diversas áreas do conhecimento devem contribuir para aprofundar nessa compreensão que é complexa. (LANE, 1993a)

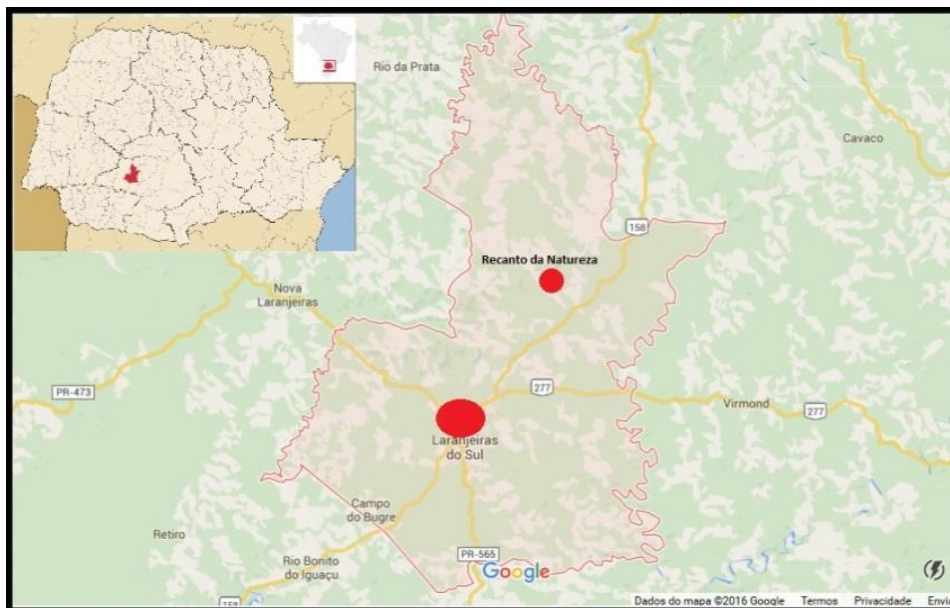
Essa análise foi dividida pela pesquisadora em dois capítulos: Neste descreve-se a metodologia da pesquisa e como vai se formando o grupo produtivo, sua trajetória, dificuldades e conquistas na efetivação de uma pequena agroindústria estruturada conforme princípios agroecológicos de organização e de produção. No capítulo seguinte, aprofundou-se na análise da questão de gênero e da identidade das mulheres.

4.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste subitem será descrito brevemente o local em que foi aplicada a pesquisa, as características da comunidade, a escolha do grupo, sua composição e a metodologia aplicada.

A pesquisa foi aplicada no grupo de mulheres da Agroindústria do Acampamento Recanto da Natureza, localizado na área rural do município Laranjeiras do Sul no Estado do Paraná (Figura 8). Segundo dados do IBGE (2010), Laranjeiras do Sul é uma cidade situada na região centro-sul do Estado do Paraná, distante 360 quilômetros da capital paranaense. Com área total aproximada de 673 km², nas décadas de 80 e 90 sofreu uma série de desmembramentos que deram origem aos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Virmond, Nova Laranjeiras e Quedas do Iguaçu.

Figura 8 Localização geográfica de Laranjeiras do Sul – PR e do Acampamento Recanto da Natureza



Fonte: Wikipédia, 2015; Googlemaps, 2016. Elaborado pela autora.

Considerado o município mais antigo do território Cantuquiriguaçu, Laranjeiras do Sul possui 30.777 habitantes, com uma densidade demográfica de 47,72 habitantes por quilômetro quadrado. Com 81,33 de grau de urbanização, é um dos poucos municípios do território que é mais urbano do que rural e este fato tende a aumentar já que Laranjeiras do Sul apresenta taxa de crescimento rural de -1,17 e taxa de crescimento urbano de 0,60. Conta com uma população rural de 5.746 habitantes dos quais 2.718 são mulheres (47%). Acompanhando a tendência do território, o município apresenta população feminina urbana maior do que a masculina, o oposto ao encontrado em sua área rural (IPARDES, 2016).

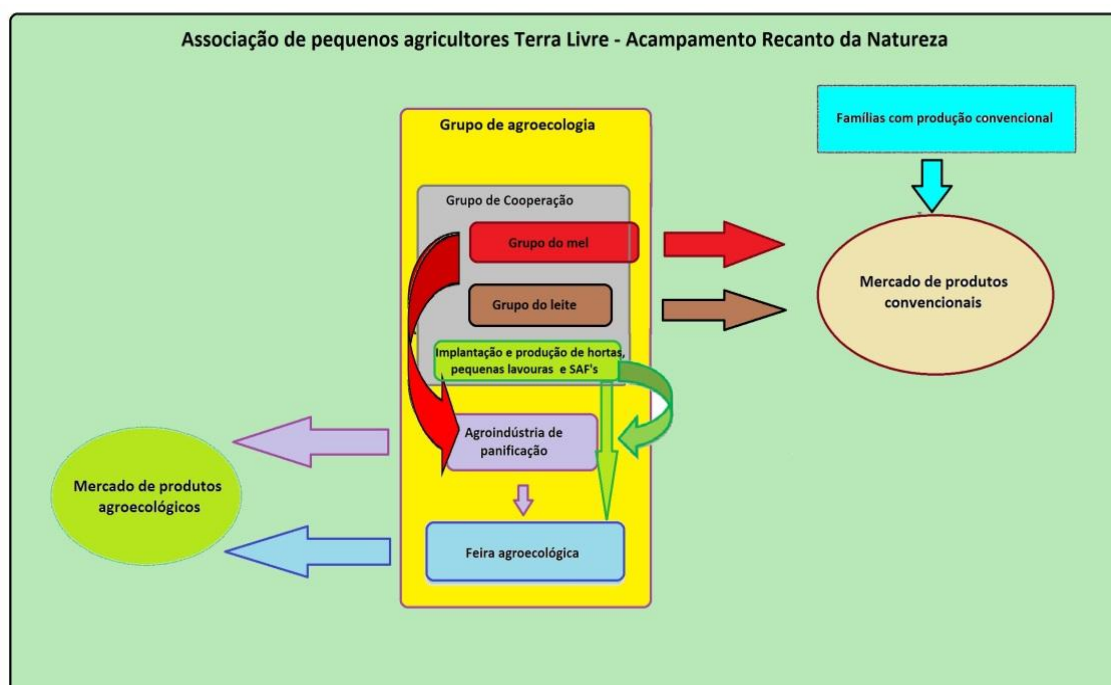
O Acampamento Recanto da Natureza localiza-se na área rural do município Laranjeiras do Sul, na comunidade Rio Verde distante 25 km do centro da cidade. O acesso ao acampamento se faz pela BR 158 (12 km pela BR) e ainda 13 km em estrada de terra. Todo esse deslocamento dificulta o acesso das agricultoras aos serviços concentrados na área urbana assim como ao escoamento da sua produção.

O Acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possui atualmente 17 famílias e está a 16 anos aguardando a sua regularização pelo INCRA, não podendo contar com a ajuda oficial das políticas públicas de reforma agrária.

O Recanto da Natureza se organiza a partir da Associação dos pequenos agricultores Terra Livre - que representa legalmente toda a comunidade, tanto o grupo de acampados que desenvolvem uma prática agroecológica, quanto o grupo que ainda pratica agricultura “convencional”. Dentro desta organização temos o grupo de cooperação (leite, Mel e feira) e o grupo da agroindústria, ambos exploram os mercados tanto convencional como agroecológico (Figura 9). Aqui para esse trabalho, a atenção foi dada para o grupo de agroecologia.

O grupo da agroecologia tem uma coordenação geral com a função de representar o Recanto da Natureza nas atividades fora da comunidade e coordenar todas as estratégias da agroecologia dentro do acampamento. Para melhor organização das diferentes frentes de atuações produtivas, o grupo de agroecologia é subdividido em pequenos subgrupos, cada um com seus respectivos coordenadores que são responsáveis pelo funcionamento total da atividade em questão. Tais atividades são organizadas, geridas e comercializadas por seus respectivos membros, sem que tenham que passar por qualquer tipo de decisão do grupo geral da agroecologia.

Figura 9 Organização dos grupos produtivos do Acampamento Recanto da Natureza



Fonte: Organograma feito pelo coordenador do grupo de agroecologia do Acampamento Recanto da Natureza. Esquematizado pela autora, 2016.

Os subgrupos são os seguintes:

- Grupo dos mutirões: Se reúne uma vez por semana para desenvolver trabalho coletivo nos lotes individuais na medida em que é demandada a ajuda.
- Grupo do leite: composto pelas famílias produtoras de leite agroecológico dentro do acampamento e se reúnem em grupo para atividades de acompanhamento técnico, além de realizar mutirões para implantação do Pastoreio Racional Voisin¹⁵ (PRV) - nos lotes individuais. Todos os membros são produtores agroecológicos;
- Grupo do mel: composto por agricultores que apostam na apicultura e na produção de mel e seus derivados. Possuem uma casa do mel na qual fazem a produção para comercialização na feira agroecológica. Neste grupo participam em sua maioria produtores agroecológicos, mas há também produtores convencionais que aceitam nesta atividade produzir na estratégia agroecológica;
- Feira agroecológica: composto pelas famílias da agroecologia que são certificadas como orgânicas pela Rede Ecovida. Produzem hortaliças, verduras, ovos, temperos e pães para serem vendidos na feira agroecológica no centro do município de Laranjeiras do Sul.
- Agroindústria: organização voltada para as mulheres do acampamento, foi recém fundada no ano de 2014 e tem muito do esforço do acampamento na construção da mesma. Suas principais atividades são a produção de pães de legumes e bolachas com ingredientes agroecológicos e/ou orgânicos, dando prioridade à matéria prima adquirida na própria comunidade. É um grupo consolidado, organizado, atuante na região de Laranjeiras do Sul, onde comercializa a sua produção semanalmente na feira agroecológica do município e também no circuito da Rede Ecovida, direcionados principalmente para a cidade de Curitiba. Composta por dez mulheres que são responsáveis pela gerência e funcionamento da agroindústria, em sua maioria adotam a produção agroecológica em seus lotes, porém dois membros do grupo produzem de forma convencional em suas unidades produtivas. Esse grupo foi estudado mais detalhadamente nessa dissertação.

¹⁵PRV - O Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um método racional de manejo do complexo solo-planta-animal, proposto pelo cientista francês André Voisin, que consiste no pastoreio direto e em rotações de pastagens. Berton, C. T.; Richter, E. M. e Núcleo de Pastoreio Racional Voisin – UFSC. Referências Agroecológicas Pastoreio Racional Voisin (PRV). Governo do Estado do Paraná, Curitiba, 2011. Cartilha.

As dez mulheres que compõem o grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza são mães, integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e estão passando por situações de privações e de complexa organização de um acampamento de reforma agrária. Além disso, participam do Coletivo Regional de Mulheres dos movimentos sociais do campo, que é um espaço de estudo, discussão e problematização da questão de gênero na região. Foi nesse espaço do Coletivo Regional de Mulheres, do qual a pesquisadora também faz parte, que aconteceram os primeiros contatos com as lideranças femininas do acampamento e com os demais grupos de mulheres da região.

O presente estudo não desconsiderou o fato de que o grupo estudado seja formado por mulheres em situação de acampamento do MST. Considerado uma etapa fundamental da luta pela terra, o acampamento possui um estilo de vida coletivo que tem muito de solidariedade e conflito ao mesmo tempo. Enfrentam todos os dias o medo de serem despejados, e ao mesmo tempo a espera da fixação definitiva na terra da qual poderão sustentar a família. Estão em condições de transitoriedade, indefinição e ilegalidade, não possuem um território definido e dependem de uma construção coletiva para a manutenção desse espaço que é coordenado pelo MST. Esses aspectos da transitoriedade do acampamento são também percebidos por autoras como Turatti (1999) e Pimenta (2006).

Mas, não se pode descartar que já são 16 anos acampados no mesmo lugar, isso configura certa “apropriação desse espaço” e que em função da morosidade do poder público em solucionar esta situação, as famílias desse acampamento já conseguiram criar algumas condições que o distingue de uma situação de acampamento típico, como por exemplo, a individualização dos lotes e a manutenção econômica a cargo de cada família. Diante do quadro exposto, foram levados estes apontamentos em consideração na escolha do grupo e no desenvolvimento da pesquisa.

Sabe-se que há outros grupos de mulheres ativos na região, alguns que possuem caráter não voltados para atividades monetárias ainda com características dos antigos clubes de mães. Esses grupos nos quais as tarefas são sempre individuais em que a atividade de uma pessoa não afeta a atuação da outra são considerados pela Psicologia Social como um ‘não-grupo’¹⁶, portanto não interessante para a pesquisa. (LANE,

¹⁶Não- grupo: “é aquele onde as pessoas se reuniam em uma instituição para apreender e fazer trabalhos manuais, cada um envolvido com o seu. Fisicamente as pessoas estão agrupadas, elas se relacionam

1993b, p 97). E outros com caráter produtivo que se dedicam, principalmente, à produção de panifício, artesanato e prestação de serviços de alimentação, mas tais atividades produtivas podem não estar diretamente ligadas à agroecologia.

Segundo Lane (1993b) na Psicologia Social a análise de um processo grupal só é possível quando o grupo é um grupo de produção da satisfação de necessidade, na qual a produção do grupo é o processo histórico dele. O processo grupal é uma atividade produtiva, pois “ao se produzir algo se desenvolvem e se transformam as relações entre os membros do grupo, os seja, o grupo se produz”. (LANE, 1993b. p. 80).

O grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza foi escolhido como objeto desse estudo porque tem como principal característica a escolha da agroecologia como estratégia de produção/cuidado e de luta por direito à terra, à saúde e à equidade social. Vale destacar também que essas mulheres e suas famílias se beneficiam economicamente de um desenvolvimento rural sustentável, de produção agroecológica.

O primeiro contato especificamente com o grupo, aconteceu em uma atividade do núcleo de estudos cooperativos (NECOOP UFFS/*Campus* Laranjeiras do Sul), demandada em uma assembleia anterior, para um estudo da viabilidade econômica da agroindústria. Nessa reunião, o grupo abriu espaço para a pesquisadora se apresentar formalmente e falar um pouco sobre a pesquisa. A receptividade foi muito boa e na semana seguinte a pesquisadora retornou para dar início ao estudo.

Para a pesquisa foi utilizada uma metodologia estritamente qualitativa, caracterizada como um estudo de caso. Este faz uso da observação participante e ao mesmo tempo, exige métodos mais estruturados, como entrevistas, pesquisa documental, questionário, caderno de campo. Por se tratar de um método mais abrangente, ele é capaz de apontar as muitas inter-relações dos fenômenos observados (BECKER, 1993).

As idas a campo e a metodologia dessa pesquisa possibilitaram o acesso e registro de diferentes acontecimentos que facilitaram a interação entre as entrevistas e as práticas construídas no cotidiano do acampamento. O recorte realizado neste trabalho visa colocar em evidência a dimensão de gênero nas mudanças das identidades ocorridas a partir da formação do grupo produtivo de mulheres dentro da estratégia de agroecologia para o desenvolvimento da comunidade.

conversando assuntos os mais diversificados, porém o fato de cada uma ter o seu trabalho faz com que as relações entre elas não se alterem, por mais tempo que permaneçam juntas.” (LANE, 1993b. p 97).

A pesquisa de campo aconteceu em duas etapas distintas: uma etapa de observação direta do funcionamento do grupo e outra etapa de entrevistas às mulheres participantes, a seus respectivos cônjuges e às lideranças tanto do grupo de mulheres, quanto do grupo de agroecologia do acampamento.

O período de realização da amostragem ocorreu entre os meses de maio a outubro de 2015. As visitas ao grupo aconteciam duas vezes na semana: as quartas e sextas-feiras, dias em que as mulheres se encontravam para a fabricação de pães a serem vendidos na feira de produtos agroecológicos, realizada toda semana na praça do município de Laranjeiras do Sul. Nesses dias, pesquisadora fazia a observação direta do grupo, tentando não interferir nas atividades de produção. Utilizou um caderno de campo (Apêndice A), no qual anotava as percepções sobre o grupo, organização e divisão do trabalho, liderança, rotina, participação ativa, tempo gasto nas atividades. Essa fase ocorreu entre os meses de maio e julho de 2015.

Durante essa fase de observação direta do grupo, a pesquisadora identificou quem eram as mulheres líderes, ou seja, quais dentre as mulheres participantes se apresentavam como “mobilizadoras” de ação para produção agroecológica, com maior posicionamento político e que influenciava nas decisões e também as que participavam mais ativamente para a formação e consolidação do grupo.

As mulheres identificadas como lideranças passaram a ocupar na pesquisa o lugar de “informantes chave” e tiveram como função descrever e facilitar o entendimento e a leitura do grupo para a pesquisadora. Com elas foi feita uma conversa informal (Apêndice B) visando compreender o processo de formação da agroindústria, em que atividades as mulheres estavam inseridas na comunidade antes desta formação, quais as dificuldades enfrentadas para a consolidação do empreendimento.

O passo seguinte foi o sorteio das mulheres que participariam da segunda fase da pesquisa de campo, as entrevistas semi estruturadas. Para este sorteio, foram excluídas as duas mulheres identificadas como lideranças do grupo e seguiu-se o seguinte procedimento: a pesquisadora escreveu nome das participantes do grupo, numerando-as de 1 a 8: 1 - Antônia; 2- Fabiana; 3- Rosa; 4- Vanda; 5- Márcia; 6- Poliana; 7- Cíntia; 8- Jane. Feito isso, escolheu-se aleatoriamente três mulheres para dizerem um número entre 1 e 8. Elas não tiveram conhecimento nem da ordem numerada pela pesquisadora e nem o porquê de dizerem um número. Dessa forma foram escolhidas as famílias da Vanda e seu companheiro Paulo, da Fabiana e seu companheiro Roberto, e da Poliana e

seu companheiro Geraldo respectivamente para participarem da fase de entrevista semi estruturada.

As entrevistas foram pré-agendadas e aconteceram de acordo com a disponibilidade das famílias em receber a pesquisadora em suas casas. Era marcado um único período do dia para a entrevista que durava em média, uma hora e meia em cada família. Aqui a pesquisadora buscou levantar informações como a rotina familiar, a divisão de tarefas e a tomada de decisões na unidade produtiva familiar.

Conforme Gil (2008, pg. 112) a entrevista focalizada é uma entrevista livre, mas tem um tema específico, no caso as relações sociais de gênero. Para Becker (1993), esse tipo de entrevista tem a função de “examinar as origens sociais e as experiências anteriores de um participante, assim como suas opiniões particulares sobre questões correntes à respeito do assunto investigado.” (BECKER, 1993. p. 122).

A entrevista aplicada foi a mesma para as três famílias e aconteceu em quatro passos distintos, inicialmente explicados ao casal participante: o primeiro era a entrevista feita com a mulher e seu cônjuge juntos; o segundo passo feito apenas com o cônjuge – nesse momento a pesquisadora solicitava que a mulher se retirasse do local da entrevista; e o terceiro passo apenas com a mulher – a partir daqui a pesquisadora agradecia a atenção e a colaboração do cônjuge e a entrevista seguia apenas com a mulher.

Tal procedimento foi considerado importante para que a pesquisadora pudesse observar como se dá a relação de gênero entre o casal, como por exemplo: quem tomava a frente nas respostas? Houve participação ativa dos dois membros ou se algum se sobrepôs ao outro durante a entrevista? Houve reconhecimento das atividades desenvolvidas pelo parceiro na unidade produtiva como um todo?

Até esse momento, as perguntas (Apêndice C) giraram em torno da propriedade da terra, acesso ao crédito, divisão social e sexual do trabalho e visava compreender como se dava o caráter subjetivo da divisão sexual do trabalho na unidade produtiva familiar, como a família percebia e simbolizava essa divisão.

O quarto passo da entrevista, somente com a mulher (Apêndice D), era voltado para a compreensão de como a mulher estava percebendo sua participação dentro do grupo produtivo e como ela significava os reflexos dessa participação tanto dentro do grupo familiar quanto na comunidade. Foram feitas perguntas como: participa de algum grupo comunitário anteriormente? A sua participação nesse grupo trouxe mudanças nas

relações de trabalho e pessoais na família? O que dificulta o trabalho produtivo da mulher camponesa?

A terceira parte da pesquisa consistiu na entrevista (Anexo E) ao coordenador do grupo de agroecologia do Acampamento Recanto da Natureza que também é coordenador do Núcleo Regional Conquista Camponesa da Rede Ecovida de Agroecologia. Aqui se obteve informações sobre os impactos do grupo produtivo de mulheres no desenvolvimento local, a importância da participação delas, seja no processo de produção seja nas ações da agroecologia dentro do acampamento e ainda como a comunidade percebe a participação das mulheres em seu processo de desenvolvimento.

Para garantir o anonimato dos participantes neste trabalho foram utilizados pseudônimos tanto na análise dos dados quanto na descrição da observação do grupo e da comunidade. As entrevistas foram transcritas, tal qual fornecidas à pesquisadora – erros de pronúncia, conjugação verbal e gírias foram mantidos. Para isto, a pesquisadora fez uso de um gravador de voz para manter-se o mais fiel possível às falas dos entrevistados, a gravação foi previamente consentida pelos mesmos.

Para análise dos resultados, utilizou-se os dados captados à campo da observação direta e indireta das entrevistas. Análise dos dados foi feita a partir da proposta de Minayo (1992, p. 227) chamada método hermenêutico dialético, interpretado por Gomes (1999, p. 77) como um método de análise qualitativa no qual a fala dos atores sociais deve ser compreendida dentro de seu contexto social. Para isso, é preciso primeiramente fazer uma interpretação da conjuntura socioeconômica e política do grupo que será pesquisado para em seguida fazer a análise dos fatos surgidos na investigação.

A análise seguiu os seguintes passos: ordenação dos dados organizando todas as entrevistas e as anotações da observação ao grupo; classificação dos dados dentro de categorias de análise que são temas considerados relevantes em toda a fundamentação teórica; e por fim a análise final, articulando os dados e os referenciais teóricos da pesquisa. As categorias levantadas para esse trabalho foram: agricultura familiar camponesa trazendo a descrição do modo de vida da comunidade e das famílias que trazem muito das características camponesas mescladas por elementos da agricultura familiar devido ao processo adaptativo às exigências do capitalismo; a agroecologia como uma estratégia complementar ao modo de vida da agricultura familiar e camponesa a fim de promover um desenvolvimento rural sustentável onde há uma

produção limpa; a construção de um mercado justo e a inclusão dos diferentes atores da área rural contribuindo para o crescimento da comunidade; as relações sociais de gênero construindo uma análise das modificações das mesmas dentro da proposta da agroecologia; e a identidade analisando as novas “construções” identitárias dessas mulheres camponesas, estas duas últimas aprofundadas no capítulo cinco (5).

Buscou-se com isso compreender as contribuições da agroecologia no grupo e na vida dessas mulheres, identificando quais aspectos modificam ou reproduzem as relações tradicionais de gênero e se a agroecologia tem papel importante nessa última questão. Voltar o olhar sobre a forma como as mulheres se organizam para o trabalho no grupo, ressaltando algumas características que podem facilitar o processo de construção da identidade das mulheres do grupo, um dos objetivos específico dessa pesquisa.

Outro objetivo deste trabalho foi identificar indicadores de transformações sociais advindos do fortalecimento das mulheres camponesas como sujeitas do processo de desenvolvimento local e ainda a analisar como a família vê a autonomia desta mulher ao participar desse grupo produtivo, levantando os aspectos psicossociais relacionados através das possíveis mudanças nas relações de gênero na unidade de produção familiar e no cotidiano da comunidade.

Para isso foi feita a análise das entrevistas individuais semiestruturadas com as mulheres, o coordenador do grupo de Agroecologia do acampamento Recanto da Natureza que trarão indicativos de como as possíveis transformações nas identidades dessas mulheres afetam suas relações com a família e a comunidade. E se eles percebem a agroecologia como um facilitador ou não desse processo.

4.2 O ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA: UM PASSO A FRENTE NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Este subitem relata sobre o Acampamento Recanto da Natureza, os primeiros contatos deste com a agroecologia e também a formação do grupo de mulheres, objeto desta pesquisa, com seus múltiplos aspectos que foram se construindo no espaço e tempo e que são fontes de identidade pessoal e grupal. Em seguida foi feita uma breve descrição do grupo, ressaltando algumas vivências e fenômenos que podem ser facilitadores da ressignificação da identidade das mulheres agricultoras. Essa descrição é importante, uma vez que essa pesquisa tem o foco no processo de construção de identidades a partir da participação das mulheres em um grupo produtivo agroecológico.

4.2.1 A história do Acampamento Recanto da Natureza¹⁷

O Acampamento Recanto da Natureza surge em março de 1999, quando 27 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam uma área situada no município de Laranjeiras do Sul. Essas famílias eram, em boa parte, compostas por jovens, filhos de assentados do assentamento vizinho Passo Liso e arrendatários de terra na região. Todos moravam nas comunidades vizinhas e os arrendatários estavam sendo expulsos da terra pelos fazendeiros que viam na área um bom lugar para produção de pasto para o gado.

Esse acampamento, por ser fruto dos ideais de luta pela terra do MST, traz muito forte a ideia de mutirões e organizações coletivas, a fim de fortalecer a organização e possibilitar o sustento das famílias que se acampam provisoriamente em uma área pra que esta se destine à reforma agrária. Essa forma de organização dos acampamentos do MST já foi descrita por Morissawa (2001) e também por Christoffoli (2015), como passos importantes para a consolidação da ocupação e da luta pela terra.

Após a ocupação e por muito tempo sem uma resposta concreta por parte do Estado, muitas famílias começam a desistir do sonho da conquista da terra, abandonando o local da ocupação, fato que favoreceu a retomada pelos fazendeiros vizinhos de grande parte da área que havia sido ocupada pelas famílias sem terra. Surge aí o convite para que novas famílias entrassem e recompusessem o acampamento, sendo necessária uma reocupação do espaço perdido. E disso se deu a atual configuração em relação à área ocupada pelo acampamento.

A área total do acampamento abrange aproximadamente 364 hectares, registradas em duas matrículas distintas, o que vem dificultando a efetivação da área para a reforma agrária, uma vez que cada uma das matrículas diz respeito à propriedades consideradas médias – 4 a 15 módulos fiscais - em seu tamanho e portanto, inaptas à Reforma agrária, segundo as leis brasileiras. (BRASIL, 1993). Esse processo vem se arrastando no INCRA há 16 anos e ainda não está resolvido.

O acampamento Recanto da Natureza possui 21 lotes, dos quais 17 atualmente estão ocupados. Os lotes que estão vagos no acampamento, segundo decisão do próprio grupo comunitário, só serão ocupados no processo de assentamento do acampamento pelo INCRA, momento este em que serão convidadas famílias que estão passando pelo

¹⁷ História compilada a partir dos relatos dos moradores do Acampamento Recanto da Natureza, feitos durante as entrevistas, principalmente com as lideranças do grupo da Agroecologia.

processo pedagógico de acampamento do MST nas áreas ocupadas da Araupel¹⁸ e ainda que comunguem dos mesmos ideais sociais e que apostem na agroecologia como um processo de desenvolvimento sustentável. Segundo o grupo do Recanto da Natureza, é importante que as famílias assentadas passem pela fase de acampamento para compreender a importância do coletivo e da contribuição do MST na luta pela terra.

Em 2004, com a ajuda dos técnicos do Centro de Desenvolvimento Sustentável e capacitação em Agroecologia (CEAGRO) e que presta assistência técnica, as famílias fazem uma primeira divisão dos lotes na área ocupada, tentando seguir os parâmetros de medida do INCRA. A partir daí, elas começam a deixar a convivência conjunta para construir suas casas nos lotes individuais, esse processo vai até 2006. A escolha do lote se deu por sorteio, em que a família sorteava o número do lote no qual iria morar. Houve algumas trocas entre famílias após o sorteio e estas aconteciam quando ambas estavam de acordo com a permuta. (Comunicação pessoal, Morador do Recanto da Natureza - 2015).

Sendo assim, desde 2006 que o Acampamento Recanto da Natureza deixou de se configurar como um acampamento típico do MST, com as famílias vivendo em barracos, próximas umas as outras, e passa a se organizar nos moldes de um assentamento rural, com lotes individualizados. Esse é um elemento importante a se considerar a fim de compreender a identidade das pessoas que vivem ali.

O Recanto da Natureza é um acampamento com “cara” de assentamento, mas que sobrevive com os escassos direitos e garantias de um acampamento. Ele apresenta, portanto, vários elementos importantes da organização de um acampamento, como os mutirões, coletividades e até a insegurança de sua permanência nesse espaço, e ao

¹⁸Araupel S. A. – Empresa marcada desde a sua formação pelos conflitos pela posse de terra remonta desde o final da década de 1970, quando camponeses posseiros, expulsos das suas terras em anos anteriores (pela empresa), montaram acampamentos nas suas antigas posses e foram “despejados” pelos “seguranças” da empresa. Em 1996, os camponeses voltaram a lutar contra a Fazenda Araupel. Organizados no MST, cerca de 12.000 camponeses ocuparam parte da fazenda, localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu. Este embate levou a morte de dois integrantes do MST, culminando na criação, em 1997, de dois assentamentos: Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. (Roos, D. Da Fazenda Araupel Ao Assentamento Celso Furtado: Disputas Territoriais Entre Campesinato E Agronegócio Em Quedas Do Iguaçu-Pr. VIII Semana Acadêmica e VIII Expedição Geográfica: Ensino, práticas e formação em Geografia 04 a 06 de setembro de 2013). De acordo com a superintendência regional do INCRA, empresa explora irregularmente ainda hoje área considerada de domínio da União. Duas novas ocupações ocorreram: uma em 1º de maio de 2014 e hoje abriga mais de mil famílias, acampamento Herdeiros da Terra (1,5 mil hectares para a produção de alimentos), e uma segunda constituindo o acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu, onde dois sem-terra foram assassinados em conflitos entre “seguranças da empresa”, a polícia estadual (secretaria de segurança pública) e o MST no ano 2016. Site acessado em 11/04/2016 - <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/04/irregular-araupel-explora-area-da-uniao-no-parana-reafirma-incra-9789.html>.

mesmo tempo já estabeleceu algumas configurações de um assentamento, tais como a individualização das unidades produtivas, a vivência comunitária e uma certa “apropriação do espaço” em que vivem há dezesseis anos. Estudos como de Turatti (1999) e Pimenta (2006) também apontam algumas diferenciações entre essas duas formas de organização tais como as que se percebeu aqui na região.

É essa “apropriação do espaço” que faz com que o Acampamento se apresente como um assentamento, embora não modifique muito o contexto em que eles se inserem, pois continuam em situação de ilegalidade quanto à posse da terra. Mas, traz mudanças significativas na vida dessas pessoas, tais como transformações na dinâmica relacional não só dentro, mas também fora do acampamento, no rearranjo espacial das famílias, em novas formas organizativas, de solidariedade, na formação de grupos diferenciados e nos conflitos internos, assim como foi descrito por Pimenta (2006)

Embora os processos de transformação da comunidade do Acampamento Recanto da Natureza tenham acontecido de forma interligada e algumas vezes simultânea, optou-se por descrever a história separando-a em quatro subitens, para descrever com maior facilidade a partir de que momento um processo passa a sofrer influência de outro e como eles vão se interligando para contribuir no entendimento da transformação da identidade das mulheres aqui estudadas.

O subitem 4.2.2 aborda o caráter inicial de organização de acampamento do MST, a separação das famílias em unidades produtivas familiares, denominada pelos agricultores de lotes, o início da produção sobre o caráter da agricultura familiar e aos poucos a modificação lenta para uma agricultura familiar de caráter camponês, ilustrado pelas entrevistas do coordenador do grupo de agroecologia e da liderança do grupo de mulheres; No subitem 4.2.3 fica descrita a chegada das ideias e práticas da agroecologia e seus reflexos na organização do acampamento, a formação do grupo de agroecologia e a influência deste na criação do grupo de mulheres responsável pela gestão da agroindústria comunitária.

4.2.2 A agricultura familiar e camponesa¹⁹: sobre a divisão do trabalho

No início, o acampamento se organizava em dois grupos que eles denominavam núcleos de base, que não tinham muito uma função de organização política, era uma

¹⁹Sobre a definição de agricultura familiar e agricultura camponesa ver Capítulo 1.

organização mais voltada para as atividades práticas feitas de forma coletiva a fim de promover o funcionamento do acampamento: limpeza do centro comunitário, arrumar o campo, a lavoura produzida de forma convencional, todas essas atividades eram de responsabilidade dos homens do acampamento e feitas de forma coletiva somente por eles.

As mulheres ficavam responsáveis pelo cuidado do “barraco”, das crianças e também da produção de horta voltada para a subsistência das famílias. Essa horta era uma atividade coletiva que para ser mantida elas precisavam se dividir da seguinte maneira: algumas mulheres iam para a produção da horta, enquanto uma ficava responsável pelo cuidado dos filhos daquelas que tinham ido produzir os alimentos. Aqui a divisão sexual dos trabalhos produtivos e reprodutivos da agricultura familiar se apresenta como descritos por Heredia (2013) e também por Wortmann e Wortmann (1997) na qual os homens ficavam responsáveis pela roça e as mulheres pela casa.

Janaína: porque os homem iam roçar, as mulher ficavam só com trabalho dentro dos barraco, com o trabalho de cuidado e produzia nos espacinhos menor que foi tirado perto ali do centro pra produção de subsistência, isso era as mulher que faziam, os homens faziam aquela produção lá com veneno, aquela produçãozona lá que nunca dava em nada! Todo ano ficavam devendo, mas só que faziam aqui e as mulher ali.

Paixão (2014) aponta que a coletivização desses trabalhos femininos surgiu de forma espontânea, impulsionada pela necessidade de produzir alimentos para as famílias que estavam acampadas e ao mesmo tempo garantir o cuidado das crianças pequenas. Era uma forma de coletivização visando à solidariedade, diferente da que era feita pelos homens, que tinha a predominância do viés econômico, embora a solidariedade também estivesse presente. Para a autora, essa iniciativa das mulheres foi importante para a permanência das famílias naquele pedaço de chão, uma contribuição para a luta pela terra, no entanto, invisibilizada. “Elas nem notavam o quanto estavam contribuindo para um processo de coletividade e com a luta pela reforma agrária.” (PAIXÃO, 2015. p. 226).

Janaína: mas o que era interessante é que nem eles se deram conta, e alguns não se dão conta até hoje e acho até que as mulheres também não se deram conta que foi aquele espaço que as mulheres produziam que garantiam que as pessoas aqui dentro continuassem lutando pela terra. Porque a produção que os homens faziam, aquela produção que eles iam lá roçavam, queimavam, plantavam, passavam veneno, eu não lembro quanto que dava naquele

período pra cada família, mas aquilo jamais ia dar para as famílias se manter o ano inteiro. Era o que as mulheres produziam é que davam condição.

Outra contribuição das mulheres que merece destaque nesse mesmo período é na produção de leite no acampamento. Nas poucas famílias que possuíam vacas, as mulheres resolveram apostar na atividade leiteira e levavam juntas, em pequenos baldes, a produção para a estrada principal na qual passava o caminhão que recolhia o leite. Num primeiro momento, a atividade foi ridicularizada pelos homens do acampamento que não viam viabilidade econômica e ainda achavam desnecessário o esforço e o investimento na mesma. Mas aos poucos ela foi ganhando destaque na produção das famílias do acampamento e hoje é a principal atividade produtiva geradora de renda na comunidade.

Janaína: [o leite] Começou lá no acampamento ainda na época, eu lembro bem quem começou, acho que foram 5 que começaram, cada uma levava um balde de leite assim. Umas que tinham umas duas, três vacas, levavam dois, quando o leiteiro passava. Eram elas que faziam todo o trabalho, eram elas que tiravam o leite e aí quando o leiteiro passava elas levavam o balde lá na estrada e os homens dava risadas delas, os homens abusavam daquilo (risos). Então, quando elas iam lá na guarita, eles ficavam dando risada. Ninguém consegue lembrar que quem fez esse comércio ir crescendo foram as mulheres. E isso não é só aqui dentro do acampamento, isso também é fora. Aqui dentro, mesmo as mulheres não conseguem enxergar que foram elas que fomentaram esse comércio né e essa renda pras famílias.

Como visto, os homens se responsabilizavam pelas lavouras, as produções em grande escala e com forte utilização de insumos tecnológicos e a comercialização desta produção, enquanto as mulheres ficavam com os cuidados da família, a produção de horta e leite, aumentando a diversificação da produção a fim de garantir a alimentação da família. Essa distribuição social e sexual do trabalho se apresenta mesmo nesse espaço de acampamento do MST, no qual a maioria das atividades é pensada e organizada coletivamente.

Aqui fica claro que a contribuição coletiva do acampamento também obedecia à lógica da divisão do trabalho de homem e trabalho de mulher, assim como registrado por Brumer (2004). Além disso, a valorização desigual dos trabalhos masculinos e femininos levou ao processo de invisibilização de todas as atividades e iniciativas das mulheres em tornar segura a alimentação e o cuidado da família. Aqui se chama a atenção para a luta pela soberania e segurança alimentar, que é uma luta que diz respeito

principalmente às funções das mulheres dentro das unidades produtivas, como defende Siliprandi (2013).

No entanto, essas mulheres não se davam conta de que o trabalho delas contribuía para a saúde e alimentação das famílias e ainda ajudava a garantir a permanência delas no espaço ocupado. Mas, o que as mulheres produziam nos “espacinhos” sempre teve um valor não estimado pela comunidade, nem mesmo pelas mulheres. A garantia da alimentação diversificada e a fatura de alimentos para a família, o que se deixava de comprar no supermercado e até mesmo as plantas medicinais não eram percebidos como contribuição importante, sendo encaradas como tarefas menos valorizadas, por serem “de mulher”, vinculadas ao espaço doméstico. Tal processo de invisibilização é também descrito por autoras como Siliprandi (2013; 2015), Carrasco (2008) e Gouveia (2003).

Com a individualização dos lotes nos períodos entre 2004 e 2006, cada família passa a se responsabilizar pela produção dentro da sua unidade produtiva, mantendo a divisão sexual e social do trabalho tal como a descrita por Paulilo (1987) e Menasche et al (1996) na qual os homens são os que executam os trabalhos ‘pesados’ e as mulheres os trabalhos ‘leves’.

A comunidade mantém também o esquema de mutirão, fazendo rodízio do trabalho conjunto de produção das lavouras nos lotes individuais, permanecendo o costume do trabalho em grupo como uma opção pela cooperação e solidariedade entre as famílias, o que mantém certos aspectos culturais e sociais do campesinato descritos por Sevilla Guzmán e Molina (2013).

A partir daí, um grupo pequeno do acampamento conhecido como “condomínio”, no início com apenas quatro integrantes, decide retirar de sua produção qualquer tipo de uso de insumos que encarecesse o processo de plantio, visando principalmente à retirada do agrotóxico na produção, já que este estava se mostrando grande responsável não só pelas dívidas das famílias, mas também pelos problemas de saúde que aumentavam dentro do acampamento. Eram considerados ‘radicais’ pelas demais famílias e permaneciam isolados em seus ideais, por sua postura alternativa.

Fabiana: Sim, sempre foi plantado convencional, colhido, ninguém tinha nada muito a ver, eles queriam [estratégia de retirar insumos], mas era uma coisa mais grupal deles lá. Era mais o grupo de organização que tinha essa ideia. Mas não foi todo mundo que teve a vontade né, não estava sendo exigido.

Foram vários anos vivendo sob o modo de produção que em muito coincide com o camponês descrito por Wanderley (1996) e também por Carvalho (2005), de maneira praticamente isolada. Ao longo desses anos houve a entrada de uma ou duas famílias nesse grupo. A aposta nesse modo de vida visava garantir a sobrevivência e permanência desse pequeno grupo no acampamento, para que as famílias conseguissem continuar vivendo no campo.

Havia cooperação entre as famílias no processo de trabalho, de maneira que as plantações nos lotes eram feitas de modo coletivo, mas agora, apenas entre as famílias que optaram pela retirada do uso de insumos nas unidades produtivas familiares. Os mutirões com todas as pessoas do acampamento passaram a acontecer somente nos momentos de festas da comunidade.

Paulo: tem um grupo de famílias aqui, que é assim como se fosse um fertilizante, ajuda o outro pra que você possa se enraizar cada vez mais e crescer mais.

Francisco: nós começamos daí criar um núcleo de cooperação que como não usava veneno e as família era pequena, tinha dificuldade de limpar, de produzir.

Mais do que um investimento econômico, o mutirão aqui pode ser entendido como uma prática solidária das famílias que reforça laços de amizade e o compromisso com o outro. Ressalta-se que nesses mutirões dentro do Acampamento a participação sempre foi espontânea, mas se percebe certa cobrança de retribuição como uma norma não dita entre os membros.

Roberto: Porque na realidade foi criado o grupo de orgânico e quando você tá participando do grupo do orgânico eu tenho a obrigação de ir, obrigação não, porque eles também vêm aqui. Mas é entre o grupo do orgânico.

Estima-se que foram quatro a cinco anos nesse modo de produção sem muita assistência técnica, motivados pelo desejo das famílias de não contrair mais dívidas e a retomada de um modo de produção mais simples, menos dependente do mercado e menos danoso à saúde e ao meio ambiente. Começam a aparecer aqui estratégias de diversificação da produção a fim de garantir a alimentação da família e menores gastos com supermercado ou agroveterinárias, por exemplo. Segundo Altieri (2001) ou

Caporal e Costabeber (2004), os diferentes sistemas e processos ecológicos existentes na unidade produtiva diversificada garantem um modo de vida mais sustentável e esse mesmo entendimento tinham os agricultores que iniciaram a estratégia de produção mais próxima ao modelo camponês no acampamento.

Paulo:[...] a gente adotou a prática da sustentabilidade. Você nunca vai trabalhar olhando o mercado. Por exemplo, os grãos do milho, todo ele é colhido, tanto em silagem, quanto em grão seco para armazenamento para o tratamento dos animais, tanto o [gado de] leite quanto o suíno e até mesmo as galinhas. O feijão, mandioca e batata doce isso tudo é feira, questão da casa, questão de você ir pra um seminário você levar e fazer troca de sementes, no conjunto de todas as coisas é mais para o sustento interno da casa e a dinâmica dos animais, para produção de leite, carne, ovos, etc.

Geraldo: Nós plantemo arroz, feijão,mandioca, batata doce, hortaliças milho que é trazido pra tratamento dos porco né, e que nós trocamos por farinha da farinheira também, essas coisas.

Mesmo dentro de uma estratégia mais sustentável, as famílias do acampamento estão em diversas situações com relação ao acesso ao crédito, e isso pode estar relacionado ao que Sevilla Guzmán (2013) chamou de graus de camponeidade. Algumas apresentam grandes níveis de endividamento, seja porque mantém o modo de produção convencional que é dependente da tomada de crédito para acompanhar as novas tecnologias rurais, ou por aqueles que há anos estão inadimplentes por não conseguirem quitar dívidas antigas devido ao alto valor das parcelas e a capacidade de produção atual da família. Há quem possui acesso ao crédito, sem parcelas atrasadas e tentando finalizar pagamento para não ter mais dívidas e há ainda os que não acessam o crédito, seja pela adoção do modo de produção da agroecologia que exige menor investimento financeiro, seja por não conseguir o acesso devido à baixa renda.

Geraldo: Ainda não [acesso a crédito], estamos só na força bruta. Até agora não tiremo nenhum ainda não. E estamos tentando escapar de não fazer nenhum.

Paulo: Não...a gente não está inadimplente. Mas, sempre é aquela coisa, a gente vai negociando, tentando levar, porque a gente tem uma possibilidade esse ano de liquidar, o que não é uma coisa certa, mas a gente tem uns ajustes que a gente queria deixar de acessar.

Roberto: Não, eu tinha[acesso ao crédito], mas aí eu não pude pagar o financiamento... Foi quando eu entrei aqui.

Alguns moradores afirmam que o uso de veneno sempre foi moderado dentro do acampamento e isso tem a ver com as regras construídas e instituídas pela comunidade para o melhor funcionamento do espaço e que surgiram verbalmente em 2004 e foram formalizadas em ata no ano de 2006. Entre elas estão a proibição: da caça, desmatamento, arrendamento do lote, a plantação de transgênicos, a venda ou troca do lote, a desistência do acampamento é desistência daquele pedaço de terra que passa a ser administrado pelo grupo, que muitas vezes opta ou pela plantação coletiva no espaço ou pelo convite de novas famílias interessadas em viver na comunidade.

Todas essas regras facilitaram a preservação do meio ambiente, já que havia a preocupação e a necessidade do cuidado com a água, um bem importante para todos, além da proteção das espécies animais e vegetais. Portanto, já aparece aqui como algo importante para a comunidade a preocupação com os recursos naturais do acampamento como garantia de produção e de vida para as famílias, uma das características do campesinato citada por Sevilla Guzmán e Molina (2013) e Wanderley (1996).

Janaína: nós criemo as primeiras regras, porque já tava tendo problema: o povo já tava colocando criação em cima da água, aí nós fizemos uma primeira formação política que tivemos aqui de 2 dias, nós assistimos a carta da terra, e aí tiremo as reserva, as mata ciliar, as fontes, 50 metros das fontes. Criemo as regras da caçada, da tirada de madeira, de não plantar transgênico. Essas regras surgiram bem tarde né, porque foi ocupado em 99 e em 2006 que nós tiremo realmente as regras.

Francisco: E foi aí que começou a organização. Mas daí, como cada um tinha seu lote, onde era as cabeceiras d'água, que daí nós já tinha o mapa e volta e meio o coordenador passava pra ver se tavam cumprindo com as suas obrigação de preservar as reserva legal.

Fabiana: a gente não estava muito envolvido com o acampamento, a gente ficou meio afastado do acampamento né, como se diz, mais fora do contexto do acampamento né, do orgânico essas coisas. A gente tava mais era pro convencional e fazia umas coisas erradas, mais assim por fora e que o acampamento não achava certo. A gente tava ciente que estava errado: a gente arrendava pra pessoa de fora do lote, tipo arrendava a parte de pasto né. Arrendemo um alqueire pra plantar milho no convencional, foi passado veneno...

Roberto: Antes a gente lidava com milho, lidava com fumo, acho que nem deve de falar, porque o projeto do assentamento hoje não lida com esses negócio de fumo, é com muito veneno, né, soja essas coisas, ele são tudo contra.

A garantia dessa autonomia do grupo sobre sua área de vida e produção faz parte de um processo de luta política que muitas vezes precisou ser travada não só contra os fazendeiros ao redor do acampamento, mas também com a própria direção regional do MST. Esse processo de luta do espaço é feita pelo grupo de todos os moradores do acampamento, com decisões sempre tomadas em assembleia com espaço de voto e de voz para os moradores, independente de seu modo de produção. A organização e ação coletiva dessas famílias criaram formas de fazer pressão em defesa do projeto comunitário, e assim conquistaram o reconhecimento dos direitos sobre o espaço.

Francisco: Aí as liderança maior daqui [região] iam também lá [reunião estadual MST], fazia tooda aquela propaganda lá assim [da agroecologia], mas tapando o sol com a peneira, aí chegava aqui era outra coisa, aí nós decidimo assim: ‘não, aqui manda nós. Nós vamo fazer agroecologia, nós não vamo deixar ninguém arrendar lote’. Soja também, se for convencional não entra aqui, ponto!! E fizemo a ata, todo mundo assinou, foi registrado e tá aqui, é documento.

Portanto, o acampamento apresenta uma unidade de entendimento quando o assunto a ser discutido tem a ver com a defesa da área total do acampamento e as estratégias de preservação da vida em comunidade, assim como descreve Sevilla Guzmán e Molina (2013) que o campesinato é uma forma de ação coletiva que busca proteger a organização social, evitar a exploração do trabalho e o desrespeito à cultura de cuidado que as famílias já vêm praticando a 10 anos no local.

4.2.3. Acampamento e Grupo Produtivo da Agroindústria: rumo à prática agroecológica

Ao longo do tempo começaram a aparecer de maneira tímida queixas quanto ao processo de produção convencional que colocava cada vez mais as famílias em dívidas. Evidenciava-se que essa forma de produção não trazia tantas vantagens econômicas para as famílias pobres e ainda o questionamento sobre a qualidade da água ali no acampamento. Muitas pessoas, principalmente as crianças, começaram a desenvolver problemas de pele, de diarreia, entre outros males. As famílias começaram a se dar conta de que o modo de produção moderno, para elas era sinônimo de dívidas devido ao alto custo de produção e também riscos para a saúde e o meio ambiente. Tais

consequências são percebidas nos estudos de autores como Sevilla Guzmán e Montiel (2010), Costabeber (2007) e Pinheiro Machado (2014).

Vanda: E a gente queria também baratear o custo da produção, porque do jeito que tava indo a gente ia só se endividava e não conseguia fazer nada.

Em 2010, os técnicos do Ceagro (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia) começam a propor a criação de um grupo para se discutir a agroecologia no Acampamento Recanto da Natureza. O grupo que era considerado radical pelos demais acampados pela decisão de retirar qualquer insumo químico na produção, logo se interessa pelo apoio técnico do Ceagro que vinha ao encontro dos anseios de uma produção mais limpa e viável para as famílias.

Nesse momento, as famílias nem sabiam o que era agroecologia, se interessaram por essa assistência técnica que propunha um modo de produção que não utilizava veneno ou qualquer tipo de insumo químico e isso já foi o suficiente para mobilizar essas famílias para a agroecologia, pois perceberam que ela vinha para dar os instrumentos técnicos que faltavam ao grupo no novo processo de produção. A teoria quando vem ao encontro de uma prática já existente facilita o processo de conversão para a agroecologia, conforme descrito por Hernandez (2005).

Francisco diz: mas uma agroecologia que nem nós não sabia o que que era realmente. Nós sabia que a agroecologia era não passar veneno e aquilo, pronto! Não passar veneno e nem usar adubo químico. Até ali era o que nós entendia e era o que de melhor nós sabia fazer também, já tinha apanhado bastante!.

Paulo: entra um fator a terra, entra o fator equilíbrio né.que você vai olhando que a terra vai se recuperando, ela vai precisando cada vez menos de insumo e aí, por isso que a gente acredita. Lá no passado a gente acreditava, sofreu no início, mas começa a ver agora os resultados e daqui uns três quatro anos os resultados vão ser cada vez melhor.

Em função do acompanhamento técnico feito pelo Ceagro, houve uma necessidade de que o grupo de agroecologia abrangesse um maior número de famílias. Os integrantes do “grupo radical” começaram a fazer uma procura ativa a fim de levantar possíveis agricultores tanto do acampamento, quanto da comunidade vizinha que tivessem o interesse na discussão da nova maneira de produzir que seria apresentada pela equipe de assistência técnica do Ceagro. Dessa busca ativa, formou-se um grupo de 17 agricultores que se reuniam para discussão teórica, filosófica e prática por meio de oficinas de agroecologia.

Nesse fazer da agroecologia, eles construíram articulações, novas relações e redes de sociabilidade aliando-se de maneira mais forte a outros parceiros que contribuíram para o fortalecimento da agroecologia na região, tais como o grupo de produtores agroecológicos do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul, a Prefeitura Municipal, o Ceagro e a Rede Ecovida²⁰ que começa a planejar a formação de um núcleo regional com sede em Laranjeiras do Sul.

No acampamento, o grupo manteve a forma de trabalho em mutirão, pois como não era utilizado veneno e as famílias eram pequenas, formadas por marido esposa e, quando havia filhos eles eram muito pequenos, o aumento do trabalho trouxe dificuldades para a produção, exigindo que toda a família participasse do processo. Essa introdução oficial dos demais membros da família no trabalho produtivo através da agroecologia foi também observado nos estudos de Burg e Lovato (2005) e Siliprandi (2015) e, segundo essas autoras, começa a amadurecer a ideia de um reconhecimento das mulheres como produtoras também, como agricultoras.

Francisco: Dali pra cá quando entramos com o processo da agroecologia no grupo todo mundo dividia o trabalho, não é a mulher que ficava na casa só fazendo tudo as coisas dentro de casa e o homem lá fora, ao contrário, todo mundo se ajuda. Não é 100% que as famílias estão nessa condição de divisão de trabalho igual tanto dentro de casa, como lá fora, mas 90% das famílias estão nesse processo.

Paulo: o caminho da agroecologia, que sem trabalho ela não acontece, depende bastante da mão de obra, depende da dedicação, da forma dinâmica de você organizar e trabalhar e a gente aqui..., todas as pessoas têm que ter uma função de trabalho. A família se ocupa das diferentes atividades aqui no particular da unidade e também com a comunidade. E os trabalhos, têm os trabalhos do mutirão que são atividades fundamentais para que a gente consiga desenvolver, digamos os trabalhos específicos, tanto do leite, da agrofloresta, quanto das hortas, etc., etc... Então tem todas essas atividades que depende muito dessa unidade.

²⁰Rede Ecovida - A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, como resultado de um processo de articulação de organizações e movimentos sociais, visando construir uma alternativa ao modelo de agricultura dominante no país, priorizando a certificação participativa, e os circuitos curtos de comercialização de alimentos. Criando o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Ecovida, iniciativa que vem desde 2006 integrando comercialmente alguns núcleos regionais. Hoje composta por aproximadamente 27 núcleos regionais, de 175 municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com aproximadamente 3400 famílias agricultoras (Rover, 2011; Ecovida, 2015). Em 2010 no Território da Cantuquiriguaçu, foi criado o Núcleo Luta Camponesa do qual acampamento Recanto da Natureza faz parte.

Mesmo com a discussão teórica e com a organização cooperada de trabalho, ainda nessa época apenas cinco famílias do acampamento tinham de fato se convertido totalmente para o modo de produção agroecológico. Algumas novas famílias começaram a frequentar as reuniões para conhecer a proposta e passaram a utilizar o novo conhecimento para a sua produção de subsistência, mas mantinham suas lavouras ainda no sistema convencional, pois não tinham confiança que esse novo modo de produção fosse capaz de sustentar a família no campo.

Em 2012, com a formalização do núcleo regional Luta Camponesa da Rede Ecovida, e consequente formalização do grupo de agroecologia do Acampamento, agora pertencente à Rede Ecovida, concretizou-se o espaço de feira livre de produtos orgânicos, que acontecem na praça central do município de Laranjeiras do Sul, duas vezes por semana. Assim, começa-se o levantamento dos produtos que já vinham sendo produzidos sem a utilização de venenos ou quaisquer outros insumos químicos e também se dá início ao planejamento de mais e maiores hortas com fim de subsistência, mas também de venda do excedente para a feira, com a ajuda do CEAGRO.

O início concreto da feira ao contrário do que se esperava desmobilizou muito as famílias que apostavam na produção dos orgânicos no local como uma salvação econômica para a família. A feira não dava muito lucro e um dos motivos, talvez o mais grave, era a logística de transporte da mercadoria com alto custo do frete que era dividido igualmente entre os feirantes. Quem não tinha se planejado e se preparado, mandava pouca coisa, mas pagava o mesmo valor de frete. Em algumas ocasiões esse valor ultrapassava o montante retirado com a venda dos produtos.

Ao mesmo tempo, o acompanhamento da assistência técnica se mostrou muito certo para as famílias que foram vendo uma modificação positiva na qualidade do solo e sua capacidade de produção, de diversificação e também nas técnicas de plantio de horta no modelo agroecológico. Com esses resultados positivos, algumas famílias que haviam desistido começam a retornar à produção orgânica e há adesão de outras famílias que antes não tinham demonstrado interesse pelo grupo.

Francisco: No decorrer do tempo, as coisas foram mudando, as terra e as horta foram melhorando, que a principio era as horta só, foram melhorando, foi conseguido fazer umas adubação boa e também com o trabalho da assistência técnica foi melhorando. Aí outras família que tinham desistido, começaram a voltar e famílias que não tavam no início do grupo também resolveram de entrar no processo e tá até hoje forte.

A assistência técnica era dividida em momentos de formação teórica proporcionando espaços de discussão sobre meio ambiente, produção sustentável, transformação social, compreensão da conjuntura social e também oficinas técnicas de produção agroecológica tais como plantio direto, produção de caldas, técnica pastoreio racional voisin, homeopatia, sanidade animal, entre outras. Esse acompanhamento facilitou à práxis da agroecologia no acampamento e teve papel muito importante para a construção de uma comunidade agroecológica que se destaca na região, trazendo visibilidade que não existia antes, inclusive para o INCRA que há 16 anos ainda não conseguiu legalizar a situação dessas famílias na terra ocupada.

Roberto: o técnico do INCRA falou: “esse acampamento aqui de vocês tem uma visão assim de um alcance longe porque vocês lida com orgânico, se ele não fosse orgânico, acho que não dava nem atenção”. E o que nós conseguimos né? Aqui todo mundo tem luz, todo mundo tá no lote, todo mundo tem luz né. Tem essa **cozinha** [agroindústria], coisa que a maioria dos acampamento não tem! A maioria das pessoa trata nós como assentamento, nós sabemos que nós não somos assentamento, ahhh se nós fosse assentamento, aí vem os recurso do INCRA aqui né.

As famílias conseguiram estabilizar a produção de verduras e frutas para comercialização na feira, reduziram o custo e o trabalho do frete o que facilitou o processo de comercialização dos produtos dos agricultores acampados. Mas, alguma dificuldade no frete ainda persiste. E embora seja uma “estratégia” coletiva de venda dos produtos na feira do município, a família que se responsabiliza naquele mês por fazer o frete percebe como se estivesse arcando individualmente com o ônus da atividade, como tirar o dia de trabalho na unidade produtiva para ficar em função de ir para a cidade e comercializar os produtos das famílias. Não vê essa dedicação à comunidade como um trabalho e sim como uma doação ao grupo e à comunidade.

Francisco: então pra arrumar pessoa pra ir, nossa senhora!! Se fazia toda a discussão da feira e tal, o pagamento e tudo e daí ficava duas horas discutindo pessoa pra ir pra feira, porque quem ia pra feira perdia dia de trabalho, e no começo da atividade, chegava a perder três dias de trabalho. E o que ganhava na feira, às vezes, não pagava os dias perdidos de trabalho.

Vanda: ... aí aqui na comunidade, um mês é duas pessoa que vai né... Eu fui uma vez, num mês só. O Paulo já foi umas par de vez.

Paulo: ... aqui a gente vai por questão de motorista. Por causa de estar habilitado né. Mas que eu não queria ir, porque eu defendo aquela tese de que todo mundo tem que ir porque é uma escola, é pedagógico.

Percebe-se que para os acampados em alguns momentos o investimento no coletivo se mostra vantajoso, em outros ele se apresenta oneroso, e quem se oferece paga privadamente pelo ônus em determinadas situações, como essa de representar o Acampamento na feira agroecológica. Essa sensação de “ônus privado” das atividades coletivas dificulta os processos de cooperação, pois reduz o número de pessoas dispostas a cooperar pela comunidade.

Com o crescimento do grupo de agroecologia no Acampamento Recanto da Natureza muitas mudanças se apresentaram não só para as famílias, mas também para toda a comunidade. Segundo o coordenador do grupo de agroecologia, as pessoas que atualmente compõem o grupo estão nele por terem feito uma escolha consciente pelas vantagens apresentadas na comunidade de uma produção limpa, saudável, mais justa e mais humana, de tal modo que não desistirão da estratégia, mesmo que dela não venham grandes retornos financeiros.

Francisco: Acho que não adiantava só força física, também tinha que adquirir mais consciência. E quem tá na agroecologia assim tá porque defende mesmo aquilo. Não tá só pra dizer: “não, vou ganhar dinheiro”... Não, porque ganhar dinheiro ninguém vai ganhar, é uma consequência também.

Geraldo: Eu acho que ela [agroecologia] ajudou tipo a uni mais, que nós antigamente, antes de vir pra cá principalmente, nós não tinha esse tempo de permanência junto, tipo de estar o tempo todo aqui junto, porque eu trabalhava o tempo todo fora, a Poli cuidava das coisas daqui da casa e a Estela. Eu acho que a gente não tinha esse tempo de estar assim mais perto. Eu acho que ajudou nisso.

A agroecologia é vista pelos homens que vivem no acampamento como um modo de produção que não utiliza veneno que é grande responsável por intoxicações e produtos menos saudáveis. Dessa forma, ela utiliza tecnologias diferentes, com menos dependência de insumos químicos e, portanto, de baixo custo, além de preservar as sementes “crioulas”, aquelas mais naturais e que não possuem alterações genéticas, portanto de livre acesso, favorecendo inclusive os processos de trocas de sementes entre as famílias. A melhora da saúde das famílias também foi citada pelos homens não só pela forma como as famílias estão se alimentando, de produtos saudáveis plantados nos quintais, como também a preservação e o cuidado dos recursos naturais tão importantes para todos. (GLEISSMAN, 2009; ALTIERI, 2011)

Roberto: [agroecologia é] não lidar mais com veneno, isso já é uma vantagem grande né? Porque é um negócio que prejudica a saúde, amanhã ou depois, tá louco!

Geraldo: eu entendo assim que é uma forma de você viver mais, com um pouco mais saúde, é uma questão que se você for trabalhar no convencional, usando um pouco de veneno, eu acho que você tá trazendo pra sua família talvez uma doença, alguma coisa, tentando matar a própria família, no meu ponto de vista. E a agroecologia traz essa diferença, não vai te dar coisa pra você comer com problema né...Eu vejo mais a questão da saúde. Evitando um pouco de veneno já tá louco de bom!

Paulo: é uma tecnologia diferente. Toda a prática aplicada é uma técnica. No entanto, ela tem a sua sustentabilidade, ou seja, ela se sustenta porque o investimento é baixo. E o que a gente produz é voltado para a preservação da espécie, uma espécie da semente crioula, não é usado agroquímico e você vai ter o produto. Então pra nós é fundamental trabalhar dentro dessa linha. E pra isso, nós temos que mudar o sistema, buscar conhecimento para que nós possa, claro sem desvalorizar o que já temo, mas sempre buscar algo para que você possa sempre ir nivelando, melhorando, fazendo planejamento, estudando. Você para de fazer isso, isso você continua porque lá na frente dá resultado mais positivo e assim vai, dentro de uma lógica.

Francisco: “mudou muito daí! A questão ambiental, a questão econômica eu acho também ajudou bastante, mas também a saúde, as família não tinha o hábito assim de se alimentar com verduras, essas coisas... Era o básico assim e também muito do mercado. Dali pra frente não, aí todo mundo começou a produzir subsistência, produzir de arroz pra cima e consumir mais hortaliça, Até a questão das água, tinha época do ano que era uma enxurrada de crianças indo para o hospital, dava disenteria, dava um monte de coisa nas crianças. E depois do grupo formado, que realmente as coisas começaram, dos primeiros certificados que teve e daí a encrenca foi começando a ficar maior, começou a melhorar isso. A água assim, hoje já dá pra tomar água em qualquer lugar aqui, onde você achar água dá pra tomar que não tem perigo, tanto que nem tinha antes.

Para as mulheres, a importância da agroecologia aparece em primeiro plano como o cuidado com a alimentação da família e para as pessoas que vão consumir os alimentos que elas produzem. Esse cuidado reflete diretamente na saúde e bem estar das pessoas e também para a diminuição com os gastos em supermercado para o grupo da agroecologia. O que mostra que tem mudado a visão delas sobre a importância da sua participação na produção seja na unidade produtiva e também na comunidade.

Outro ganho descrito por elas é o de participação e aproximação com as demais pessoas que compõem o grupo, num processo de reconhecimento delas como sujeitas importantes do processo de desenvolvimento local. As mulheres como porta-voz natural da segurança e soberania alimentar e a partir daí, reconhecidas pela importância do seu

papel na comunidade é também observado nos textos de Faria e Moreno (2008) e Siliprandi (2013).

Poliana: nós quase que não usava essas parte de agroecologia, porque nós usava bastante veneno...E depois até na saúde mudou bastante. Que nem a Estela e o Thomás teve um ano que nós plantemo fumo e eles foram intoxicado com veneno e depois que nós viemo pra cá não aconteceu mais...E eu tinha problema de estômago bastante, creio eu que era as alimentação que a gente comia bastante comprado de mercado, essa coisarada. E a renda também, que nem nós não estamos produzindo pra vender né, mas antes de nós vim pra cá nós tinha que comprar de tudo, então nessa parte já mudou, porque a maioria das coisas nós não ocupa comprar. Então é um jeito sustentável, saber que você vai consumir sem veneno e aquilo que você produz. É diversificar a sua propriedade e ainda prevenir a família de doença, porque tem o câncer do veneno.

Fabiana: eu mudei bastante o jeito de lidar dentro da nossa casa, da nossa terra. Eu não fazia compostagem, agora eu procuro fazer pra por nas plantinhas na estufa, quero fazer outra maior ainda, porque a minha tá muito pequena, já não tá dando mais. Além do convívio com as pessoas, porque convém pra gente. Convém estar perto das pessoas, ficar sabendo do que está acontecendo, porque antes quando a gente não participava, não ficava sabendo de nada, não tinha noção de nada. A gente estava por fora de tudo.

Vanda: ... eu pra mim é pra saúde em primeiro lugar da gente e das pessoa que vão comer esses produtos. Porque o veneno tá tomando conta das coisas né. A gente faz pouco hoje, a produção da gente é bem pouca, mas a gente não tem custo né, produz do jeito que a gente pode né e é coisa boa, você come sem medo de que vai fazer mal.

Inclusive, a retirada do veneno da propriedade foi apontada por duas mulheres entrevistadas como um desejo antigo que nunca foi escutado pelos companheiros e a entrada dessas famílias no grupo de agroecologia favoreceu para que esse objetivo fosse alcançado. Essa situação em que a mulher não tem voz dentro da unidade produtiva familiar é também descrita por autores como WORTMANN (1992) e Siliprandi (2013) que marcam a situação de total dependência e perda de poder e voz da mulher não só na unidade familiar como também na comunidade.

Poliana:... de produzir, sei lá, porque é uma coisa que mesmo que a gente usava veneno eu sempre dizia que eu gostaria de ainda trabalhar né, sempre dizia de tempo de antigamente, que nós ajudava o pai e a mãe, que não usava veneno. Porque, na verdade, nós não queria [usar veneno]...mas daí tem um abençoado dentro de casa que queria usar veneno, até a plantação de fumo né.

Fabiana: eu já tinha uma base escolar sobre os veneno que não são saudável e coisa e tal porque muita gente tá morrendo de câncer e eu mesmo nunca gostei, sempre fui contra dentro de casa, sempre pedi né...mas a gente é minoria e nunca é ouvida né...quando a gente é minoria nunca é escutado né? Quem planta convencional sempre quer ter razão.

Além do mais, o fato de muitas famílias do acampamento compartilharem o ideal de uma produção limpa, saudável favorece a confiança e diminui preocupações com barreiras de proteção entre as unidades produtivas familiares.

Roberto: ... nós tudo é orgânico né, lida com orgânico, então nós, um no outro não prejudica, não carece nós ter uma barreira, uma divisa.

Francisco: ... Aí o que acontece é que aqui ficou meio dividido agora. Essas família do convencional, tem duas que tá láaaaa no canto pra lá isolado, tem outra, mais três que tá no outro lado, pra lá do centro isolado pra lá que daí divide e isola com a reserva e tem uma no canto aqui só, essa ali tá na beira da estrada e causa algum problema, mas assim tá bem isolada essas pessoas.

Mas, ao mesmo tempo a agroecologia no acampamento apresenta também alguns aspectos que impõem grandes dificuldades às famílias, principalmente para aquelas que aderiram recentemente ao novo modo de produção e estão passando pelo processo de transição.

Roberto: ... até a gente começar a entregar orgânico a gente vai dar uma bela duma sofrida né. Até nós se ajeitar nesse orgânico, começar produzir e entregar certinho, até a gente pegar esse certificado porque senão não tem como entregar. É minha mãe que paga até a luz pra nós, ela que ajuda, o pai da Fabiana também. E tá mais ou menos assim, senão precisava até sair pra fora trabalhar. Mas aí, ia tá tudo errado né?! No modo de vida do acampamento, do orgânico, isso é estar errado! Mas vai viver do que? Até você pegar esse orgânico, deixar certinho né, arrumar, entregar, essas coisas. É assim, se você pensar bem, às vezes dá vontade de sair e trabalhar pra fora.

Fabiana: A dificuldade é em relação ao plantio, fica mais difícil de plantar nesse modo orgânico pra gente, não pelo custo, mas pela falta de experiência da gente. Temos que ter mais cursos também. O que a gente tem é só a estufa, mas é pra consumo pessoal, porque a gente não pode vender nada ainda porque não está certificado e não está sendo acompanhada também. Daí não podemos fazer praticamente nada até agora.

Geraldo:[...] dificultou pelo fato que eu não sei nada sobre a agroecologia, muito pouca coisa eu sei. Tá dificultoso porque eu tenho que tá aprendendo tudo de novo. (risos)

Aqui há uma indicação que embora o Recanto da Natureza traga como marca principal a agroecologia, esta aparece pouco desenvolvida, seja na compreensão das práticas de manejo e aumento de trabalho, seja nas transformações sociais e políticas

que são imprescindíveis para o desenvolvimento local sustentável. Tal caráter pode estar ligado tanto à sua condição de instabilidade sobre a propriedade da terra, quanto à falta de acesso a recursos e políticas públicas, assim como um contexto externo, regional, que traz a agroecologia como uma promessa que ainda não se concretizou – como mercado, garantia de sustento das famílias por exemplo– o que não garante às famílias formas de sobrevivência a partir dela. Cezimbra (2013), em seu estudo “Desenvolvimento socioambiental do Assentamento oito de junho”, elucida que as famílias que optam pelo desenvolvimento de suas unidades pelas agroecologia não conseguem um aumento da renda significativa, num primeiro momento.

Roberto: ... eu vejo a vantagem, o veneno na realidade é uma coisa fácil. Você faz um pedaço de roça de meio alqueire, você vai lá no dia e limpa tudo, pega uma máquina, vai lá e limpa tudo, é fácil. E você bem sabe que produzir verdura com pouquinho químico ela vem rápido, mas nesse negócio de produzir orgânico, ela vem mais devagar, ela vem bem mais devagar. [...] E ainda porque quando era no outro estilo a gente fazia mais diferente as coisas né, e nós tinha nossa renda forte até o ano passado era da venda direta então dava um dinheiro bom, era compromisso. [...] Mas, eu se quisesse vender lá eu vendia. Mas é como nós falemo, vamo fazer primeiro e deixar pra entregar nesse projeto que nós temo do orgânico. Nós sabemos que demora mais pra produzir, daí pra entregar no preço diferente lá, mais barato não compensa, não vale a pena.

Fabiana:temos que ter mais mão de obra porque, por exemplo, duas pessoas trabalhando no modo convencional, uma máquina de veneno você faz aquilo lá rápido. Agora limpeza, por exemplo, duas pessoas limpando na enxada, aí vai mais devagar né. E também as outras coisas, porque a gente não arrenda mais pra ninguém, cortou a nossa renda, nós não temos renda nenhuma, nada. Tenho que ir logo conversar com o Francisco pra ver o que ele pode fazer pela gente, pra gente poder se enquadrar, pra ter uma base, uma renda, porque tá muito difícil, porque sem renda é bem complicado, ainda mais com filho pequeno.

Em função dessas dificuldades apresentadas e também da grande influência ideológica que a estratégia da modernização da agricultura tem sobre as famílias rurais no sentido de tornar mais fácil e mais produtivo o trabalho, nem todo o acampamento aderiu ao modo de produção agroecológico. Surge uma ruptura da unidade total dos moradores do acampamento na medida em que sete famílias escolhem se manter no modo de produção convencional e não estão dispostas sequer a dialogar sobre a agroecologia. São famílias que não veem nenhuma forma de garantia de sobrevivência sem a utilização de insumos químicos como ração e antibióticos para gado, tais

resistências são bem discutidas na obra de Pinheiro Machado e Pinheiro Machado Filho (2014).

Isso apresenta uma quebra na estratégia comunitária que divide o acampamento em dois grupos enfraquecendo a cooperação entre as famílias. Esse fato esse que prejudica a manutenção da organização do acampamento como um todo, haja visto que o mesmo tem um número reduzido de pessoas, fazendo com que alguns membros fiquem sobrecarregados de atividades coletivas, o que prejudica a atuação em suas unidades produtivas familiares.

Francisco: ... o problema assim, eu acho que é o número de famílias que é muito pequeno. Às vezes pensam assim: “ah porque é muito pequeno é mais fácil”. Não é! Quanto menos gente é pior porque as tarefas são muitas, é muita pouca gente pra muita tarefa. Então começa de uma altura em diante se você for querer fazer todas as coisas que tem que fazer, você não para mais no lote e o lote tá isolado, fica abandonado e isso é uma dificuldade grande.

Roberto: Então se eu for fazer uma roça orgânica aqui, for plantar, fazer alguma coisa, o pessoal ali que não lida com orgânico eles não vem. E antes de começar o orgânico aqui no acampamento nós se reunia, mas aí era todo mundo. Deu uma quebra no acampamento nessa parte, deu uma divisão...Aí o que acontece você vai fazer uma coisa aqui, eles já não vem, porque nós somos orgânico e eles não são orgânico. E hoje eu sinto uma divisão que diminuiu os mutirão.

Francisco: Convidamos ele várias vezes pra voltar [pro grupo de agroecologia] e ele: “Ah esse ano não vou passar veneno”. Mas passou veneno aí, esses dias, na beira da estrada, então é uma guerra. Em toda reunião nós tamo brigando, discutindo...

Stropasolas (2002) afirma que comunidade é a forma como um grupo social se organiza, de maneira a dinamizar a vida coletiva criando um espaço de integração entre as pessoas, o que constrói uma identidade cultural e política para o grupo a fim de acessar recursos, conquistar direitos. No entanto, há também nela hierarquias e pensamentos diversos entre os seus membros, evidenciando que não há um consenso geral sobre as estratégias e objetivos da comunidade, e sim um resultado de jogo de forças entre distintos modos de ver e agir sobre o mundo.

No Recanto da Natureza predomina, portanto, a opção pela agroecologia. Produzir de acordo com os preceitos da agroecologia pressupõe uma mudança na forma de se relacionar com o meio ambiente e com as pessoas, de maneira em que todos têm

seu valor e importância numa tentativa de quebra da subjugação hierárquica e patriarcal das relações sociais e também de gênero. É dar voz a todas às pessoas que vivem em comunidade, levando em consideração as gerações posteriores, o cuidado com a saúde e o meio ambiente.(SEVILLA GUZMÁN, 2011).

Percebe-se que as famílias que iniciaram a proposta da retirada dos insumos químicos da produção, que vinham trabalhando num processo de agricultura familiar camponesa no Acampamento e que hoje ocupam espaços de coordenação da proposta da agroecologia na comunidade apresentam-se mais identificadas com a agroecologia do que com a direção regional do MST, entrando em contradição e algumas vezes em conflito com esta direção, para defender o projeto que está sendo construído pelas famílias naquela comunidade, como discutido no subitem 4.2.2.

Paulo: A gente pensa uma coisa, que quando a gente deixa de usar veneno, deixa de usar uma série de coisas que agride o meio ambiente. É um pensar que já está mais num processo de evolução, numa construção de revolução pra uma mudança que hoje muita gente acha que é impossível.

Janaína: Sim, porque quem está na agroecologia não é fraquinho, não é pequeno, é muito forte, porque você anda contra a correnteza mesmo e na correnteza vem coisa muito pesada e tem que ter as pernas muito fortes, pra você subir, porque você está indo contra. Esse é o principal problema, o rio tá descendo e você está subindo. E desce tudo, é um pacote, entra a mídia, entra a facilidade dos venenos, entra a facilidade das máquinas pesadas, entra a facilidade de você ter a flexibilidade de arrendar a terra quando você não estiver se viabilizando, entra tudo né, tudo...

Paulo: eu sonho com a comunidade com o entendimento político de todo o conjunto das coisas, que não olhe só a produção, não olhe só a casa, não olhe só as coisas ao redor, mas olhe o mundo. Eu quero que [a agroecologia] sirva não só pra gente, mas pra toda a comunidade e também para o planeta.

E essa transformação já está acontecendo no Recanto da Natureza de maneira pontual. A ideia de que as mulheres precisavam ocupar os espaços na Associação foi crescendo nas discussões do grupo que já vinham percebendo a possibilidade de trazer recursos para a comunidade através das políticas públicas para as mulheres – Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, PAA, PNAE, crédito para mulheres, Pronaf mulher – alguns dos quais o acesso só é permitido via um grupo constituído por mulheres. A Associação dos moradores começou a dar espaço, lentamente, para a participação delas em suas assembleias.

Janaína: ... as mulheres e as famílias que estão no grupo de agroecologia, as mulheres estão inseridas na produção, bem forte na questão da produção. É bem interessante, a questão da feira, de saber mesmo o que está sendo produzido, a defesa que as mulheres fazem da questão da produção, de uma produção diferente.

Francisco: Você vai puxando as coisas, porque quando você reúne um grupo você começa a discutir as coisas e vê o que está errado, o que tá certo e o que pode melhorar ainda. Sai essas discussão, tem reunião da feira, vai todo mundo homem, mulher, criança, vai todo mundo e lá a gente vai discutindo e lá vai aparecendo as coisas assim. Eu acho que ali dentro dessa discussão que todo mundo tem o direito de falar e tem que falar, se tá errado ou tá certo ou não, e como que melhora. Eu acho que ali contribuiu bastante, pra inserir tanto a mulher como o homem pra fazer essa discussão junta e trabalhar junto, tanto no próprio lote, como fora.

Essa inclusão das mulheres nas discussões dos rumos da comunidade, proporcionada em grande parte pelas políticas públicas para as mulheres, começa a trazer à tona importantes oportunidades que as mulheres vêm buscando aproveitar ao se apropriarem desses novos espaços construídos coletivamente, visando o desenvolvimento do Acampamento. Concretiza-se a partir desse momento a agroindústria comunitária que logo se torna a principal responsabilidade produtiva do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza.

4.3 A AGROINDÚSTRIA: A INCLUSÃO DAS MULHERES EM UM GRUPO PRODUTIVO DE CARÁTER AGROECOLÓGICO.

A ideia da agroindústria surgiu como um projeto de desenvolvimento para a comunidade, dentro da proposta de economia solidária, muito discutida nas assembleias gerais do Acampamento. Embora baseada na cooperação, coletividade e solidariedade, a economia solidária pode ser vista como uma estratégia adaptativa de inserção dos mais pobres nas novas necessidades do capitalismo atual, não conseguindo existir para além do poder do capital (GAIGER, 2003; GERMER, 2006; SOUSA E NEVES, 2011). O viés econômico tem forte apelo na estruturação das estratégias de produção não só do grupo, como também do próprio MST, marcando a dualidade no caráter da luta e da construção societária proposta por eles.

A agroindústria não foi pensada e iniciada exclusivamente pelas mulheres, mas nasceu com a intenção de criar um espaço de trabalho coletivo para elas. Essa decisão não se deu, entretanto, sem antes muita discussão sobre a participação ou não dos

homens nesse empreendimento. Dentro desses embates nas assembleias algumas mulheres e alguns homens foram assertivos e contribuíram para que a decisão da agroindústria somente para as mulheres fosse concretizada.

A posição defendida por essas pessoas era que as mulheres precisavam de um espaço coletivo de trabalho assim como os homens já tinham outros espaços coletivos de produção como grupo do mel, grupo do leite, mutirões, etc. Aparece aqui, evidenciado pelo depoimento dos entrevistados, que os espaços coletivos de trabalho do acampamento embora na teoria sejam para a participação de todos, eles claramente são destinados apenas para os homens mais “acostumados” aos espaços de produção. As mulheres até então não tinham nenhuma atividade coletiva em que pudessem se engajar devido às atividades que têm que cumprir no âmbito privado, tais como o cuidado da casa e das crianças, e que dificultavam ou até impediam que elas pudessem assumir compromissos nos diversos espaços coletivos criados.

Janaína Os homens entravam na discussão, mas aí já tinha o fortalecimento maior de algumas mulheres e também dos próprios companheiros porque eles já tinham vários espaços de produção coletiva e nós não tinha espaço de produção coletiva e que esse espaço deveria ser priorizado às mulheres. Então já tinha a compreensão disso.

Francisco:... menos no leite ainda que não tá indo né [mulheres]... porque no grupo do leite é ir lá fazer piqueteamento, pasto...Elas estão dentro do grupo de cooperação. [...] Tão, porque sempre que tem, tem mulher ajudando, sempre tem uma que vai fazer o almoço e tal.

Vanda:Eu participava era do clube de mães antes, que nós participava. Das mulher era só o clube de mães mesmo. Nem da Associação (Associação dos Pequenos Agricultores – Terra Livre), porque foi só agora que nós entremo, só agora que as mulher entraram nesse grupo mesmo, da Associação, porque antes era só os homem.

Fabiana: Me chamou a atenção porque todos esses anos no acampamento, não havia um grupo específico para as mulheres do acampamento, a não ser o clube de mães, uma coisa assim voltada só pra mulher.

O início da formação do grupo foi muito controverso e demorado. A construção do espaço físico, embora programada para ser feita com recurso de projetos destinados pelas políticas públicas, não se efetivou dessa maneira porque o grupo reside em área de acampamento e não possui um documento que efetivasse a legalidade da posse da terra.

Ao longo de quatro anos as famílias se dedicaram a construir o espaço da forma que podiam.

A existência da agroindústria era um interesse da comunidade como um todo e a intenção inicial era comprar os produtos de todas as famílias, nos modos de produção agroecológico e convencional, e na agroindústria fazer o processamento mínimo das verduras e hortaliças – picar, fatiar, embalar à vácuo –para posterior venda em mercados convencionais com preços melhores do que se entrega produtos “in natura”.

As mulheres adquiriram para esse trabalho uma máquina seladora a vácuo, além de outros equipamentos que facilitavam o trabalho dentro da agroindústria, comprados a partir de tomada de crédito pelo grupo. No entanto, essa estratégia começou a demonstrar sinais de que não daria certo porque o acampamento não estava conseguindo manter a produção que cumprisse os contratos de entrega, assim como muitas outras dificuldades para conseguir se inserir no mercado convencional, como preço do frete, dificuldade de venda e ainda preços finais injustos que não pagavam sequer a embalagem utilizada para os produtos.

Como mudança de estratégia, as mulheres iniciaram a produção de pães e bolachas, ainda produzindo de maneira convencional, para serem entregues nas escolas municipais. Aproveitaram a oportunidade de algumas famílias terem contratos com Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ainda vigente e propuseram entregar pães nas escolas, para a merenda escolar através do Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE). Com a proposta aceita, elas iniciaram a produção de pães, no modo convencional, com uso de farinha de trigo feito de sementes transgênicas, por exemplo. Essa atividade possibilitou que elas conseguissem pagar metade da dívida que adquiriram com a compra da máquina seladora.

Com o final do ano letivo, esgotada a possibilidade de entrega de pães para o PNAE, a agroindústria começa a sinalizar dificuldade na viabilidade de produção de pães na forma convencional. Sem a experiência de entregas para o PNAE que outros grupos de mulheres na região já possuíam, elas não conseguem contrato de entrega para a merenda escolar.

Ao mesmo tempo, com o fortalecimento da proposta do circuito da Rede Ecovida de Agroecologia na região, o grupo de agroecologia começa a ganhar força para exigir a mudança na estratégia de produção da agroindústria. Numa assembleia geral do acampamento vence a decisão pela produção agroecológica para a agroindústria.

Francisco: é uma guerra né...[pausa] é uma guerra. Aí foi feito uma reunião, na coordenação meio em assembleia assim... “Oh, se não for agroecológica, pode quebrar tudo porque nós não precisa neem, vamos abandonar tudo esse negócio porque a discussão é agroecológica. Se for pra industrializar produto convencional, os outros fazem bem melhor que nós esse negócio. Então, vamos parar com isso aí...” Daí as mulher fizeram uma discussão ali e deu umas encrenca graúda pra conseguir! Aí umas espirraram fora, ficou duas que estão no grupo.

Janaína: nós fomos pra assembleia e começamos a discutir o papel da agroindústria. Porque se o Movimento ele discute que a estratégia nossa é a produção agroecológica, então qual o papel das agroindústrias dentro dos assentamentos e dos acampamentos? Teve uma discussão bem grande, porque tinha umas pessoas que achavam que ela tinha que ser convencional também, agroecológica e convencional, e daí a gente foi pra votação pra que cada um colocasse o que achava e a maioria achou que ela tinha que fortalecer o estratégico do Movimento (MST) que é a produção agroecológica e aí tomamos a decisão de transformar a agroindústria em agroecológica, pedir a certificação e aí agora ela está inclusive com os pães aí.

A proposta da agroindústria como uma tentativa de inclusão das mulheres ajudou no desenvolvimento do processo delas com a agroecologia no local (Fig. 10). A agroindústria se apresenta como um marco inicial, para muitas delas, da mudança do modo de produzir e do modo de perceber a comunidade e ainda na importância de suas atuações para o desenvolvimento do local, a inserção dos jovens na estratégia de produção e também para a segurança e soberania alimentar. Autoras como Silveira (2008), Faria e Moreno (2008) e Siliprandi (2014) já vêm escrevendo sobre o reconhecimento das atividades das mulheres na luta pela soberania alimentar, na qual elas vem protagonizando ações de cuidado com a alimentação e com a diversificação da produção voltada para o consumo.

Janaína: ...eu acho que as mulheres estão conseguindo se desenvolver bastante na agroecologia, inclusive conhecendo mais técnicas. Então está interessante essa forma de fazer pão, um pão que não é só feito de farinha, é uma questão de você aprender a se alimentar também e pão agroecológico, é diferente você saber que está produzindo tanto pro consumo como para os outros comerem. É um produto que não é um produto, você está produzindo comida mesmo, produzindo alimento que pode comer com segurança, tem também uma outra questão além de produzir e fazer renda.

Poliana: Ahh porque é trabalhado assim... coletivo, é uma forma de a gente estar ali com as mulheres, conversando com as companheira né, se conhecendo. Eu acho que é isso. E eu acho assim que essa parte de estar produzindo mais, mais coisa agora e sabendo que você tem uma renda, eu acho que isso é bem chamativo no grupo. Eu achei bastante importante

também é a Estela [filha] estar lá também, também discutimos bastante sobre isso e queremos conversar com mais dois ou três jovens.

Figura 10 Mulheres, agroindústria e a agroecologia



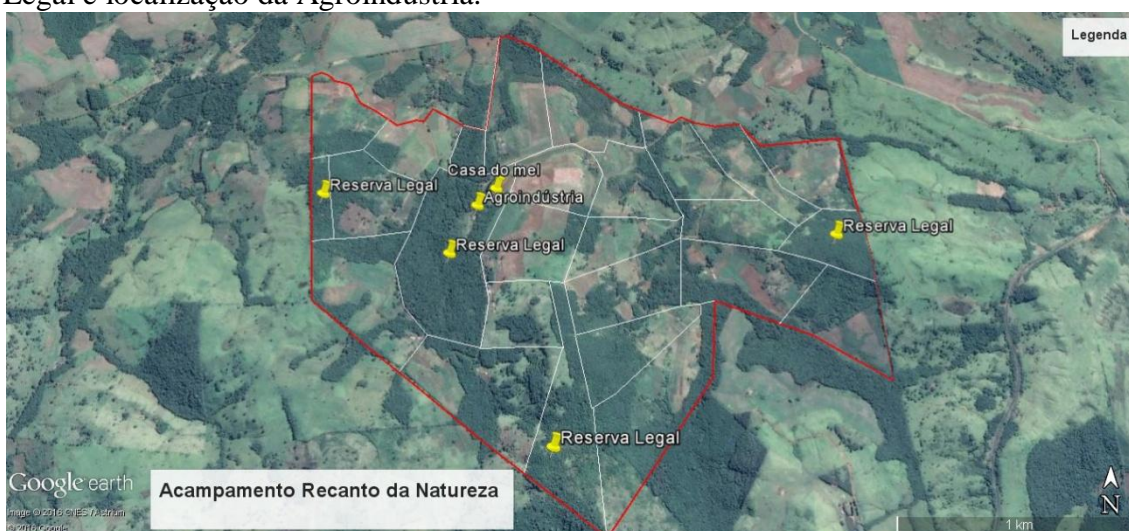
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O grupo de agroecologia vem ganhando destaque no município pela firmeza da posição de alguns de seus membros para a produção baseada nos princípios da agroecologia. São 10 (dez) famílias que compõem este grupo no Acampamento Recanto da Natureza. As mulheres, de uma maneira geral, veem a agroecologia como retirada do veneno e demais insumos da produção e conseqüentemente menos gastos neste processo. Percebem-na como uma importante estratégia de sustentabilidade na medida em que as famílias passam a consumir o que produzem, com menos gastos com compras de alimentos no supermercado. Ainda uma mudança de hábitos para saúde, pois as famílias passam a se alimentar daquilo que produzem nas unidades produtivas, uma alimentação diversificada e sem agrotóxicos. E também uma importante noção de contribuição coletiva de todos os membros da comunidade, com a inclusão das mulheres no processo e com a interrelação entre as famílias e também entre as demais comunidades, para a troca de sementes e de conhecimento.

A preocupação com o meio ambiente aparece muito timidamente nas entrevistas com as mulheres do grupo, tendo maior destaque nas entrevistas do coordenador do

grupo de agroecologia e da informante chave da pesquisa, ambos participantes antigos dos espaços de discussão da agroecologia, principalmente nas formações promovidas pelo MST. Destaca-se nessa questão, que o Acampamento como um todo já vem de um longo processo de discussão sobre o cuidado com o meio ambiente proveniente das obrigações de se preservar as reservas legais e matas ciliares (Fig. 11) a fim de não causar transtornos em sua relação com o INCRA e o Código Florestal²¹, além das orientações seguidas à risca na luta contra os transgênicos, por exemplo, vindas da coordenação nacional do MST.

Figura 11 Croqui do Acampamento Recanto da Natureza com demarcação de Reserva Legal e localização da Agroindústria.



Fonte: Google Earth. Elaborado pela equipe técnica Ceagro, 2016.

Todo esse cenário de preservação do meio ambiente foi construído ainda no ano de 2006, anterior ao primeiro contato que o grupo teve com a agroecologia que só aconteceu a partir de 2010. Isso pode indicar que o cuidado com o meio ambiente no Acampamento é anterior à agroecologia e, portanto não visto como uma vantagem advinda dela.

As dificuldades apontadas giraram em torno do aumento e da dificuldade do trabalho de manejo e a diminuição e/ou lentidão da produção quando comparado ao modo de produção convencional, além da renda que se mostra pouca ou nula, dependendo da condição da família e do tempo em que se encontra inserida no grupo de agroecologia. A quebra na unidade do Acampamento, na medida em que se estabelecem

²¹ Código Florestal: **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Revogado pela lei nº 12651, de 2012.

atividades que um grupo participa e outro não e os prejuízos para as mulheres ao serem incluídas no processo de produção, sem que sejam observadas as diferenças nas condições de participação delas serão questões analisadas no próximo subitem.

5 O GRUPO DE MULHERES E A AGROECOLOGIA: RELAÇÕES DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE(S)

Neste capítulo busca-se responder aos objetivos da pesquisa que levam a aprofundar a questão de gênero e da identidade das mulheres a partir de suas experiências com a Agroindústria. São eles:

a) Analisar como se constitui o processo de construção da identidade das mulheres agricultoras com a agroecologia;

b) Analisar como a família assimila a autonomia da mulher camponesa que participa de grupos produtivos agroecológicos;

Quanto ao primeiro objetivo, procede-se a análise das relações de gênero e as possíveis mudanças, ou não, dos papéis sociais e da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres que compõem o grupo de agroecologia do Recanto da Natureza. No segundo, levanta-se a percepção das mulheres entrevistadas sobre as transformações em suas relações sociais familiares e comunitárias após o início de sua participação no grupo produtivo agroecológico, a Agroindústria Recanto da Natureza.

5.1 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NOS ESPAÇOS DOMÉSTICO E NO ACAMPAMENTO

Como dito anteriormente, esta pesquisa tem como foco o estudo do grupo de mulheres que trabalha numa Agroindústria de caráter agroecológico. O grupo da Agroindústria Recanto da Natureza é formado por dez mulheres agricultoras, com idade entre 23 e 45 anos, todas casadas e mães de um a quatro filhos sendo que a criança mais nova tem dois (2) anos e a mais velha 17 anos. A maioria dessas mulheres cresceu na zona rural e há muito guardam tradições da agricultura aprendidas com os pais, outras vieram da cidade para a zona rural depois de se casarem com agricultores.

Consideram-se com pouco estudo, sendo que uma minoria conseguiu chegar ao Ensino Médio, tendo no máximo o Ensino Fundamental completo. Uma das mulheres tem o curso superior completo e chegou a poucos anos na comunidade quando se casou com um dos moradores da comunidade. Conforme visto no capítulo 3 desta dissertação, o acesso à escola e a permanência no estudo é uma das dificuldades a que essas famílias

convivem e gera como consequência os poucos anos de estudo da maioria das pessoas que compõem a comunidade.

As mulheres, no início da formação do acampamento, participavam de atividades coletivas exclusivamente femininas que eram a horta e o leite, a produção mais voltada para a subsistência das famílias, fora isso, elas ficavam no âmbito do privado, nos trabalhos domésticos e no cuidado das crianças.

Para a manutenção da atividade da horta naquela época, uma parte das mulheres ia para o trabalho coletivo, enquanto uma delas ficava cuidando de 5 ou 6 crianças. Segundo as moradoras, essa organização foi natural, não havia nenhuma reflexão de fato sobre cooperação ou solidariedade. Era uma necessidade que se apresentava em função de que muitas mulheres tiveram filhos na mesma época e, se cada uma mantivesse esse cuidado com os filhos na esfera privada, dificilmente poderiam contribuir com o trabalho da horta coletiva, tão importante para a garantia da sobrevivência dessas famílias no campo.

Outro trabalho que surgiu nesse período foi a atividade leiteira realizada pelas mulheres. Iniciou-se com apenas cinco (5) mulheres que cuidavam das vacas, retiravam o leite e o levava em baldes para a entrada principal do acampamento, onde esperavam o caminhão de leite passar para recolher a produção. Alguns relatos trazem que os homens, a princípio, não acreditavam na capacidade produtiva da atividade e não raras vezes riam do esforço das mulheres, como no relato de Janaína: “... Eram elas que faziam todo o trabalho, eram elas que tiravam o leite e aí quando o leiteiro passava elas levavam o balde lá na estrada e os homens dava risadas delas, os homens abusavam daquilo (risos)”. Atualmente, a atividade leiteira é a principal atividade de renda para a grande maioria das famílias que residem no acampamento.

As famílias entrevistadas ao serem questionadas a respeito das principais atividades produtivas dentro da unidade, descrevem que o casal participa ativamente de todo o processo de produção, tendo cada membro da família suas partes da atividade bem especificadas, evidenciando e reconhecendo a importância da participação do cônjuge e também dos filhos, caso na família em questão tenha filhos em idade para contribuir na produção, para a execução da atividade. No entanto, quando as mesmas famílias são questionadas sobre o planejamento e gerenciamento das atividades, o casal reconhece o homem como o principal e/ou único responsável por tal função, situação evidenciada nesses relatos, por exemplo.

Pesquisadora: Me descreva a sua função dentro da atividade do leite.

Vanda: Eu tiro. E não é sempre mas eu ajudo a trazer trato, moer.

Pesquisadora: Do leite qual é a sua função?

Paulo: Ahhh a gente tem que pensar toda a cadeia né...a gente sofre, porque não é só trabalhar o físico, quanto a cabeça que fica imaginando...mas é o geral, por exemplo é não só tirar, mas organizar as pastage, é você planejar o piqueteamento porque a gente ainda tá não tão bem arrumado. Pensar as sementeira, comprar, negociar, organizar.

Pesquisadora: de quem é a principal responsabilidade pela estufa?

Fabiana: dele! A gente puxa, mas é ele mesmo que cuida mais, na realidade, ele cuida mais do que eu. Sempre que tem que plantar alguma coisa, vão os dois, limpar também a mesma coisa. Ele que fez, a gente que puxou, a gente fica ali incomodando vamo fazer, vamo fazer, vamo fazer, enchendo o saco até fazer. Mas, ele lida bastante, eu acho no meu ver que ele lida mais do que eu.

Quando as famílias são questionadas sobre as atividades domésticas, também há o reconhecimento, tanto dos homens quanto das mulheres, da responsabilidade feminina sobre essas atividades. São as mulheres as responsáveis por estas tarefas, mas diferente das atividades produtivas em que todos os membros da casa já se apropriaram de partes das atividades, as diferentes atividades que compõem o trabalho doméstico continuam sendo apenas domínio delas, marcando a desigualdade nas divisões das tarefas, em que a sobrecarga recai sobre elas.

Pesquisadora: As atividades domésticas, quem as desenvolve aqui na unidade?

Paulo: Aí entra naquela lógica do gênero, né...que o homem nunca parece como o cara que se ocupa disso, só a muié. A gente ajuda, a Vanda que se ocupa na quase totalidade, mas eu na medida em que posso sempre dō uns pitaco aqui dentro também, muito pouco, na verdade é aquela coisa... não sei se é machismo ou não é... mas é assim, eu... eu não tenho tempo, eu já falo desde já, não tenho tempo se eu ficar aqui (entrevista dada dentro da casa) outra coisa lá fora acaba ficando sem fazer. E a gente ainda tem, preserva muito aquele machismo humano de que a mulher é mais desenvolvida, então ela vai limpar a casa e eu vou trabalhar na roça, essa é a lógica. Eu não tenho dificuldade de trabaíá dentro da casa, apesar de que... quando... se eu tiver e puder ajudar, eu vou ajudar, mas, se não tiver, né...eu vou pra outras atividades. Só que, vamos dizer, na sua maioria é a... dona Vanda.

Vanda: Ahh bem pouco, é só quando é muito necessário fazer alguma coisa, aí ele faz, mas senão, não ajuda muito... (risos)

Outro casal também responde à pesquisadora falando da divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico:

Pesquisadora: As atividades domésticas, quem as desenvolve aqui na unidade?

Fabiana: Bom, assim... a gente não se valoriza muito né... mas a gente sabe que se a gente sair de casa as coisas param. Não tanto pela questão de limpeza. Mas, se você sai ali, já fica uma coisa sem fazer. Meu esposo é bem companheiro nessa parte, além dele cuidar da minha filha, eu chego em casa ele tá com a casa limpa, ele tá com a louça pronta, ele tá fazendo a janta, alguma coisa. Ele se vira, ele cuida, mas tipo: ele não lava roupa, ele não dobra, não limpa, não passa. Ele cuida apenas, mantém.

Pesquisadora: As atividades domésticas, quem as desenvolve aqui na unidade?

Geraldo: No dia a dia da casa... Na verdade, quem faz essas coisas é a Poli, comida, ela e a Estela cuida as roupa lavada...

Poliana: Ah... Ele participa, só que, aqui que nem diz o ...ele participa da... né na... doméstico assim é com os filho né. Essa parte de... mais assim, carinho pros filho, tá ali junto...

A divisão social e sexual das tarefas cotidianas da unidade produtiva familiar aparece no Acampamento Recanto da Natureza, mesmo após a adoção da agroecologia, tal qual descrita por Paulilo (1987), Brumer (2004), Heredia (2013). As atividades produtivas do lote voltadas para produção de renda da família são de responsabilidade masculina, vistos como trabalhos pesados ou que exigem negociações e pagamentos de valores, e as atividades reprodutivas, ligadas ao cuidado da casa, quintal e crianças, são majoritariamente responsabilidades femininas, consideradas mais leves. A troca desses papéis acontece apenas nos momentos de impossibilidade do cônjuge cumprir com suas responsabilidades caso esteja fora da unidade familiar, em alguma agenda de curso ou trabalho externo.

Ressalta-se que no caso da família de Fabiana, a disposição do marido em cuidar da filha do casal aparece muito ligada ao fato de que para essa família em questão, a única renda gerada é a da mulher no trabalho na agroindústria. A família está em processo de transição para a produção agroecológica e ainda não consegue comercializar seus produtos na feira livre e nem acessar as políticas públicas para comercialização de orgânicos. Percebeu-se, durante a entrevista, que na medida em que a unidade produtiva começar a gerar lucros, a disponibilidade do marido em abrir mão de um dia de trabalho para ficar em casa cuidando da criança dificilmente permanecerá.

Roberto: quando eu lidava com as plantação de fumo eu puxava muito sozinho, eu e meu irmão, não levava ela ali. Fosse se quisesse, mas não... e também acho que quem tem que sustentar a casa é o homem e não a mulher.

E também já tem o serviço dela pra fazer. Eu vejo que no acampamento, dentro da propriedade da gente, você tem que cuidar, eu, principalmente eu né, não tem que pedir pra mulher ou nada, você tem que cuidar o que é reserva legal, porque não pode mexer, eu tenho que cuidar a participação minha na comunidade e o que eu puder trazer pra dentro do meu lote pra fazer, isso é tudo comigo, não tenho que tá pedindo pra mulher isso ou aquilo né.

Nessa situação em especial na qual o rendimento financeiro da família é proveniente do trabalho da mulher, cabe salientar que o marido está vivenciando a dificuldade de gerenciar o trabalho doméstico, com o trabalho produtivo e comunitário. Há uma menor disponibilidade de tempo dele para a participação nos mutirões do Acampamento, em função da responsabilidade de cuidar da criança de dois anos nos dias em que a esposa está trabalhando na agroindústria.

Roberto: olha, outro dia teve uma plantação no Cláudio de banana, eu não fui porque era na quarta feira [dia de trabalho da mulher na agroindústria e ele fica com a filha do casal], aí um dia antes ele tava vindo eu falei com ele: “Oh Cláudio, você tem que discutir ali com o Tonho, com o Francisco e o Bruno pra mudar esse dia, porque se for fazer na quarta feira eu não vou ir, porque a mulher trabalha lá, e a menina? Eu tenho que ficar cuidando a menina”. Aí ele disse: “Não nós vamo sentar lá e fazer uma conversa pra mudar pra terça”... Aí é bom porque na terça não envolve as mulher, porque as mulher é quarta e sexta [na agroindústria]. Aí ficou assim, eles iam fazer essa conversa e mudar pra terça feira, mas ainda não vieram me avisar nada.

Roberto [sobre a rotina]: Se a senhora olhar bem, hoje tem um milho aqui é um mundaréu de milho aqui que ela tava quebrando, o que eu ia fazer era quebrar milho também, porque de tarde ia muntuar... Amanhã já paralisei né, porque ela sai [agroindústria] e eu vou ter que ficar cuidando da neném. Daí só ia voltar na quinta.

Embora aqui apareça uma aparente aceitação de mudança no papel social de homens e mulheres, certa concordância de que o trabalho de cuidado das crianças também possa ser exercido pelo marido – o que não acontece em todas as famílias do acampamento – há uma percepção que essa mudança simboliza paralisação dos trabalhos produtivos exercidos por ele, sendo percebido como um prejuízo para a família, uma vez que é naturalizado que o cuidado das crianças é um trabalho da mulher. Foi levantado pelas mulheres da agroindústria que muitas das companheiras do Acampamento não conseguem participar do grupo da agroindústria por não ter com quem deixar as crianças, já que o marido se recusa a assumir tal tarefa.

Tais dificuldades foram também encontradas nos trabalhos de Sorj (2008), Buarque (2002) e Gouveia (2003), por exemplo, e estes trazem o questionamento respeito da importância das tarefas reprodutivas e o não reconhecimento delas como um trabalho necessário para a completa manutenção da unidade produtiva familiar como um todo.

Evidencia-se aqui também, que não há um esforço coletivo de se pensar estratégias para inclusão das tarefas de cuidado como atividades importantes para a manutenção da família, da unidade produtiva familiar e também da comunidade. Quem fica com a responsabilidade do cuidado, vê-se, conseqüentemente, excluído das tarefas coletivas e as de produção individual, por exemplo, por não conceber tais tarefas como necessárias para o bom funcionamento da unidade produtiva como um todo.

Poliana: Dificuldade, com as meninas pequenas, lidar aqui em casa. Mas, aí tem o Thomás, ele é piá, é mais novo, tem catorze (14) anos, ele não cuida da limpeza da casa, mas ele fica ali, brinca bastante, é bem pouco que ele precisa fazer essa parte. Eles ficam na casa e se viram com o almoço, elas mesmas que se viram.

Tal dificuldade poderia ser contornada caso se concebesse as atividades de cuidado como uma tarefa pública e não privada, como sugere Faria (2008) ao compreender que facilitaria para o dia a dia das mulheres se o cuidado das crianças fosse encarado como uma responsabilidade da coletividade. Enquanto essas atividades forem concebidas como exercidas apenas no âmbito privado e exclusivamente pelas mulheres, as famílias principalmente aquelas com crianças pequenas, não conseguirão diminuir as desigualdades de gênero a fim de alcançar uma sociedade verdadeiramente equitativa. Aqui, traz-se a importância da luta das mulheres pelas creches públicas, que conforme visto no capítulo 2, é uma política pública que não consegue atender a demanda das mulheres mães, sendo que as famílias rurais são as mais afetadas pela ineficiência e até inexistência do serviço.

Outro ponto importante levantado na observação de campo dessas famílias e da comunidade é que, embora os maridos exerçam uma parte das atividades de cuidado da casa e das crianças nos dias em que as esposas estão trabalhando na agroindústria, não há uma reflexão, por parte deles, da sobrecarga da rotina das mulheres, pois são elas que nos demais dias da semana, desenvolvem as atividades que eles assumem com tanto custo nos dias de funcionamento da agroindústria.

Geraldo: Nesses dias (risos) principalmente quando a Estela [filha mais velha] estava pro colégio semana passada, fiquemo eu e o Thomás [segundo filho] aqui, aí nós dois aqui, analise! ... Tirar leite aqui, arrumar casa e trabalhar fora... é sofrido, não é fácil de se organizar, mas nós fazia por tarefa, tipo eu fazia uma parte das coisas aqui de dentro de casa, que o leite é pouquinho que tira e ele tira o leite melhor do que eu, então ele tirava o leite, cuidava os terneiro e eu cuidava da parte aqui de dentro da casa.

Roberto: Eu falo às vezes com a mulher aqui, eu até ficava bravo quando ela demora demais, porque quando vem logo ainda bem! Porque senão, olha é de.. (risos) sabe, é um negócio muito difícil quando a mulher da gente não tá aqui, porque a gente [ele e a bebê] se enjoa, porque começa a ficar tempo junto né. Esses dias atrás era nas quarta, agora é final de semana, aí começa a ficar muito tempo, ela vai enjoando, né?

Vanda: Assim, o Paulo e os piá se um dia precisam sair, eles saem que não tão muito aí. Se eu fico na casa, quantas vezes eu já fiquei de tirar tudo as vaca sozinha, eu acho que sou bem mais responsável por esse lado assim. Pesquisadora: se você faltar, pode ser que a atividade não seja feita?

Vanda: Não, aí não... Desse jeito é só com o serviço de casa né, esse se eu não tiver, eles deixam mesmo, não fazem. E como é que fica? Uma bagunça né!! (risos) Quando a gente chega de tarde, faz uma limpa (risos). E tem que fazer! Às vezes eu pego e faço de noite, quando não tá muito frio. Mas aqui fica uma bagunça mesmo!

Aqui fica evidenciado que os homens assumem algumas atividades domésticas apenas nos dias em que as mulheres estão trabalhando na agroindústria ou estão fora em um curso de formação. Passam a impressão que nesses dias, a sobrecarga de trabalho para eles é grande e difícil de ser cumprida. No entanto, em nenhuma família entrevistada os maridos se mostraram reflexivos sobre a sobrecarga de trabalho a que as mulheres ficam submetida nos demais dias da semana ou nos dias em que eles se ausentam da unidade produtiva. As atividades naturalizadas femininas e consideradas um ‘não-trabalho’ transformam-se quando estão sob responsabilidade masculina em um trabalho pesado, difícil de ser cumprido, o que remete às reflexões de Paulilo (1987) no texto “O peso do trabalho leve”.

Segue dentro dessa reflexão, que o que se apresenta modificado nessa divisão interna da unidade familiar em função da adoção da agroecologia pela comunidade, é uma maior participação das mulheres nas discussões sobre o planejamento prévio da comunidade e no uso da renda pela família. Pode indicar o reconhecimento da participação das mulheres nos processos de produção na unidade familiar, sem, no entanto, dividir os espaços de poder e de decisão, que continuam sob gestão masculina. Há ainda fortes indícios nessas famílias de permanência de desigualdade de gênero,

estando marcada a diferença no papel dos homens e das mulheres dentro da comunidade e da família, com clara hierarquia de poder do lugar masculino sobre o lugar feminino.

Vanda [esposa]: Quem faz mais as coisas, tipo o do trato mais pra fora é o Paulo, mas daí mais na lida assim no que você vai fazer, a gente tá sempre conversando o que é que vamos fazer. Mas, pra lidar mais por fora lá, pra ir comprar as coisa é sempre o Paulo. Eu aqui só digo o que tá precisando (risos), mas daí é ele que compra, que faz as coisas lá na cidade, por fora é ele.

Paulo [marido]: Mas assim, o que precisa fazer, a gente faz junto, o que tem que pagar, paga e aí o que sobra a família pensa: vai fazer o que? Vai investir no leite, vai comprar o que? Se precisa ou não precisa.

Geraldo [marido da Poliana]: Na verdade... aqui... nós conversamo tipo assim de noite, na hora que tá tomando um chimarrão conversamo, vamos plantar tal coisa em tal lugar, é assim. Fazemos junto o planejamento, não é só um que faz.

Destaca-se ainda que as principais atividades produtivas do acampamento como um todo, atualmente, são as hortas e o leite, ambas as atividades consideradas “de mulher” (MENASCHE et al.,1996) e, nesse caso específico do acampamento, iniciadas pelas mulheres, como naturalização das atividades que deveriam ser exercidas por elas, por serem tarefas femininas de cuidado com a alimentação da família. Com o decorrer dessa pesquisa percebe-se que embora essas atividades sejam reconhecidas – tanto pelos homens quanto pelas mulheres do acampamento – como geridas pelos homens, o saber fazer ainda se encontra nas mãos das mulheres.

Entrevistadora: Na transformação primária dos produtos que vão para a feira, quem é o responsável.

Geraldo [marido]: tipo colher e entregar, essa parte já é mais com a Poli e a Estela, porque no geral tem que lavar tudo e homem já não encaixa muito nessas função, eu pelo menos não me encaixo muito nisso.

Poliana [esposa] diz: É, às vezes que eu não tô aí, daí não vai nada! – risos... Pra tirar o leite, o Geraldo já não tira, e daí quando as crianças não estão, porque eles me ajudam, os dois mais velhos me ajudam né, daí é eu. Daí, pra medicar essas coisas, se o Geraldo está ele me ajuda, senão, a gente mesmo faz.

Paulo [marido]: A gente leva o básico. Você que mais... [passa a palavra pra Vanda]

Vanda [esposa]: É levado mandioca, batata doce, leite, ovo, couve, abóbora, temperinho, verduras em geral, o que tem mandamo.

A visibilidade que essas atividades que eram consideradas de subsistência, ou seja domésticas e femininas, adquiriram com a agroecologia e a capacidade de torná-las rentáveis, traz a seguinte questão: como o planejamento e a gestão destas atividades foram parar nas mãos masculinas?

Como foi visto por Heredia (2013), na agricultura familiar a produção e a reprodução se mesclam, de forma que, a unidade de produção é também unidade de consumo. Nesse modelo de agricultura, com a divisão sexual do trabalho característica do sistema patriarcal, quando a atividade passa a ter como destino a comercialização, ou seja, torna-se produtiva e é exercida no espaço público, ela se transforma numa responsabilidade masculina. Dessa forma, o homem se apropria da gerência da parte produtiva da atividade, mantendo a mulher no âmbito privado e reprodutivo da mesma tarefa, reduzindo à mera ajuda toda a atuação que a mulher sempre desenvolveu na atividade. (MENASCHE et al., 1996)

Outro fator de destaque que estes mesmos autores consideram na questão é a assistência técnica que em sua grande maioria destina o planejamento e a execução da atividade para o homem, considerando a família como um todo indivisível que quem fala por ela é seu chefe (CHAYANOV, 1974). Stropasolas (2002) ainda acrescenta que com a visão de aumento produtivo e lucro da modernização da agricultura, os técnicos tiveram como função e estratégia profissionalizar o produtor e isso contribuiu para “masculinizar” algumas atividades que antes eram de domínio feminino nas unidades produtivas familiares, retirando das mulheres as atividades nas quais elas detinham o saber.

Paulo: Mas assim, eu me vejo assim como uma pessoa fundamental internamente, dentro da família, porque a gente dá direção pras coisas, eu dirijo!E tem fundamento. Eu não só falo como eu pego esses daqui [livros], eu gosto de ler, sempre falo, estou falando porque tenho referência e eu acredito! [...] Mas ali na dinâmica de trabalho eu me sinto até às vezes cacique dentro ali, mas querendo ou não dentro de um sistema sempre tem as lideranças e eu me sinto uma liderança dentro da família. Tanto é que eu direciono, eu brigo, eu questiono porque acho que tem que ser por aqui.

Poliana: eu já falei com a Estela, a Estela gosta, ela quer fazer, tem dia que ela tira pra lidar naquela horta. Ali foi aberto um açude ali, por mim e ela, eu já tinha ido dá um jeito de comprar uns peixinhos pra colocar no açude, só que ele não quer, ele quer ponhar do jeito dele. E aí não faz nada. Ganhemo umas mudas de bananeira, ela se arrumou pra ir buscar e ele já falou que se for pra buscar 2, 3 mudas que não era pra ir, que era pra deixar que ele ia e buscava umas 50 mudas de uma vez, daí ela já não fez e ele também não fez. Faz tempo que foi ganhado as mudas, não foi plantado e daí a gente quer

plantar, aí ele fala de plantar, aí a gente deixa pra ele, ele não faz e nem nós também.

Ressalta-se aqui, que esse movimento de apropriação pelos homens da gerência das atividades que foram iniciadas e até pouco tempo eram exercidas pelas mulheres, é percebido pelas lideranças entrevistadas para essa pesquisa. Mas, ainda necessita de maior reflexão por parte da comunidade que enxerga tal fato como ato de esperteza dos homens que passam a dominar as atividades que geram renda na unidade familiar. Não há uma maior problematização em relação a disputas de poder, causadas pela estruturação hierárquica patriarcal da divisão sexual do trabalho e da modernização do campo.

Como analisa Scott (1989), as relações de gênero nessa base patriarcal conferem ao homem a posição dominante e coloca diferenças ao acesso aos recursos materiais e simbólicos entre os homens e mulheres. E é sobre essa diferenciação das questões relativas ao gênero que possibilita aos homens essa apropriação dos trabalhos de maior valor social, sem que haja questionamentos mais profundos da comunidade a respeito disso.

Francisco: Porque a pessoa que vai num encontro de agroecologia começa mudar, a por as coisas na cabeça e começa ficar melhor e também quando foi iniciado a feira, inicia as horta... No início quem mais ia nas horta era a mulher e dava conta do recado e às vezes quando começa a crescer as horta, aí os homem (risos) já vê, já quer um pedaço. E nisso vai discussão, discussão pra lá e pra cá, até também pra ir vender na feira discutia né, quem ia... E vai...depende também da cabeça da pessoa.

Janaína: As famílias tinham vaca e as mulheres começaram a tirar o leite e levavam lá na estrada. Aí quando começou a dar renda por mês, aí com o tempo os homens começaram a crescer o olho também na produção. E hoje está todos os homens na produção de leite, todo mundo na produção de leite (risos) é muito engraçado, os homens são muito espertos. Se você pergunta, eles são os mais responsáveis pelo leite hoje. Agora tem ordenha, agora tá muito fácil. Mudou também porque agora tem estrada, agora o caminhão vem na casa. Só que ninguém consegue lembrar que quem fez esse comércio ir crescendo foram as mulheres. E isso não é só aqui dentro do acampamento, isso também é fora. Aqui dentro mesmo as mulheres não conseguem enxergar que foram elas que fomentaram esse comércio né? E essa renda pras famílias. Hoje a renda principal das famílias é o leite aqui, e foi criada pelas mulheres. A produção de alimento também. As mulheres colhiam arroz, feijão, as verduras, isso era o ano inteiro, os homens colhiam uma vez por ano só.

A autora Emma Siliprandi (2015) nesse ponto traz uma crítica importante sobre a falta de reflexão das relações de poder no meio rural e, principalmente ao que ela chamou de “vazio de análise” entre as técnicas e estudos dos agroecossistemas e as pessoas concretas que vivem e trabalham na comunidade, dando uma ênfase para as análises de gênero e a forma como as transformações globais, advindas da modernização da agricultura afetaram a vida das mulheres. De acordo com a autora,

Essa análise é necessária para desvendar a forma específica como o patriarcado se manifesta em políticas concretas; não há apenas um “sistema econômico e político global” que oprime as pessoas indistintamente. As implicações dessas políticas na vida das pessoas serão diferenciadas conforme se é homem ou mulher, assim como de acordo com a classe social, o país onde se vive, etc. (SILIPRANDI, 2015, p. 97)

Este pode ser um dos motivos pelos quais a despeito dessa importante participação das mulheres para o desenvolvimento e manutenção da vida dessas famílias sobre a terra ocupada, só recentemente elas foram incluídas como membros oficiais da Associação de Moradores Terra Livre. A inclusão delas e dos jovens aconteceu depois que a agroindústria, nesse último ano, começou a mostrar sinais claros de que a comercialização dos pães de legumes necessitava de transações financeiras relativamente grandes e de uma representatividade legal para elas.

Francisco: Até teve aquela discussão, às vezes tem um projeto que é especificamente para as mulher, aí como que a Associação ia acessar se na Associação só consta o nome do homem? Já teve essa discussão também pra que no futuro, se tiver algum projeto que elas possam utilizar, até pra melhorar a condição da agroindústria, que tenha condições legais de elas fazerem isso, né? Foi discutido isso.

Embora com toda a contribuição das mulheres na comunidade, seja em seus aspectos reprodutivos, quanto nos aspectos produtivos surgidos mais recentemente, ainda não apareceu nenhuma mulher nos espaços de coordenação geral dos grupos produtivos dentro do acampamento – exceto claro, no grupo de mulheres.

Aponta-se que há na convivência e na coletividade do Acampamento uma tentativa comunitária de construir uma participação igualitária de homens e mulheres. Mas, ao mesmo tempo, marca-se que o reconhecimento da contribuição efetiva delas aparece mais vinculada à condição de captação de recursos financeiros, como funcionárias de uma empresa. Isso demonstra que ainda há o que ser refletido e

conquistado pelas mulheres na comunidade, principalmente sobre o papel de cada uma não só dentro da unidade produtiva familiar, mas também no Acampamento como um todo.

5.2 O GRUPO DE MULHERES DA AGROINDÚSTRIA RECANTO DA NATUREZA

O grupo de mulheres para desenvolver a atividade prática se divide em duas equipes que trabalham alternadamente na quarta e sexta, visando à entrega de pães na feira agroecológica do município e aos sábados e domingos para entregar pães de mandioca no circuito da Rede Ecovida, que é inserido no PNAE nas escolas de Curitiba – Paraná (Fig 12).

Figura 12 Equipe em dia de trabalho na Agroindústria.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O princípio da agroindústria é baseado na economia solidária, surgindo como alternativa de geração de renda para as populações mais pobres e mais largamente afetadas pelo modelo político neoliberal (SINGER, 2000). As mulheres coletivamente buscam tocar e gerir esse empreendimento produtivo de forma cooperada, solidária e democrática, lançando mãos de trocas, trabalhos voluntários e reciprocidade.

A divisão de trabalho dentro do grupo tende a ser mais democrática, sem desigualdade de funções. Não há mulher gerenciando ou vigiando a sua condução, embora sejam facilmente identificáveis as mulheres que ocupam o lugar de liderança no grupo. É delas a maior autonomia de ação e decisão e também as que se responsabilizam pelas atividades de gerenciamento e manutenção do funcionamento da agroindústria.

A formação do grupo de mulheres aconteceu por adesão livre daquelas que se interessaram em contribuir com o trabalho coletivo, voltado para as mulheres, na estratégia de desenvolvimento local. Essa adesão livre estava condicionada ao trabalho cooperativo voluntário, sem remuneração alguma no início. A proposta era o trabalho voluntário a princípio, condicionando o início da remuneração pelo trabalho às condições de pagamento da própria agroindústria.

Com a desmotivação da proposta inicial da entrega de legumes e verduras embalados à vácuo, e ainda com uma dívida de R\$10.000,00 (dez mil reais), as mulheres precisavam urgentemente mudar a estratégia de produção. Nesse tempo, o grupo de mulheres do Recanto venceu um prêmio do Projeto “Consulado da mulher de empreendedorismo feminino”²², ao inscrever sua iniciativa de grupo produtivo de mulheres e na ocasião receberam como gratificação: forno, geladeira, freezer e ainda uma quantia em dinheiro que foi investido no cilindro de sovar os pães e em utensílios de cozinha. Com uma dívida e uma cozinha montada, estava nas próprias mãos delas, com todo o conhecimento adquirido de uma vida inteira, a saída para a situação em que se encontravam: elas decidiram fazer pão .

Destaca-se aqui que a entrada dessas mulheres na esfera pública se deu na forma de uma “extensão” das suas atividades na esfera privada, no doméstico. Embora elas estejam à frente de uma agroindústria (Fig 13), produzindo e gerenciando sozinhas o empreendimento voltado para o mercado, as mulheres se veem e são vistas pela comunidade num espaço que é seu domínio, a cozinha, ou seja, o espaço das mulheres, o de menor importância, mas agora com uma visibilidade pública e monetarizada, como exemplifica o depoimento de Roberto na página 91 desta dissertação. Mas, essa nova construção de lugar a que as mulheres alcançaram na comunidade ainda permanece

²² Projeto Consulado da mulher: Visa apoiar e empoderar mulheres empreendedoras buscando viabilizar a geração de renda. O prêmio reconhece iniciativas de empoderamento feminino que são histórias de destaque nas comunidades brasileiras. fonte: <http://consuladodamulher.org.br/premio-usinas-do-trabalho-2014-aposta-em-sonhos-que-fazem-a-diferenca/>

inscrita sob relações desiguais de gênero, ou seja, não consegue desconstruir os símbolos, as instituições dominantes da sociedade, como marca Scott (1989).

Figura 13 Espaço físico da Agroindústria



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A despeito de todo o avanço e contribuição das mulheres para o fortalecimento da agroecologia dentro da comunidade, ainda pode-se perceber diferenças hierárquicas despendidas a homens e mulheres, sinalizando que as relações sociais de gênero ainda têm um caminho a percorrer quando se analisa tais relações à luz da questão da equidade de gênero. O que é visto com muita preocupação pela liderança feminina do acampamento.

Janaína: Tem uma questão que as mulheres acabam participando menos das atividades que são da agroecologia. No geral, nas jornadas de agroecologia que é o espaço maior que se discute agroecologia a questão política que está por trás dessa produção convencional, até agora em todas as jornadas passadas o máximo que foram foi duas mulheres. Então, dos espaços de discussão de agroecologia participava mais os homens... De um período pra cá que nós estamos começando a participar [...] Então, talvez seja isso que faz com que as mulheres andem mais lento nesse processo.

Poliana: Na verdade, nunca tive assim uma palestra, uma conversa da agroecologia, que o veneno fizesse mal... Eu mesmo não participava de nada. Não saía, então não tinha conhecimento de nada.

Janaína: Porque tem um conjunto, a agroecologia apesar de nós, eu não considero que nós estamos bem na agroecologia ainda tem muita coisa porque a agroecologia é um modo de viver, não é um modo de produção, ela é um modo de vida então tem muita coisa que nós precisamos ir mudando.

Evidencia-se nessas falas que os espaços da agroecologia até então existentes na comunidade, antes da agroindústria, eram mais voltados para os homens do que para as mulheres. A agroindústria, portanto favoreceu a inclusão das mulheres no processo produtivo da agroecologia, como um modo de produção que visibiliza os atores sociais que participam dele. Mas, ao mesmo tempo essa inclusão vem junto com mais cobrança da comunidade, principalmente dos homens, sobre as mulheres que agora inseridas na agroecologia precisam apresentar resultados positivos na estratégia a que se propõem. Fica claro que ainda não há a compreensão por parte da comunidade sobre as diferentes condições da participação das mulheres no cenário produtivo, como propõe Buarque (2002), Sorj (2008) e também Carrasco (2008).

Janaína: depois que ela [Vanda] começou a participar, ela já mudou muito e às vezes os homens exigem, dizem que querem ver resultado, você participa uma vez e eles querem ver resultado, eles estão participando há uma década e cadê? Não se exige resultado deles, né. Participou uma vez e você tem que chegar e colocar tudo o que você escutou na prática senão...

Essa inserção da mulher na esfera produtiva aconteceu sem uma reflexão das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho dentro da unidade produtiva. Na prática, para as mulheres, a participação na agroindústria significou uma sobrecarga de trabalho em seu cotidiano, para além da jornada dupla feminina tão comumente descrita por diversas autoras que trabalham a questão de gênero no meio rural. Cabe a cada uma delas desdobrar-se para cumprir as obrigações na lavoura, na casa e agora na agroindústria. Sendo esse desdobrar-se, de acordo com Saffioti (2013) uma imposição feita à mulher para que possa cumprir suas funções produtivas e as naturalizadas reprodutivas.

A naturalização de que o serviço doméstico é uma responsabilidade feminina, sem ser encarado como trabalho, fez com que as próprias mulheres não se dessem conta diretamente da sobrecarga de trabalho que se intensificou com o início das atividades

produtivas na agroindústria. Segundo Freitas (2008), para que a mulher possa conciliar suas responsabilidades tanto da esfera produtiva quanto da esfera reprodutiva, ela precisa utilizar todo o seu tempo, sacrificando períodos de lazer e de cuidados consigo mesma para despendê-lo nas diversas tarefas a que se dedicam. Atualmente, esse tem sido um ponto importante de conflito dentro do grupo a respeito do trabalho nos finais de semana. Enquanto algumas mulheres começam a exigir que o trabalho seja em finais de semanas alternados a fim de que possam ter tempo com a família, outras encaram essa questão como prejuízo para a agroindústria, de dias parados sem produção.

Quando indagadas sobre o que mudou no seu trabalho dentro da unidade familiar depois que começou a participar do grupo, as repostas foram:

Poliana: No trabalho agora fica mais puxado, porque quando você pega um serviço tem que acabar meio rápido, porque já tem aqueles dias marcado pra você fazer as coisas lá fora, então eu acho que aumentou o trabalho. Dificuldade... Dificuldade às vezes de... sei lá... às vezes na casa, a dificuldade, eu penso assim, tem muitas coisas que a gente faz e outra que não consegue fazer, que nem, é... [pausa grande] a gente deixa um pouco das tarefas de casa, mas você faz em outra hora, né. E também do lazer né. Mas faz parte né. Toda tarefa tem uma consequência né... ganha pra um lado, perde pra outro...

Fabiana: Mudou a rotina apenas, né. Até porque, eu aqui não tinha muito o que fazer, era só o serviço doméstico e alguma coisa pra fora, mas ficou... aí a gente só saiu da rotina: o pai dela [filha pequena] ficou mais com ela, ela se desapegou de mim, agora tudo é o pai e nada é a mãe!!! (risos). Só isso que mudou, mudou o comportamento dela comigo, mas em casa não tive muita diferença né.

O relato de Fabiana traz um ponto importante que vem junto com a ideia de naturalização do espaço doméstico como um espaço feminino, no qual a mulher é a detentora do poder, do saber cuidar e saber fazer as tarefas domésticas, principalmente na relação com os filhos. E aqui uma perspectiva de alteração da estrutura familiar, na qual o pai aparece também como uma figura cuidadora, apresenta-se como uma ameaça ao poder que ela sempre exerceu no ambiente doméstico e na família.

A agroindústria está desde o início do ano 2015 inserida apenas na estratégia de agroecologia dentro do acampamento. Em decisão da assembleia [Associação dos pequenos produtores – Terra Livre], a maioria das famílias sinalizou a importância da agroecologia não só para os ideais defendidas pelo MST, mas também para a viabilidade do empreendimento. No entanto, essa decisão é ainda muito frágil, pois absorve todo o conflito “convencional x agroecológico” e as mulheres ainda estão

imaturas nessa discussão e na defesa da matriz de produção limpa. Parece aqui que não só para a comunidade, como para o próprio MST, a agroecologia está sendo trabalhada como um processo produtivo, o que não necessariamente inclui as mulheres na sua discussão e construção.

Janaína: Se você for analisar caso a caso das pessoas que estão dentro do grupo de agroecologia, eu tenho a impressão que as mulheres têm um pouco mais de resistência, comparado com os homens aqui dentro do grupo de agroecologia. Mas aí eu acredito que seja porque os homens têm um processo de participação bem anterior que o das mulheres, desde as jornadas de agroecologia, das oficinas, dos intercâmbios... Sempre na questão da agroecologia os homens participaram mais aqui dentro do acampamento.

Elas vêm produzindo pães de legumes com variedades como brócolis, batata doce, couve, abóbora, cenoura, mandioca, chuchu e o pão integral com mel (Fig. 14). Todas as receitas foram adaptadas e desenvolvidas por elas mesmas, num processo de tentativa e erro, até chegarem às receitas finais.

Figura 14 – A produção de pães da Agroindústria



Fonte: Arquivo pessoal da autora



Fonte: Ceagro

A escolha de fazer pães de legumes não foi por um acaso. A questão principal da aposta em uma agroindústria era a possibilidade de processar nesse espaço os produtos agrícolas produzidos pelas famílias, pela comunidade. Até mesmo porque se toda a matéria prima da produção tivesse que ser adquirida fora da comunidade, o empreendimento não se viabilizaria. Dessa forma, foi levantada toda a produção das hortas do acampamento e desse levantamento, foram construindo as receitas que pudessem aproveitar essa produção, retirando de dentro da comunidade todos os

elementos que pudessem contribuir para essa construção solidária. Conforme sugerido por Sevilla Guzmán (2009) que propõe a importância do reconhecimento dos recursos endógenos da comunidade.

Janaína: aí nós começamos a adaptar receita, fazer pão de mandioca que vai menos farinha e comprar mandioca. Não conseguimos colocar os minimamente processados no mercado, mas colocava através do pão mandioca, abóbora, batata doce... Nós temos 11 receitas de pão tudo a partir do que as famílias produzem.

Em função dessa nova oportunidade de comercialização, as famílias do grupo de agroecologia já têm modificado o modo de produzir em suas unidades produtivas familiares, adaptando a quantidade produzida ou introduzindo novas variedades de legumes e verduras direcionando essa produção para a venda na agroindústria. Está significando novas formas de renda, além da produção com garantia de comercialização para a agroindústria. A atuação do grupo produtivo de mulheres na agroindústria está levando à modificação do produzir e do relacionar pelas famílias.

Poliana: Nessa parte eu acho que mudou, desde a produção que nem assim, desde venda agora ali que a gente fornece também um pouco pra agroindústria, a gente já plantou né. Fizemo uma plantação de rama, fizemo um eito bom né, então já dá uma preocupação de se produzir mais pra entregar né. Nós aqui estamos entregando a mandioca e quem tem batata doce, entrega batata doce e é isso.

Janaína: hoje, por fim de semana, nós compramos 120kg de mandioca a R\$2,00 (dois reais) o quilo. Então se uma família vender 120kg vai dar R\$280,00 (duzentos e oitenta reais)...então tem mulher ali que já tem quase 1(um) salário pra receber só da venda de mandioca. Aí quem vendeu ovo, a agroindústria paga R\$4,00 (quatro reais) a dúzia. A Vanda vende uma média de 10 dúzias por fim de semana, além de ela estar trabalhando, ela está vendendo mais ovo e leite do que o que ela vai receber do dia que ela trabalhou.

Utilizando preferencialmente ingredientes produzidos pelas famílias locais, as mulheres da agroindústria decidiram em assembleia interna que a compra dos produtos, assim como o pagamento destes só seriam efetivados pelas mulheres da família. Com isso, a compra e a venda da matéria prima, a produção dos pães não passa “hora nenhuma” pelos homens. São elas que negociam preços, gerenciam estoque e administram os ganhos, seja da agroindústria, seja na unidade produtiva familiar, com

respeito a essa comercialização, sendo este um importante indicador socioeconômico e de participação feminina na unidade familiar e na comunidade.

Nota-se que está havendo um reconhecimento da importância da “economia doméstica” para as famílias de pequenos agricultores, eles estão percebendo que as atividades domésticas, ao se tornarem empreendimentos de economia solidária, são capazes de promover sustento para as famílias do campo. Esta questão é considerada de muita importância para o processo de empoderamento das mulheres, porque está levando estas mulheres à autonomia financeira e de gestão da agroindústria e conseqüentemente tornando-se visíveis dentro de processos produtivos agroecológicos.

Janaína: nós compramos as coisas aqui das famílias, tipo mandioca pra fazer o pão, nós compramos ovo, nós compramos leite e nós discutimos que só vamos fazer os pagamentos para as mulheres. É a família que está vendendo, mas nós só acertamos a compra com a mulher e depois vamos fazer o pagamento pra ela. Nós já estamos conseguindo fazer, através da produção um outro processo de construção.

Entretanto, a comercialização dos pães de legumes na feira agroecológica municipal é realizada apenas por duas das mulheres da agroindústria, a Janaína e a Camila, que participam ativamente do rodízio das famílias responsáveis no grupo de cooperação da feira. As demais mulheres do grupo nunca participaram ou se o fizeram, foi muito pouco, não podendo caracterizar-se como uma atividade rotineira delas.

As principais causas dessa ausência, levantadas por elas, são a dificuldade de fazer contas matemáticas e errar o troco, medo de não saber conversar com os consumidores e a falta de carteira de motorista para se fazer o frete da produção. Essa se torna mais uma dentre outras responsabilidades que precisam ser assumidas pelas mulheres líderes do grupo, que são aquelas que já têm o costume de desenvolver as tarefas para fora da unidade produtiva, pela participação em outros espaços de militância nos movimentos sociais ou de cursos de formação política ou técnica.

A decisão da agroindústria sob responsabilidade das mulheres significou deixar a cargo delas não só a produção, mas também toda a gestão do empreendimento. E isso tem sido feito por elas, auxiliadas pela equipe do CEAGRO e também pelo curso de formação em cooperativismo do Núcleo de Estudos em Cooperativismo (NECOOP/UFS) - *Campus* Laranjeiras do Sul, estando a Vanda e a Poliana responsáveis pelas finanças da cooperativa, pois participam do curso.

Aqui fica evidenciado o medo e a dificuldade que as mulheres têm encontrado em assumir os espaços e as tarefas consideradas do âmbito público, as quais o domínio é tido como masculino. Elas não se sentem capazes e à vontade para exercer tais atividades, mostrando às vezes até resistência em assumir este tipo de tarefa.

Poliana: Ahhh essa parte é meio complicada, a gente ficava meio assim, porque não entendia muito de número essas coisas, achava que... porque a gente não entendia né. Daí agora com a Vanda, nós participamos lá na segunda que teve, a segunda etapa do curso [formação em cooperativismo], nós já peguemo bem já e daí nós falamos pra elas que tem tarefa pra fazer junto com elas e a Rosa, principalmente, diz que não vai ir perder tempo! Aí eu já cação com ela que tem que vir sim, porque nós estamos indo lá pra trazer pra vocês, é pra ser trabalhado no grupo. Então, tem mulher que não aceita ainda essas coisas. Mas já é assim só no falar, que daí nós estamos fazendo a soma eu e a Vanda, da quantidade de pão, os dias, somando tudo o que é gastado de gás, de massa, tudo, tudo. Então, daí a Rosa é o caixa nosso né, então ela querendo ou não querendo, ela não pode se escapar, ela tem que vim ali junto com nós, porque é ela que fica com as nota da matéria prima e tudo. [Pesquisadora: Ela pegou a atividade das contas e está querendo fugir das contas – risos] É bem isso (risos) É interessante.

É interessante notar que as mulheres se mostraram bastante preocupadas com as dívidas que tiveram que assumir para dar início à agroindústria no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pagos no intervalo de um (1) ano e depois um novo empréstimo no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) que foram usados para formar o capital de giro da agroindústria, também já pagos no decorrer de seis (6) meses. Ambos os créditos foram feitos pelo fundo rotativo de cooperativas formado pela parceria entre a cooperativa Mondragon (oriunda do país Basco - Espanha) e a CREHNOR. As mulheres não estão acostumadas a gerir altas quantias, pois geralmente só administram os valores que são gastos dentro de casa – quando o fazem. Acessar altos valores é algo que elas nunca fizeram e nunca viram nenhuma outra mulher fazer, de alguma forma.

A maioria das mulheres do grupo reage ainda com muito medo dessa responsabilidade e apresentam-se inseguras sobre o futuro da agroindústria. Geralmente, elas têm medo do empreendimento não dar certo, ou de não conseguir lidar com as dificuldades nas relações humanas dentro da agroindústria. Esse medo pode ser fruto da naturalização de que tais tarefas deveriam ser desempenhadas pelos homens, os mais acostumados com a gestão das atividades e os espaços decisórios e de poder, mas que vem sendo combatido pelas mulheres do grupo que estão mais avançadas nas discussões de gênero, devido à sua trajetória de formação política pelo MST.

Janaína: era consenso de todo mundo que os homens não iriam trabalhar e nem fazer parte da gestão. Ficou claro assim, porque a gente deixou claro isso que mesmo que a gente tenha bastante dificuldade, sofra pra aprender, a gente tem capacidade, então não precisa de algum companheiro ir lá fazer a finança e nós produzir e que se fosse desse jeito, nós também não ia querer. E hoje nós temos a Vanda, e a Poliana mais timidamente, mais a Vanda fazendo todo o processo de gestão, controlando todos os cálculos. A Vanda tem 8ª série. Então nós conseguimos provar pra todo mundo e pra nós mesmo que nós temos capacidade. Era até um pouco uma questão de honra pras mulheres provar que nós tinha capacidade.

Embora aceita por 10 das 17 mulheres do acampamento, a proposta da agroindústria produzir só a partir das bases agroecológicas trouxe questionamentos tanto fora quanto dentro da própria agroindústria. Duas delas aceitaram participar da nova proposta para agroindústria, mesmo não acreditando no modo de produção agroecológico. No entanto, do ponto de vista do grupo, essas duas mulheres são um grande gerador de tensão e conflitos neste espaço de produção.

Janaína: se for falar no geral, agora fora da agroindústria, há umas mulheres que defendem muito e são bem fortes na defesa da agroecologia e na prática. E há algumas que são bem, que sempre tendem a puxar pro lado do convencional. Isso se a gente for analisar caso a caso, tem mulheres que têm muita resistência sim, mesmo estando dentro do grupo de agroecologia, elas têm muita resistência, elas tendem bem para o convencional e isso a gente sente dentro da agroindústria que elas dão sempre uma puxada para o outro lado.

Poliana: Ahh lá no grupo sempre tem duas mulher que nem a Janaína diz que é convencional, aí nessa parte é mais complicado pra gente, porque volta e meia a gente tem que estar meio que quase que batendo boca, por causa que convencional e orgânico, mas só nessa parte, mas já tá tudo bem porque a gente conversa né...(...) aí a gente vê desde a qualidade dos pão, e elas falam que se fosse com a outra farinha dava uns pãozão assim, mas como é com mandioca, essas coisas, dá esses pãozinho batumado.

Vanda: Dificuldade tem as vez um pouco nas ideia da mulherada, porque umas não concorda com uma coisa, outras não concorda com outras e isso é meio ruim né...

Essas duas mulheres questionam o tempo todo o porquê da agroindústria não poder produzir conforme o modelo convencional, numa tentativa constante de desmerecer ou desvalorizar as atitudes e decisões das mulheres que optaram por investir nesse novo modo de produzir, de acordo com a agroecologia. Há o questionamento sobre o custo elevado da produção orgânica, quanto tempo vai levar para começarem a

receber pelo trabalho, que segundo elas a demora do retorno financeiro tem a ver com o preço do pão orgânico que é mais caro, queixam-se que o preço de venda do produto é inacessível a elas, comparam a aparência do produto orgânico com o produto convencional, dizem que as crianças não gostam e não comem o pão de legumes e ainda são contrárias à inclusão dos jovens na estratégia da agroindústria.

Todavia é interessante notar que mesmo estando em menor número, elas conseguem desestabilizar a harmonia do grupo com suas colocações. A insistência em continuar brigando e discutindo a decisão da maioria, tanto do grupo de mulheres, quanto da assembleia do acampamento, ao mesmo tempo em que não abrem mão de continuar participando da estratégia, mesmo sem concordar com ela, gera conflitos internos e angústias nas participantes do grupo. De acordo com Lane (1993b), estas desavenças são frutos das contradições que emergem entre os membros de um grupo que estão em graus diferentes de consciência de classe.

Para se conhecer um grupo, de acordo com Silvia Lane (1993b) é importante compreendê-lo enquanto um processo histórico, de forma que o que se apreende é um processo do grupo e não o grupo como um todo, de maneira que o seu significado só vai ser desvendado com uma leitura que leve em consideração as determinações econômicas, institucionais e ideológicas. Assim, todo grupo produtivo tem uma função histórica de transformar as relações sociais de acordo com suas relações de produção, ele, portanto reproduz uma ideologia que separada do seu enfoque histórico que dificilmente é percebida.

Neto (1997) afirma que Sartre (1972) em sua obra *Critique de La raison dialectique*, aponta que os grupos pequenos podem ser reprodutores da própria dinâmica da sua comunidade, pois reproduzem nas relações interpessoais o mesmo dinamismo da sociedade no dado momento histórico. Concretizando tensões sociais mais amplas, o que permite compreendê-las em sua forma mais concreta de expressão.

O conflito do grupo de mulheres reflete o conflito do próprio acampamento e o conflito social presente no campo, entre aqueles que concebem uma agricultura mais justa, limpa e solidária, e aqueles que buscam nela produtividade e lucro, apenas o viés econômico. Há mulheres que veem na agroindústria um espaço da coletividade como um processo mais amplo e político de justiça e solidariedade, inclusive pensando na inclusão dos jovens a fim de que eles tenham novas perspectivas no campo, e outras mulheres que só percebem na agroindústria a possibilidade de geração de renda e isto gera conflitos no cotidiano das relações no grupo.

Outro grande conflito que aparece no grupo de mulheres é o conflito das relações sociais de gênero, no qual o novo papel da mulher agricultora camponesa, dentro da unidade familiar e da comunidade, que está sendo forjado no cotidiano da agroecologia e, portanto, ainda frágil, é confrontado o tempo todo com o tradicional papel social da mulher, muito bem sustentado pelo ideal patriarcal, tão consistente na sociedade atual.

O que está em competição é o modo de vida das mulheres. Percebe-se o embate da ideologia patriarcal, que sustenta o pensar e o posicionar de uma postura mais tradicional e conservadora, e o desejo de transformação social que permita a quebra das posições hierárquicas, prometida pela agroecologia, mas que ainda não foi conquistada plenamente pelas famílias, sendo as mulheres as mais afetadas por conta disso. Percebe-se no relacionamento do dia a dia entre as mulheres, posicionamentos marcados por machismo e que cria hierarquia de poder até mesmo entre as próprias mulheres.

Janaína: ela [Rosa, modo de produção convencional] não enxerga que ela tem problema com o companheiro dela, porque o espaço dela está sendo a agroindústria e ela acha que gosta é de ficar em casa... então ela fomenta bastante a discussão e a picuinagem entre as mulheres e a gente já enxerga isso, porque não é um problema dela né. Ela traz muito as filhas muito seguras, mesmo nas conversas assim dentro da agroindústria, ela sempre tende a puxar pelo moralismo quando as mulheres estão. Então, todas às vezes que as mulheres sempre tentam avançar para uma discussão mais política, mais aberta assim, ela sempre puxa pro moralismo, sabe? E isso acaba retraindo as mulheres de usar a agroindústria como um espaço que forme mais consciência né. E você tem mais é que escutar, porque você também não pode ficar impondo muito o que você pensa né. Ela também precisa desse espaço pra se desenvolver.

Janaína: não sei o que as pessoas avaliam da agroecologia e do convencional, eu não consigo entender porque as mulheres têm essa tendência, essa vontade de produzir as coisas no convencional, acho que talvez não entendem... sabendo que faz mal pra saúde, que faz mal pra a natureza, economicamente não é viável... Eu não consigo entender mesmo sabe? Tem horas que dá aquela impressão que realmente é uma forma de você criar um conflito porque tá na cabeça das mulheres que uma tem que ficar criando conflito uma com a outra, porque está ali com a novela todo dia na casa, porque a formação dessas mulheres é a novela, é a rede globo. Eu acho que é uma forma de criar uma espécie de competição dentro da agroindústria. Parece que a necessidade da sociedade ser competitiva, de as mulheres estarem competindo, ter alguma coisa que crie conflito entre as mulheres.

Outro ponto que necessita uma maior problematização da questão de gênero no Recanto da Natureza é a hierarquia nas relações sociais entre homens e mulheres no espaço doméstico e privado da unidade familiar. No decorrer da entrevista de campo para esta pesquisa, ficou claro que as relações de poder e o machismo ainda não foram

abordados pela comunidade. Há um obstáculo, ainda invisível a eles, para se construir um espaço de discussões coletivas, composto por homens e mulheres, e que aborde abertamente as relações de poder e as dificuldades vivenciadas pelas mulheres no seu cotidiano intrafamiliar, no dia-a-dia da produção e nos espaços comunitários. Como é um assunto mais caro às mulheres, ainda não se encontrou o espaço e a disponibilidade para se abordar tais questões dentro do Acampamento.

Janaína: é muito difícil fazer essa reflexão do machismo, porque está tão interiorizado e a gente às vezes reproduz muito, muito mais difícil você fazer essa reflexão do machismo, você discutir essa relação de poder, e isso eu estou falando das famílias que estão na agroecologia e tudo. Essa questão é muito mais difícil de discutir do que você discutir a questão da produção, todas as outras coisas é muito mais fácil de discutir. Essa reflexão acontece sutilmente assim, ela vai acontecendo nas pequenas brigas que a gente vai tendo, brigas eu digo assim no bom sentido assim, mas nessas pequenas discussões que a gente vai fazendo, mas um espaço pra gente fazer essa discussão nós nunca tivemos esse espaço. Nós discutimos lá com as mulheres dentro da agroindústria, nós discutimos nos corredores, ficamos discutindo por aí, mas ter um espaço dentro do grupo de agroecologia que nós conseguimos discutir isso, nunca teve, nunca conseguimos criar esse espaço.

E enquanto isso não acontece, as mulheres vão enfrentando – ou não – sozinhas em seu lar situações machistas, que vão desde o controle de quem é que toma decisões dentro da unidade produtiva, controle econômico dos rendimentos, dificuldade de inserir-se na atividade produtiva por causa da recusa do marido em assumir o cuidado da criança e da casa, ou até mesmo falta de liberação para saída do lar para o fim produtivo, e também a violência doméstica verbal, psicológica, patrimonial e moral.

A violência doméstica física é proibida na comunidade, sob pena de expulsão do agressor pelos moradores, mas as demais violências domésticas, mais sutis à percepção da comunidade têm passado despercebidas, muitas vezes aceitas como uma situação corriqueira do cotidiano familiar ou atitudes consideradas normais adotadas pelo chefe e responsável pela família. A falta de conhecimento sobre as diferentes formas de violência doméstica e como oferecer auxílio às mulheres que vivenciam tais situações, como a lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) contribui para o não reconhecimento da opressão que algumas mulheres ainda vivem dentro da comunidade.

Aponta-se nesse parte do capítulo, que a agroecologia em conjunto com a sua intenção de inclusão das mulheres nos espaços de produção trouxe para as famílias do Acampamento estudado uma ligeira mudança nos papéis sociais e divisão sexual do

trabalho entre homens e mulheres. No entanto, essas mudanças até o momento se direcionavam muito mais a uma necessidade de adaptação às condições de vida, à renda dessas famílias e ao modo como escolheram produzir seu sustento e cuidar do espaço em que vivem, do que a uma mudança de consciência e a uma transformação nas relações sociais, na qual ficaria excluída qualquer hierarquia e desigualdade de gênero.

Como abordado nesse subitem, a agroindústria surge como um primeiro espaço público no qual as mulheres se sentem incluídas no processo produtivo coletivo, na possibilidade de uma renda gerida por elas, e na comunidade como “sujeitas da história” do Acampamento Recanto da Natureza. Embora a prática de organização e produção agroecológica iniciada em 2010, comece a possibilitar o reconhecimento dessas mulheres como produtoras, esta não trouxe junto uma reflexão sobre a sobrecarga de trabalho, sobre a diferença nas condições para produção entre homens e mulheres, sobre a diminuição do machismo seja na divisão sexual do trabalho ou nas relações sociais de gênero ou nas relações de poder dentro da família e da comunidade.

No entanto, o espaço da agroindústria está facilitando a aproximação entre as mulheres que dela participam, criando espaços de discussão e apoio entre elas e permitindo, aos poucos, reflexões e transformações identitárias que vem possibilitando novas formas de ação e de reconhecimento da participação das mulheres não só pela comunidade, como no município de Laranjeiras do Sul. Tais avanços e mudanças serão discutidas no próximo subitem.

5.3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES DO GRUPO DA AGROINDÚSTRIA DO RECANTO DA NATUREZA

Como descrito nos subitens anteriores e também no relato da informante-chave a seguir, as mulheres sempre estiveram presentes e participaram ativamente para a existência e a manutenção das famílias no espaço do acampamento e na luta pelo direito à terra. Eram delas as responsabilidades da produção de subsistência nos espaços menores da comunidade, como também o cuidado com as crianças e o barraco no espaço privado. Para cumprir tais tarefas, elas espontaneamente arrumavam formas de se organizarem e cooperarem para a sua realização, a fim de manter as responsabilidades de cuidado para com a família, naturalizadas femininas.

Janaína: Então no começo, as mulheres já criaram uma forma de cooperação, um jeito de ir ajudando uma à outra, sem saber o que era cooperação! Elas nem sabiam, estava fazendo aquilo como uma coisa natural.

Francisco comenta que no início do acampamento também houve uma preocupação em inserir as mulheres na discussão política do Recanto da Natureza, principalmente por uma indicação do MST de que houvesse um coordenador e uma coordenadora para as atividades que seriam desempenhadas a fim de buscar o fortalecimento e organização do grupo para o cotidiano do espaço.

Francisco: Pela discussão que se teve desde o início... até antes d'eu vir pra cá, morar aqui, antes até do grupo de agroecologia existir assim formalmente, as mulheres já tinha essa participação grande na discussão da comunidade. Porque puxavam bastante isso, desde o embelezamento do centro, dos lotes né, e a discussão política. Porque sempre tinha desde o início assim desses grupos sempre tinha o coordenador e a coordenadora do grupo, que participava sempre junto. Então a discussão pra construção da comunidade sempre teve a participação igualitária. Isso independente de estar na agroecologia ou não, isso do movimento né. Sempre teve essa participação, desde o início do acampamento.

Embora aqui esteja marcada a importância da existência de um coordenador e uma coordenadora para as discussões no Movimento e no Acampamento, inclusive políticas, aparece aqui descrita pelo informante que a função das mulheres estava ligada ao “embelezamento” do centro e dos lotes.

Dentro da própria direção regional do MST, inclusive atualmente, as mulheres não ocupam os altos cargos na estrutura de poder verticalizada que a organização possui. Tradicionalmente dentro do Movimento, as mulheres ocupam-se dos setores como os de saúde e educação, uma “participação condicionada, a princípio, ao que era comumente entendido e aceito como próprio às mulheres” (PIMENTA, 2006. p. 158), tão comuns à divisão sexual do trabalho. O Movimento prioriza a luta de classes, sendo a questão das relações de gênero nos espaços público e doméstico considerada uma “luta” menos importante, invisibilizada e algumas vezes desconsiderada internamente entre os seus membros. Esta posição do Movimento reflete-se também no Acampamento.

A invisibilidade do papel da mulher e o não reconhecimento delas enquanto sujeitos políticos, as levou ao isolamento nos espaços privados, menos valorizados principalmente em função da lógica social de produção da agricultura no modelo

convencional. Como visto anteriormente, por muitos anos as mulheres do Acampamento não participavam de nenhum espaço coletivo, exceto o clube de mães, organizado pela Prefeitura Municipal.

Esse fator influenciou a construção da identidade dessas mulheres até então. Ora, se a identidade está relacionada à participação do indivíduo na vida social, de forma que se sinta valorizado e útil (Erikson, 1976), para essas mulheres o sentimento de pertença e a possibilidade de construção identitária mais positiva, passam apenas por seu papel enquanto mãe, esposa, dona de casa, cuidadora de crianças, idosos, etc. Durante as entrevistas, quando as mulheres foram questionadas sobre o seu papel e sua importância dentro da unidade produtiva, em unanimidade a resposta delas girou em torno de suas atribuições domésticas, apontando que essa ainda é a principal identidade a que elas se reconhecem.

Fabiana: Bom, assim... a gente não se valoriza muito né... mas a gente sabe que se a gente sair de casa as coisas param.

Vanda: Você diz na minha visão?[Entrevistadora: Sim! Na sua visão!] Eu acho que eu faço bastante! (risos).O que eu faço é importante também. [...] Ahh tipo assim, quando eu tô em casa, que eu não saio nessas lidas mais pra fora né [...].

Poliana: Eu é mais lidar na horta, na casa, a gente sempre tira um dia ou dois pra trabalhar na casa, na horta, lidar com os porcos...

Autores como Melo e Di Sabatto (2009) e Lombardi (2009) afirmam que a sociedade por muito tempo criou grandes dificuldades no processo de identificação das mulheres como trabalhadoras para além do lugar de mãe e esposa. Embora no meio urbano essa transformação da identidade da mulher já tenha percorrido um longo caminho desse processo, ainda que na condição da sobrecarga dos demais papéis de mãe e esposa, no meio rural as dificuldades ainda permanecem com mais intensidade, visto que o papel de mulher agricultora enquanto trabalhadora rural mescla-se e se confunde ao papel de mãe e esposa, invisibilizando sua contribuição e com isso, o não reconhecimento pela família, pela comunidade e até para elas mesmas, como trabalhadoras rurais.

Analisando as relações sociais de gênero dentro do acampamento, de um modo geral é comum perceber-se uma dinâmica de dominação e sujeição das mulheres pelos homens em diversos setores como no trabalho, na comunidade e, principalmente dentro

do espaço doméstico, na família. Seguindo o entendimento de Erikson (1976) sobre a construção de identidade a partir das representações positivas e negativas, sobre as mulheres que vivenciam essa dinâmica diariamente são projetadas representações negativas, dando a elas um sentimento de menos valia, que serve a uma lógica de dominação por parte dos homens, e de sujeição por parte das mulheres.

Poliana: Ele dá do contra bastante até de eu plantar uma flor em casa. Eu trouxe uns galinhos de árvore lá da Vanda, até morreu tudo porque ele disse que ia arrancar tudo e jogar no mato. Ele não quer que planta as coisas pra enfeito, desde disso não quer que planta.

Paulo: assim dentro dessa questão da casa, me acho até meio cacique, me acho até chefe demais. Resumindo é um pouco isso. [...] porque na grande maioria é tudo administrado pela gente. Porque olha, assim..., porque a muié é inadimplente né... E a gente por estar meio na “ativa” como a gente chama, a gente meio que administra essas coisas, dentro desse cenário, o que faturamos? O que vamos pagar? O que a gente tem que pagar?

Roberto: Eu vejo que no Acampamento, dentro da propriedade da gente você tem que cuidar, eu, principalmente eu né, não tem que pedir pra muié ou nada, [...] e o que eu puder trazer pra dentro do meu lote pra fazer, isso é tudo comigo, não tenho que tá pedindo pra muié isso ou aquilo né. Porque se eu não fazer isso, nós ficar dependendo um do outro pra coisar, fica muito difícil.

A modificação do modo de produção, que passou do formato da agricultura familiar para o de agricultura familiar camponesa foi demandando uma maior mão de obra dentro da unidade produtiva familiar no acampamento. Além disso, a adoção do grupo pela agroecologia, favoreceu a transformação das atividades de subsistência, naturalizadas no meio rural como femininas, nas principais atividades geradoras de renda da família e do Acampamento. Esses dois aspectos possibilitaram que as mulheres fossem efetivamente integradas ao processo produtivo. No entanto, essa integração se deu com as mulheres ocupando o papel de ajuda ao trabalho masculino, subordinando seu domínio da atividade à gerência do marido, percepção parecida a que chegaram os autores Menasche et al. (1996) na conclusão de seu estudo.

A exclusão sistemática das mulheres aos acessos às técnicas de produção, informações e participação comunitária traz um sentimento de alienação dos processos sociais e históricos, o que impede a produção de uma forte identidade positiva, aquela capaz de possibilitar a libertação interior da identidade do indivíduo, com relação a um grupo dominante. Em muitas ocasiões, a interação social mais ampla pode ser vista pela mulher com muita ansiedade e medo, já que foi construído no seu cotidiano doméstico o

descrédito sobre sua atuação em cenários públicos. As pessoas que são assim tratadas podem sentir-se envergonhadas, desprestigiadas, diminuídas, fechando-se cada vez mais e evitando qualquer nova situação de exposição pública. (ERIKSON, 1976).

Paulo: Vanda, até uns dois anos atrás era muito assim “cabeça de pau”. Ela achava que isso aí não tinha fundamento [Vanda diz: eu não gostava de sair] agora, de dois anos pra cá ela vem se... digamos assim, mais se desafiando, porque a muié quando ela toca de ser “cabeça de pau”, que acha que...quando fala que estudar é coisa pra uns e não pra todos, é difícil se quebrar. Mas de dois anos pra cá, ela começou mais a se desafiar.

Poliana: Que nem a primeira vez que ela [Janaina] me convidou eu falei assim: “não, eu não vou ir, não sei nem conversar”. Aí ela falou: “vamos, você sabe sim” e eu disse: “então vamo, mas se precisar falar alguma coisa eu não sei falar” (risos)[...] que nem eu que estudei muito pouco né, minha preocupação era bastante de eu ir e não aprender nada. Que nem eu comentei: eu ir? Eu falei que tinha vontade de ir, mas representa que minha cabeça não vai pegar nada e meu medo era eu ir lá participar e não conseguir trazer para as outras mulheres do grupo e até a primeira vez que eu fui eu fiquei doente lá de preocupação, eu fiquei preocupada com a casa e na mesma hora lá. Eu fiquei uma tarde que eu não pude participar, mas era só dos nervos, eu conversei com o médico e ele disse que era só dos nervos [...].

Fabiana: eu praticamente não tinha relação nenhuma com as outras mulheres de fora, a não ser com a minha parente, né. Eu não conversava com as mulheres daqui, eu não frequentava a casa de ninguém, eu não ia em reunião, não fazia nada nessa parte. Então minha vida social era totalmente nula lá fora.

As mulheres não tinham em função da sua subordinação ao espaço doméstico, uma participação comunitária ativa, sua atuação se restringia ao clube de mães fomentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Laranjeiras do Sul. Os mutirões que deveriam ter contribuições tanto dos homens quanto das mulheres eram espaços não adaptados à suas rotinas e eram, e como ainda são, espaços nos quais elas não conseguem participar.

Janaína: em nenhum momento a gente consegue fazer isso com os homens. Nós não conseguimos trabalhar junto com os homens, parece que a conversa não... Ahhh não sei!! Nós não conseguimos trabalhar com os homens, essa é a questão verdadeira, esse é o ponto central (risos). [...] Eu não sei o que acontece, nós já discutimos várias vezes que nós temos que se somar nos mutirão e tal, mas chega na hora as mulheres não vão. [...] Você vai somar no trabalho dos homens você tem que ir a partir do que eles já definiram, você tem que se enquadrar e geralmente a gente não consegue se enquadrar no que

eles definiram, porque eles definiram uma coisa que só favorece pra eles, não favorece para as mulheres, não tem nem como a gente participar.

Para além da dificuldade de estar na prática do mutirão, ainda aparecia a questão do cotidiano da unidade familiar. Para as famílias, era importante que um dos membros se ocupasse da rotina da produção e do cuidado familiar, para que a dedicação comunitária não prejudicasse as demais tarefas particulares de cada uma delas. A divisão de quem ocupa o espaço público e quem se dedica ao espaço privado segue à regra de divisão sexual do trabalho, o que foi observado pela informante chave, mas não percebido pelo coordenador do grupo de agroecologia, que segue a lógica hierárquica das relações sociais de gênero fundamentadas no patriarcado.

Francisco: Aí tem muita coisa que depende da atividade que cada um tá fazendo no lote. Porque às vezes tem coisa, por exemplo assim: nós tamo desenvolvendo um trabalho aqui [unidade familiar] e tem um mutirão, alguém tem que ficar pra dar sequência no que está sendo feito no lote. Aí um vai pra lá e o outro fica aqui. Mais ou menos as família se divide dessa forma. Se em todo mutirão for todo mundo, às vezes até chegar na casa dele, aí complica. Quase sempre um fica e aí divide às vezes, por exemplo, o Cláudio com a Janaína, às vezes hoje vem o Cláudio, o outro mutirão vem a Janaína e ele fica pra continuar fazendo as coisas do lote. Às vezes não dá pra deixar. Então não é todo mutirão que se consegue às vezes sair todo mundo.

Janaína: Mas quando vai para o trabalho fora que precisa...acho também que é muito ligado pela questão de quase todas as mulheres têm filhos, então alguém vai ficar na casa e é as mulheres que ficam e é aqui no Acampamento e em outros lugares ainda é isso: eu vou ficar porque a Paula tem escola, até meio dia eu não posso ir.

Como o espaço do clube de mães era o espaço “mais” público que participavam, observa-se pelos relatos que este nunca conseguiu fomentar uma consciência das questões de gênero nas mulheres. Segundo os relatos, além das reuniões serem esporádicas, elas se restringem às atividades da vida doméstica das mulheres, sem o intuito de tirá-las da condição alienante do lugar tradicional da mulher na sociedade.

Francisco: [...] Inclusive teve uma época umas discussão ali que tinha aquele negócio de clube de mães, aquela coisa toda. Aí tava querendo mudar, parar esse negócio de clube de mães e montar um grupo de mulheres, associação de mulheres, queriam montar. Mas daí, quem não tava na agroecologia, já não pensava dessa forma, e aí pra não dar muito atrito, decidiram deixar da mesma forma, porque daí queriam mudar, aí isolava a prefeitura, porque se fosse tocado pela prefeitura né...e discutir um projeto mesmo, porque essa

formaçãozinha que eles vem dá é muito... não contribui na verdade, é muito artificialzinha né, muito pequeninha... não abre as coisas, é uma coisa fechada.

Janaína: E o clube de mães tinha um outro espaço, aí muito controlado pela prefeitura. A prefeitura vinha uma vez por mês, tinha o pessoal da assistência social dava os cursos de artesanato. Mas quando a gente pedia uma capacitação pra eles, eles nunca se interessavam muito sabe? Aí nos período eleitoral, eles tentavam influenciar muito, ia com os candidatos do prefeito traziam ali, vinham com uns salgadinhos, coisas assim que aquilo as mulheres nunca gostaram daquilo. Isso foi muito tempo assim, a gente se reunia só pelo clube de mães. Se reunia, fazia os artesanato, era isso, se reunir, fazer os artesanato, contar causo, tomar chimarrão. Aí a produção na agroindústria, começemo a pensar a agroindústria não foi através do clube de mãe, foi contraditório porque devia ser... O problema é que parece que não se conseguia criar um espaço sabe. Parece que a gente não conseguiu discutir porque parece que sempre tinha influência da prefeitura. Então, a discussão da agroindústria foi sendo feita no coletivo geral do acampamento, nas assembleias, nos espaços onde estava todo mundo.

Portanto, a proposta e a construção da agroindústria não ter sido uma iniciativa das mulheres passa pela dificuldade delas se perceberem e serem percebidas pelos demais acampados, como “sujeitas da história”, uma vez que não havia o reconhecimento do trabalho e da participação delas como contribuição ao todo do Acampamento. Segundo autoras como Siliprandi (2015), Carrasco (2008), essa invisibilidade da mulher está ligada ao fato de que a elas se destinam as atividades de pouco ou nenhum valor monetário.

A decisão de que o espaço da agroindústria seria um espaço de contribuição coletivo das mulheres, foi da comunidade, partiu dos homens e das mulheres, principalmente daquelas que faziam parte do grupo da agroecologia do Acampamento. Há que ressaltar que a ideia da função original da agroindústria era processamento primário da produção de todas as famílias independente do modo de produção orgânico ou convencional – preparar as verduras e legumes para a comercialização, lavar, picar e cuidar da boa apresentação do produto.

Cortar, lavar e preparar a verdura é uma função naturalizada feminina, usualmente praticada na “cozinha”, como explicitado por um entrevistado²³ que

²³Roberto: o técnico do INCRA falou: “esse acampamento aqui de vocês tem uma visão assim de um alcance longe porque vocês lida com orgânico, se ele não fosse orgânico, acho que não dava nem atenção”. E o que nós conseguimos né? Aqui todo mundo tem luz, todo mundo tá no lote, todo mundo tem luz né. Tem essa **cozinha** [agroindústria], coisa que a maioria dos acampamentos não tem! A maioria das pessoa trata nós como assentamento, nós sabemos que nós não somo assentamento, ahhh se nós fosse assentamento, aí vem os recurso do INCRA aqui né.

associou a agroindústria a uma cozinha, é um indicador de que a decisão pela atuação das mulheres na agroindústria por um lado mantém a divisão sexual do trabalho, mas por outro transforma uma extensão de seu domínio em instrumento para o desenvolvimento da comunidade. A “cozinha” passa a ser reconhecida no espaço público, adquire status econômico, o da produção.

Mas, para isso houve muitos debates em assembleias uma vez que os homens queriam também fazer parte desse espaço coletivo. Aparece nos relatos que os homens interferiam nos espaços de discussões das mulheres na agroindústria e que alguns homens precisaram intervir para que as interferências cessassem.

Entrevistadora: teve homem que bancou a decisão da agroindústria para as mulheres ou foi uma briga entre homens e mulheres? Como foi isso?

Janaína: sim, teve homem que bancou, o Cláudio sempre bancou, tinha vez que ele chegava impor: “- Não, os homens não tem que ir na reunião, quem vai fazer são as mulheres, então os homens não tem que estar indo na reunião porque só vai atrapalhar”. Tinha outros homens que bancavam, o Orlando também sempre bancava e se tinha algum homem que ia na reunião e começava a falar o Orlando ficava bravo, ele já dizia: “- Não, vocês estão se metendo, essa coisa aqui não é pra vocês”. E ainda tem homem que até hoje vão se meter lá. [...] ele está na coordenação da Associação e ele de vez em quando ousa aparecer nas reuniões que estão só as mulheres e começa a falar lá e as mulheres ficam muito bravas, assim até hoje ninguém expulsou ele, mas acho que se ele aparecer mais uma vez... [...] Aí chegou lá e ficava tomando o espaço das mulheres falarem, ficava falando lá e as mulheres ficavam olhando tudo brava pra ele, sabe. Na verdade, eu sentia vontade de dar risada, porque foi muito engraçado. Engraçado não, é chato na verdade, porque nós ainda temos isso de aparecer nas reunião e achar que nós estamos gostando de ele ter ido lá “prestigiar” nossa reunião, achar que ele por ser um homem e tá lá. Ele não sabe que as mulheres estão bravas com isso, porque ninguém quer ir lá na reunião pra ficar ouvindo um homem falar. Nós já criamos um espaço é porque nós não queria ter um homem lá falando, aí vai lá tirar o lugar das mulheres falarem e acha que está fazendo um favor pra gente!!

Essa intromissão masculina no espaço destinado para as mulheres deve-se à naturalização dos papéis sociais atribuídos ao gênero masculino de que a gestão dos espaços públicos compete aos homens, daí não reconhecerem nas mulheres capacidade para assumir tal responsabilidade. Essa “não capacidade” pode ser percebida como um atributo negativo dado às mulheres e que serve para perpetuar a subordinação delas à dominação dos homens (ERIKSON, 1976).

Esses atributos negativos são criados com o objetivo de desvalorizá-las, minando a identidade positiva delas. Criados e sustentados pelas relações sociais de

gênero que reafirmam a desigualdade entre homens e mulheres e até entre as próprias mulheres – o machismo - tais atributos acabam sendo introjetados socialmente, sujeitando a identidade positiva das mulheres, que não se reconhecem como capazes de se desafiar. Nos relatos que se seguem fica evidenciado que ideologia patriarcal, machista é também reproduzida pelas próprias mulheres que acabam tendo papel fundamental nos processos de opressão às mulheres.

Janaína: Porque sempre tinha aqueles boatos: “Ahh vão ir lá pra fazer fofoca” e isso estava na cabeça das mulheres também, não só dos homens. “Ahh vão lá na agroindústria, vão se agarrar, vão brigar”... aquela disputa que colocam que as mulheres não podem ser amigas, que estão sempre disputando né, é aquilo de sempre. [...] Até a pouco tempo ninguém enxergava [problema da desigualdade das relações de gênero]. A culpa sempre ficava com as mulheres. No começo, até um período do acampamento, se alguém mexia com alguma mulher, a gente escutava das outras mulheres: “Ahh mas também olha a roupa que ela foi, olha a situação que ela está”. Parece que tudo era culpa das mulheres.

Fabiana: Um exemplo era a própria Janaína, a gente nunca conversou, nunca se puxou, eu achava assim: “Ahh, muierada gosta de tá batendo colo [saindo; passeando] pra baixo e pra cima...ahhh gosta de tá lá, só gosta de sair e não sei o que...”. Aí eu explicando pro meu cunhado, agora que eu tô participando eu vejo a importância que é ela estar saindo nesses encontros e fazer essas coisas lá pra fora, que antes eu achava que era uma bobagem e como muitas ainda acham e não tem essa noção.

Janaína: E às vezes as mulheres não têm muito...tem algumas assim que tem muita insegurança naquilo que estão fazendo, medo! As mulheres têm muito medo. É processo de educação, é uma construção social.

A identidade deve ser vista como um processo que se articula com aspectos pessoais, sociais e históricos. Tem uma dimensão consciente e uma inconsciente e vai se fortalecendo pela construção de vínculos através da relação da pessoa com outras pessoas no seu grupo e na sua relação com outros grupos, e desse modo criando uma responsabilidade com o coletivo (CIAMPA, 1993; ERIKSON, 1976; PIMENTA, 2006).

Poliana: Ahh porque é trabalhado assim coletivo, é uma forma de a gente estar ali com as mulheres, conversando com as companheira né, se conhecendo. [...] se eu não me esforçasse de ir, talvez eu nem estivesse no grupo hoje, trabalhando com as mulheres. Tanto ali junto, porque na verdade eu sempre tive vontade de participar, de estar ali junto conversando. [...] Eu acho que isso ajuda meio em tudo né, que desenvolve meio em tudo na família, com as pessoas, isso desenvolve bastante vai ajudando a crescer e ficar forte, desde uma conversa né... Participar é muito bom!

Janaína: quebrar essa predeterminação de que as mulheres não conseguem ser amigas, não conseguem conviver em paz dentro de um espaço coletivo, não totalmente quebrar isso que é o que a gente estava falando de que a maioria já consegue quebrar isso. Algumas terem coragem de tomar decisão e assumir tarefa, se sentir capaz de assumir tarefa e fazer, porque elas estão conseguindo provar pra elas que conseguem e passar, a partir que começam a participar, passar a fortalecer a discussão da agroecologia.

Fabiana: Aí apareceu essa agroindústria e a gente viu bem claramente que a mulher tava tendo mais participação na comunidade, não só pela agroindústria, mas também pelos trabalho fora do acampamento, porque as mulheres saem...que vai nas reunião de fora, como a Janaína que sempre participa lá fora, ela que traz todas as novidades pra dentro das mulheres, que leva a gente nos encontro, que põe a gente nos curso e antes não tinha isso, não tinha. [...] Eu estava bem afastada, não tinha muito convívio com ninguém. E de lá pra cá que eu entrei e que mudou bastante foi essa parte. Eu me relacionei mais com as pessoas que eu não tinha muito conhecimento e nem relacionamento.

Vanda: Eu pra mim foi bom que nem o entrosamento com as mulher...que nem nós se via só de vez em quando, numa reunião. [...] Eu até acho louco de bom tá lidando lá, eu gosto! (risos) Tando lá eu gosto. Porque a gente tá lá, conversa com a mulherada, troca uma ideia, o dia passa correndo, é divertido.

Como visto anteriormente, é no espaço desse grupo que as mulheres começam a construir sua autonomia econômica, trocar informações, conhecimentos, reconhecer seu trabalho como parte importante da economia familiar e também a participar de maneira mais ativa das atividades comunitárias. Ao participar dos espaços de grupo, as mulheres adquirem novos conhecimentos e o reconhecimento social do seu trabalho, o que por si só contribui para aumentar sua autoestima. (SILIPRANDI, 2015). É importante dizer que esta dinâmica depende da subjetividade de cada mulher que participa, pois cada uma se apropria do contexto e da história de maneira única, particular e singular. (BARROS, 2009)

Vanda: Eu acho que a gente aprendeu bastante a lidar com umas coisas, uma diversidade de massa [diferentes produções da agroindústria: pães, bolachas], a lidar com massa né, quanta diversidade de massa que a gente aprendeu a lidar lá. E ajudou muito! Depois que a gente começou com esse grupo que a gente começou a sair mais, participar dos curso, coisarada. [...] Porque pra nós a agroindústria já é uma ajuda lá fora pro INCRA, mostra que nós tamo unido, querendo fazer as coisas, acho que isso vai ajudar bastante e ela é bem importante.

Fabiana: Além do convívio com as pessoas, porque convém pra gente. Convém estar perto das pessoas, ficar sabendo do que está acontecendo, porque antes quando a gente não participava, não ficava sabendo de nada, não tinha noção de nada. A gente estava por fora de tudo [...]. Ele está trazendo mais visão pra comunidade. Lá fora a gente não era visto, a

comunidade Recanto da Natureza não existia antes de ter essa participação agroecológica, orgânica e ter o grupo da panificação. Não existia o grupo recanto da natureza, agora existe! Agora assim gente tem mais visão, porque as pessoas lá de fora estão enxergando nós aqui. A gente tem mais esse tipo de coisa. Por exemplo, a gente não gosta muito desse tipo de cartaz, mas a prefeitura já põe a nossa comunidade como um modelo né, aqui da nossa região. É bom, porque agora todo mundo conhece o nosso acampamento, conhece o que nós estamos fazendo aqui dentro de bom. As pessoas já conhecem... “Ahh! Recanto! Nossa, já estive lá, é bonito. As mulheres lá produzem pão, tem cada coisa boa”... (risos).

Poliana: Eu acho que sim né, desde a renda eu acho que vai ajudando, [...] e é uma forma de incentivar mais a gente. Apesar que eu gosto né, de qualquer serviço que envolver eu gosto, eu gosto de trabalhar no grupo. E eu acho que desde a renda vai ajudar também, apesar que a gente trabalha um pouco mais, mas mais tarde vai vir a recompensa.

E na medida em que elas vão se reconhecendo capazes de produzir os pães de legumes, comercializando em quantidades maiores e quitando as dívidas de créditos da agroindústria, elas passam a assumir diferentes atividades da gestão do empreendimento, que no início das atividades estavam centralizadas nas figuras das lideranças do grupo, avançando um passo para a autonomia, maturidade e consolidação do grupo.

Janaína: Agora nós já conseguimos arrumar as pessoas que são responsáveis, por exemplo, a Rosa ela é responsável pela compra interna, então ela vê quantos quilos de mandioca e qual que são as famílias que vão vender e ela faz toda a anotação das compra interna; a Vanda controla toda a parte da finança, ela faz todo o processo de controle econômico; a Antônia é responsável pelo estoque, ela faz esse controle. Aí tem o trabalho de nota fiscal, de ver toda a documentação isso é a Poliana que faz. E eu fico com a parte mais de fora, porque eu saio mais também né, então eu fico com as compras, levar as notas fiscais pra fazer o pagamento com o fundo rotativo que a gente fez o empréstimo de novo pra capital de giro, eu faço a compra de fora. Fico com a questão de articulação do caminhão pra vir buscar a produção, quando chega os produtos de fora que faz uma encomenda eu também fico responsável pelo transporte deles. Eu ainda estou com um acúmulo de muitas função, mesmo com as mulheres assumindo muitas coisas.

Pesquisadora: e cada um foi pegando o que era mais fácil? Como foi se dando a distribuição das tarefas?

Janaína: Eu acho que foi uma coisa de se identificar com aquilo. Então também é uma coisa que assim você vai se identificando com aquilo.

Entrevistadora: essa colocação foi meio natural?

Janaína: Foi natural, elas foram se auto assumindo quando chegamos à conclusão que tinha que dividir as tarefas, porque a gente chegava lá e aí às vezes não tinha ovo, faltava ovo porque ninguém tinha comprado, porque não

era responsabilidade de ninguém. Então geralmente eu acabava fazendo, fazia e daí fazia tudo pela metade porque não consegue dar conta de tudo.

Assim, o espaço da agroindústria vem favorecendo o empoderamento dessas mulheres que estão sendo reconhecidas tanto dentro da comunidade como fora dela, através do seu trabalho produtivo e da contribuição direta no desenvolvimento do Acampamento. Isso gera o sentimento de pertença grupal, favorecendo a construção de uma identidade, a partir do processo de participação, que é cada vez mais democrática e autônoma neste espaço.

É ao se organizarem dentro desse espaço de produção coletivo feminino que as mulheres estão começando a encontrar alternativas viáveis de se fazerem reconhecer como “sujeitas da história”, não só da sua comunidade, mas também do município e do território Cantuquiriguaçu. Como visto no capítulo três desta dissertação, vem crescendo o número de mulheres que se apresentam como economicamente ativas, e as mulheres do Recanto da Natureza passam a fazer parte desse processo. Além da atuação direta na feira agroecológica de Laranjeiras do Sul, a participação no Coletivo Regional de Mulheres e atuação nas políticas públicas de alimentação escolar. Siliprandi (2009) faz uma reflexão sobre a importância do reconhecimento e da participação política das mulheres rurais para autopercepção delas como sujeitos do campo.

Entretanto, o dia a dia da vida dessas mulheres, ainda está marcado por uma sobrecarga de trabalho advinda da naturalização de suas atividades domésticas e do cuidado com sua família como uma responsabilidade de mulher, sem que isto seja marcado como parte importante da manutenção do trabalho da família, o que faz perpetuar a tradicional separação hierárquica das relações de gênero ao longo de todo o processo.

Para Spink (2007) a palavra empoderamento pode esconder um viés, quase imperceptível, porém, muito importante, que é a negação do outro ao acesso ao poder pelo sujeito estudado. “O empoderamento das mulheres não é um problema das mulheres(...) é um problema dos homens e das mulheres inseridos e inseridas numa luta histórica de definição e redefinição de relações de gênero.” (SPINK, 2007. p. 321) Segundo o autor, o empoderamento deve ser entendido como resultado das circunstâncias e dos posicionamentos aprendidos pelas pessoas, portanto, um processo de renegociação de relações.

É possível perceber que há o interesse das mulheres pela manutenção das relações comunitárias e o estabelecimento de vínculos entre os seus membros, em aprender, organizar-se, participar, negociar e opinar nos rumos do desenvolvimento do Acampamento Recanto da Natureza. Porém, ao mesmo tempo, visualiza-se a manutenção da desigualdade nas relações sociais de gênero, a subordinação tradicional da mulher em relação ao homem – principalmente no âmbito familiar – em todos os espaços em que entram em questão as relações de poder entre homens e mulheres. E para sair dessa cristalização será preciso que o grupo do acampamento - mulheres e homens - possa refletir continuamente sobre suas relações sociais de gênero, a fim de que alcancem a consciência necessária para transformá-las.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar como as mulheres estão percebendo as mudanças em seus cotidianos a partir do momento em que passam a se reunir em um grupo produtivo, numa agroindústria com estratégia de desenvolvimento rural sustentável proposto pela agroecologia. Procurou também avaliar os reflexos positivos e negativos dessas mudanças nas relações sociais de gênero na família e na comunidade.

Como demonstrado ao longo dos capítulos que compõem esta dissertação, a análise dessa questão, precisou considerar todo o contexto histórico, social, econômico e cultural que alicerçou a realidade tanto na esfera macro, quanto nas condições particulares que envolveram o cotidiano da vida dessas mulheres. E a aproximação dessa realidade tão complexa exigiu um estudo interdisciplinar, no qual diferentes especialidades de conhecimento, numa interlocução de saberes das disciplinas como agroecologia, economia, sociologia, psicologia e estudos de gênero, aliadas aos dados coletados em campo junto às agricultoras e suas famílias, puderam trazer apontamentos fundamentais para compreender o momento vivenciado pelas mulheres em suas relações sociais de gênero.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que dentro do Acampamento as famílias que compõem o Grupo Agroecológico estão em diferentes graus de contato com a vivência e a discussão da própria agroecologia. Seriam necessários estudos mais aprofundados que elucidassem a relação entre tempo de vivência e de discussão na agroecologia com relações sociais de gênero mais equitativas e também estudos que discutam o uso do tempo e o grau de sobrecarga de trabalho para as mulheres e as consequências sobre momentos de lazer e de autocuidado, uma vez que neste presente estudo há uma sinalização de que quanto mais a família compreende, discute e vivencia a agroecologia, mais ela tende a apresentar melhores divisões sexuais do trabalho e novos papéis sociais de homens e mulheres dentro da unidade produtiva.

No entanto, esta pesquisa também apontou que em todas as famílias entrevistadas, sejam as que vivenciavam a agroecologia desde 2010 ou as que iniciaram recentemente o processo de transição, ainda permaneciam divisões desiguais e hierarquizadas entre homens e mulheres, sendo os espaços de poder e decisão tanto na unidade produtiva familiar quanto na comunidade, ocupados por homens.

O Acampamento Recanto da Natureza tem conquistado, com a proposta de desenvolvimento rural baseado na agroecologia e todos os desdobramentos advindos

dela aqui descritos, avanços importantes para o empoderamento das mulheres como produção de renda, autorrealização, aprendizado e participação.

A visibilidade que elas adquiriram através da participação efetiva e coletiva sinaliza que é possível superar a idéia patriarcal de que o lugar de atuação das mulheres seja restrito apenas ao espaço privado, reprodutivo e não reconhecido. Ao mesmo tempo, a contribuição das mulheres do Acampamento no desenvolvimento da comunidade se apresentou como uma condição necessária para que elas fossem capazes de melhorar seu bem estar, aumentando sua interação com a comunidade e reforçando o sentimento de pertencimento ao local.

Ressalta-se aqui a importância dos espaços coletivos democráticos e de cooperação construídos pelo Acampamento, voltados para os grupos produtivos, que foram influenciados pela capacidade organizativa do MST. Esses espaços coletivos mostraram-se fundamentais para a construção de uma consciência do lugar ocupado pelos acampados e acampadas. No caso especial das mulheres, favoreceu a aproximação e o fim de seu isolamento, a discussão e o reconhecimento de que elas participam dessa história e isso contribui para o avanço das relações sociais de gênero mais equitativas nas esferas pública e comunitária.

Mas, isso não basta e não parece ser o objetivo final a que almeja a agroecologia quando pauta a transformação social, com uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa para homens e mulheres. Com a agroecologia, o acampamento avançou porque ao construir a proposta de um grupo coletivo produtivo visando o empreendimento solidário, empoderou as mulheres do grupo, todavia ainda não as emancipou por completo, mantendo-as presas e sobrecarregadas às correntes culturais do patriarcado.

As mulheres serem incluídas e visibilizadas somente ao adentrar o âmbito público, sem a reflexão das relações sociais de gênero significou uma maior sobrecarga de trabalho para elas, na medida em que as atividades domésticas, naturalizadas femininas, ainda são tratadas como responsabilidade apenas das mulheres no espaço privado, no doméstico. Pesa sobre isso, a não percepção desses homens e mulheres, e da sociedade em geral, de que as atividades de subsistência e cuidado com a família não podem ser encaradas como um lugar de submissão da mulher e desvalorização do doméstico, uma vez que as atividades deste espaço são necessárias para o bom funcionamento da unidade produtiva e também da comunidade como um todo.

Ainda não se percebeu nada concreto no Acampamento para o avanço nessa direção. A manutenção da responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e de cuidado com a família, seu acúmulo de trabalho com outras atividades, a ausência delas na maioria das discussões teóricas e práticas de implantação e manejo das atividades de produção agroecológicas, e também o predomínio masculino nos espaços de decisão, seja no âmbito público ou privado do Acampamento, apontam obstáculos que precisam ser enfrentados para se avançar na conquista de autonomia e igualdade para todos.

É importante uma maior reflexão da comunidade à respeito do cuidado com as crianças pequenas que está sendo encarado como um “problema” privado da família. Tal fato está restringindo a participação das mulheres nos espaços coletivos e impedindo maiores avanços ao processo de empoderamento delas e de diminuição das desigualdades nas relações entre homens e mulheres, principalmente dentro da unidade produtiva familiar, em que a cultura patriarcal ainda se apresenta com muita força.

É na vivência com o coletivo e no trabalho fora de casa que as mulheres constroem e reconstróem suas identidades a partir das novas relações que elas estabelecem na comunidade, seja pela participação ativa no grupo de agroecologia, seja pelo reconhecimento de suas capacidades produtivas ou pelos novos conhecimentos e espaços de domínios e posicionamentos políticos que elas vão se conhecendo e se reconhecendo como capazes de destruir as correntes da opressão machista e patriarcal, na conquista de suas verdadeiras emancipações.

A questão é que ainda persiste no acampamento Recanto da Natureza uma escala hierárquica de poder dos homens sobre as mulheres, das atividades ditas masculinas sobre as femininas que continuam efetivando o tratamento desigual para as diferenças entre os homens e mulheres. Ainda há amarras que precisam ser rompidas e que vão além da consciência que a mulher passa a ter de sua capacidade e do saber fazer. Envolve a luta pela sua emancipação, sair das amarras da opressão e dominação a que estão submetidas.

E isso não é só problema das mulheres, mas trabalho de todos e todas que estão envolvidos, pois não se pode esquecer que quem tem o poder sob suas mãos decide até onde permite o avanço e quais espaços liberará para serem ocupados. Com a devolução dos resultados desta pesquisa à comunidade e ao grupo de agroecologia do Acampamento Recanto da Natureza, acredita-se que contribuirá para uma reflexão sobre como estão se manifestando as relações de gênero na comunidade, na família e na Agroindústria.

Observou-se por meio destes apontamentos de pesquisa sobre o Grupo de Mulheres do Recanto da Natureza que as estratégias da agroecologia e da formação de um grupo produtivo de mulheres se mostraram importantes para garantir a participação delas na comunidade, no município e até no território, favorecendo a melhoria de vida delas. Entretanto, esta estratégia agroecológica na maneira em que se apresenta nessa comunidade sem um debate de gênero envolvendo todos os sujeitos no processo não tem promovido de maneira satisfatória a transformação social com justiça e equidade, já que a opressão de gênero é também produtora das mais profundas desigualdades na sociedade.

Portanto, a agroecologia pode não trazer consigo, em seus princípios fundantes, a transformação esperada e necessária das relações sociais de gênero. Contudo, ela contribui para a construção e fortalecimento identitário das mulheres ao reconhecer e valorizar a produção diversificada de alimentos em suas discussões de soberania e segurança alimentar, visibilizando e possibilitando a geração de renda através das atividades que são do domínio das mulheres no âmbito da reprodução, ao transformá-las em atividades produtivas. Segue portanto, que na medida em que as mulheres vão se empoderando, mostrando capacidade organizativa e política e se reconhecendo sujeitas dessa história, elas passam a brigar por mais espaços de atuação dentro da comunidade, do município e também do território da Cantuquiriguaçu.

Sinaliza-se com esta pesquisa que a agroecologia vista como um novo modo de produção de respeito entre os seres humanos e também deles com a natureza, aquela que preza pela horizontalidade, preocupando-se com todo o sistema agroalimentar desde a produção até a comercialização, e que busca a participação de todos os indivíduos e o comprometimento com a coletividade sem a luta das mulheres por maiores espaços inclusive nas esferas decisórias e de poder pode não atingir toda a completude de uma mudança de paradigmas a que se propõe. As mulheres ainda têm muito o que contribuir com suas experiências e conhecimentos não só para com os grupos, as comunidades e também para o desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Sem as mulheres e sem o feminismo agroecologia vista de forma mais ampla pode não existir.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P.M. (org.) **Economia Brasileira** – Perspectivas do Desenvolvimento – São Paulo: Ed. CAVC, p. 355-375, 2005.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

Apenas 11% dos cargos eletivos são ocupados por mulheres. **Jornal Correio do Cidadão**, Guarapuava, 9 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.correiodocidadao.com.br/guarapuava/apenas-11-dos-cargos-eletivos-sao-ocupados-por-mulheres-no-parana/>>. Acesso 20/01/2016.

ARGAWAL, B. Negociación y relaciones de género: dentro y fuera de La unidad doméstica. **História Agrária**, n. 17, p. 13-58, 1999.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta do perfil e variáveis do desenvolvimento por município**, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br> Acesso 04/01/2016.

BARROS, V. A. Trabalho na contemporaneidade: delimitações em um mundo de exclusão. In: NETO, F.K.; OLIVEIRA, R.T.; SILVA, R.O. (ORGS). **Subjetividade(s) e sociedade**: contribuições da Psicologia. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, p. 143-160, 2009.

BECKER, H.S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Portal do Brasil**, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/11/estudante-brasileira-cria-indice-de-desigualdade-de-genero-para-o-pais>> Acesso em: 25/01/2016.

BRASIL, **Lei 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 17/01/2016.

BRASIL, **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Acesso: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em: 17/01/2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome**, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 04/01/2016.

BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Revogado pela lei nº 12651, de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14771.htm>. Último acesso em: 17/01/2016.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n1, jan-abr, p 205 - 227, 2004.

BUARQUE, C. Reflexões sobre o poder e as instituições sob a ótica do feminismo. In: BUARQUE, C. et al. **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero . Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, p. 26-55, 2002.

BUENDÍA-MARTÍNEZ, I; CARRASCO, I. Mulher, atividade empreendedora e desenvolvimento rural na América Latina e no Caribe. **Cadernos de desenvolvimento rural**, v.10, n.72, p 21-45, 2013.

BURG, I. C; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 1522-1528, fev. 2007.

CAMPOS, C. S.S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS**. São Paulo: CLACSO | Expressão Popular, 2011.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília:MDA/SAF/DATER- IICA, 2004.

_____. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CARRASCO, C. Por uma economia não androcêntrica: Debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M. L.; TITO, N. (org) **Trabalho doméstico e cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia Editora, 2010.

CARVALHO, H.M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis- RJ: Vozes, 2005.

CAZAROLLI, L. H. (Coord.). **Estudo exploratório e avaliação da utilização de agrotóxicos por trabalhadores rurais do município de Laranjeiras do Sul, Paraná**. Relatório técnico, edital 003/PROPEPG/2010 - UFFS/CNPq, 2012.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA (Ed.). **Mulheres: produzindo autonomia e gerando sustentabilidade**. Laranjeiras do Sul: Mariner, 2015. (Cartilha)

CEZIMBRA, E. N. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, Pato Branco, 2013.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHRISTOFFOLI. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: NOVAES, MAZIN e SANTOS. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. Vol I. São Paulo: Outras Expressões. 2015.

CIAMPA, A.C. Identidade. In: LANE, S. T. M, CODO, W.(Org) **Psicologia Social: o homem em movimento**. 11ª Ed. São Paulo, editora brasiliense, 1993. p. 58-75.

COCA, E. L. F. **Um estudo da atualidade e diversidade da reforma agrária: análises dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná**. Presidente Prudente, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2011.

COSTABEBER, J. A. A transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL F. R; COSTABEBER J.A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

DUPAS,G. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 34, p. 121-159, 1998.

O mito do progresso; ou o progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ELLIS, F.; BIGGS, S. A evolução dos temas relacionados ao desenvolvimento rural: de 1950 a 2000. **Organizações rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.7, n. 1, p 60 -69, 2005.

ERIKSON, E.H. **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FARIA, N.; MORENO, R. A trajetória das mulheres na luta contra o livre comércio e pela construção de alternativas. In SILVEIRA, M. L.; TITO, N.(Org) **Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

FONSECA, A.; FAGNANI, A. **Economia, distribuição da renda e mercado de trabalho** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FRANCO, M.P. Histórias da Ivanilde no Alto Rio Juruá. **Cadernos Pagu**, p. 115-158, 1997. Disponível em: <
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51149&opt=1>> Acesso em: 20/08/2015.

FREITAS, T. V. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In SILVEIRA, M. L.; TITO, N.(Org) **Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p. 27-53, 2008.

GERMER, C.M. A economia solidária: uma crítica marxista. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas.** São Paulo, n.14, 2ºsem., p. 193-214, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS Ed., 2009.

GOMES JUNIOR, N. N; ANDRADE, E. R. Uma discussão sobre as contribuições das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 392 - 402, jul./dez. 2013.

GOMES, R.. Análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: Minayo, M. C. de S.; Deslandes, S. F.; Neto, O. C.; Gomes, R. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 14 edição, ed. Vozes. 1999.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam a vida das agricultoras. **Revista Observatório da Cidadania**, Rio de Janeiro, p. 44-49. 2003. Disponível em <https://issuu.com/raphaelroma/docs/observat_rio_da_cidadania_2003_n__7>. Acesso em: 24/11/2015.

GUZMAN CASADO, G.I; GONZALEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa. 2000.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em :<<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>> . Acesso em: 05/07/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA ESTATÍSTICA **Censo demográfico Resultados do universo, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Acesso em: 20 de dezembro 2015. (Formulado pela autora para dados da Cantu).

_____ **Sistema nacional de informação de gênero**, 2010 (Formulado pela autora dados da Cantu).

_____ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - SIDRA**, 2015. (Formulado pela autora para dados da Cantu).

_____ **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Consulta de Informações Educacionais**, 2014. Disponível em <<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 17 de dezembro 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico município Laranjeiras do Sul**, Curitiba, 2016. 44 p. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85300>>. Acesso em 20/01/2016

_____. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1.a fase: caracterização global, Curitiba, 2007. 145 p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_cantuquiriguacu.pdf>. Acesso em: 04/01/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perspectivas da política social no Brasil**. Livro 8. Brasília: Ipea. 452 p, 2010.

_____. **PNAD 2008**: primeiras análises – demografia, trabalho e previdência. Brasília, 2009a (Comunicados da Presidência, n. 31).

_____. **PNAD 2008**: primeiras análises – educação, genero e migração. previdência. Brasília, 2009 b (Comunicados da Presidência, n. 32).

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Formações Fitogeográficas** – Estado do Paraná, 1 mapa. 2009.

KING, Y. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In BORDO, S.R; JAGGAR, A.M. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997. P 127 – 154.

KÖNIG, A.B; FONSECA, A.D; GOMES, V.L.O. Representações sociais de adolescentes primíparas sobre “ser mãe” **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.10, n. 2, p. 405-413, 2008.

LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S.T.M, CODO, W.(Org) **Psicologia Social**: o homem em movimento. 11ª Ed. São Paulo, editora brasiliense, 1993a. p. 10-19.

LANE, S.T.M. O processo grupal. In: LANE, S.T.M, CODO, W.(Org) **Psicologia Social**: o homem em movimento. 11ª Ed. São Paulo, editora brasiliense, 1993b. p.78-98.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3,n.1, p. 36-51, jan./mar., 2002.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1970.

LOMBARDI, M.R. Ocupação no setor agro-pecuário no período de 1993 – 2006 e o trabalho das mulheres. In: BUTTO, A. **Estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 123 – 162.

MACEDO, M. S. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: BUARQUE, Cristina et al. **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero . Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. p. 56-79.

MARQUES, M.O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1993.

MARQUES, S. A. Mulheres em Contextos Rurais: Experiências e Teorias. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

MEDEIROS, L. S, NEVES, D. P (Org). Mulheres camponesas e reprodução de grupos domésticos. In: _____ **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. – Niterói: Alternativa, 2013. p.18-40.

MELO, H.P.; DI SABATTO, A. Gênero e trabalho rural. In: BUTTO, A. **Estatísticas rurais e economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

MENASCHE, R. et al. **Gênero e agricultura familiar: Cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba: DESER, 1996. 97p. Relatório de Pesquisa DESER – CEMTR/PR.

MENASCHE, R; KRONE, E. E. Comida e trabalho: um estudo sobre relações de gênero entre famílias rurais assentadas. **Rede de Estudos Rurais: Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização:paradigmas e atores em conflito**, 2012

MENASCHE, R; MARQUES, F. C; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de nutrição**, v 21. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732008000700013&script=sci_arttext> Acessado em 14/12/2014.

MINAYO, M. C. S. O. 1992. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

MORAES, V. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. 2013, 315f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Curso de Pós-graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2013.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MURARO, R. M.; BOFF, L. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. – Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NAFFAH NETO, A. **Psicodrama**: descolonizando o imaginário. São Paulo: Plexus Editora, 1997.

PAIXÃO, A. Mulheres que mudaram o destino de uma comunidade. In: HORA, K.; MACEDO, G.; REZENDE, M. (Orgs). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**:. Prêmio Margarida Alves 4ª Edição. Brasília : MDA, 2015.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, n 28, 1987

PIMENTA, S.D.C. Identidades em trajetória: gêneros e processos emancipatórios na reforma agrária In: WOORTMANN, E.F.; MENACHE, R.; HEREDIA, B.(orgs). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. Brasília: MDA, IICA, 2006.

PINHEIRO MACHADO, L.C; PINHEIRO MACHADO FILHO, L.C. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) **site oficial**. Disponível em: <
http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH> . Acesso: 15/01/2016.

PORTILHO, F; CASTAÑEDA, M; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 16, p 99-106, 2011.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

ROUANET, S.P. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, A. (org) **Ética**. São Paulo: Cia das letras, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes - Mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência **Para um novo senso comum A ciência, o direito e a política na transição paradigmática** Vol. 1. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011

SARANDÓN,S.J; FLORES, C.C. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**.1.ed. La Plata : Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SEVILLA GUZMÁN, E. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**, 2007. Disponível em: <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/la_agroecologia_comoEduardo-Sevilla.pdf?iv=24> Acesso em 03/06/2014.

_____. **Sobre los orígenes de la agroecología em el pensamiento marxista y libertário**. La Paz: Plural editores, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M.G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER MONTIEL, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: Soler Montiel, M; Quintero, C. G. (coord.) **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza. PH Cuadernos** nº 27, Sevilla. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. p. 191-217, 2010.

_____. Del desarrollo rural a La agroecología: hacia un cambio de paradigma. **Desenvolvimento Social**, n.155, 2009.

SILIPRANDI, E.C. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberanía e segurança alimentar. In: LAGARDE, M . VALCARCEL,A. (org) **Feminismo, gênero e igualdade**. Madrid: egraf, 2011. Disponível em<<http://bivica.org/upload/feminismo-genero.pdf#page=141>>, acesso em 16/12/2014.

_____. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

_____ Alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, C.(org) **Segurança alimentar e nutricional** - Perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013. 225p.

_____ Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. **Cadernos de debates**, Campinas, SP,v. XI, p. 38-57, dez.2004.

_____ Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVEIRA, M. L. Repensando o trabalho de cuidados a partir das lutas das mulheres no âmbito do processo de integração continental. In SILVEIRA, M. L.; TITO, N.(Org) **Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. SINGER, P.; SOUZA, A.R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SORJ, B. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, Maria L., TITO, Neuza. (org) **Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008.

SOUSA, A.; NEVES, D. Economia Solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de renda e trabalho. **Anais do I Circuito de debates acadêmicos Ipea**, Brasília, 2011.

SOUZA, L. A; RAMOS, C. **Mensuração da Desigualdade de Gênero: um Índice para os Estados Brasileiros**, 2012. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5731/1/2012_LuisaCardosoGuedesdeSouza.pdf.

SPINK, P.K. Processos organizativos e ação pública: as possibilidades emancipatórias do lugar. In: JACÓ-VILELA, A.M.; SATO, L. (orgs) **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, p. 352-369, 2007.

STROPASOLAS, V.L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) dos agricultores familiares de Ouro/SC**, 2002. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e meio ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

TRONTO, J.C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In BORDO, S.R.; JAGGAR, A.M. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo. 1999. 162p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo. Curso de Pós-graduação em Antropologia, São Paulo, 1999.

_____ Acampamentos do MST: Uma Discussão Crítica Sobre Sociabilidade e Poder. Trabalho apresentado no GT14, "Processos e movimentos sociais no campo", integrante da programação do **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, outubro de 1999.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais XX Encontro Anual ANPOCS**. Caxambu, MG, 1996.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Editora UNB, 1997.

WOORTMANN, K.K. **Hábitos e ideologias alimentares**. Brasília: Editora UNB, 1978.

WOORTMANN, E.F. Da complementariedade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 18, ano 7. Fevereiro, p. 41-61, 1992.

APÊNDICE A - Roteiro de observação

1. Nome do grupo e número de participantes
2. Dias de trabalho? Horas trabalhadas por dia? Grupos de trabalho?
3. Remuneração? Satisfação ou insatisfação com relação a isso?
4. O que produzem? Como produzem?
5. Descrição detalhada da agroindústria: espaço, instrumentos de trabalho, bens duráveis, bens não duráveis, forma de aquisição desses bens, administração financeira
6. Divisão de trabalho, responsabilidade de cada participante na agroindústria,
7. Quem toma as principais decisões para o andamento da agroindústria?
8. Relações pessoais: parcerias estratégicas, conflitos internos
9. Assuntos nas conversas informais entre elas.
10. Dificuldades relatadas durante o trabalho
11. Críticas das participantes ao modo de funcionamento da agroindústria
12. Relações de poder e hierarquia entre as participantes: principais conflitos

APENDICE B- Roteiro de entrevista para as lideranças

1. Qual a história do acampamento e qual a história das mulheres no acampamento, como elas participam dessa história?
2. Existia alguma outra forma de organização das mulheres desse acampamento antes da criação da agroindústria?
3. Como iniciou o processo de formação da agroindústria? Foram necessárias transformações em sua forma de organização?
4. Como está distribuído o trabalho entre as mulheres do grupo? Quem é responsável pelas atividades necessárias ao funcionamento da agroindústria? Como essa divisão do trabalho foi se dando?
5. Todas as mulheres que participam do grupo têm a agroecologia como modo de produção em seus lotes?
6. Na sua opinião, mudou a forma de participação das mulheres dentro da agroindústria e dentro da comunidade ao longo do tempo?
7. Como você vê a contribuição dessas mulheres para o desenvolvimento da comunidade?
8. Como você percebe as mudanças para a vida das mulheres que participam do grupo da agroindústria? Tem diferença para as mulheres que não participam do grupo da agroindústria?

APÊNDICE C - Formulário de entrevista familiar (questionário de análise de UPA – com ênfase às relações sociais de trabalho)

1. Núcleo familiar – composição da família, idade, grau de escolaridade, ocupações, tempo dedicado à propriedade, filiação a entidades de representação, organização da produção
2. Unidade de produção – posse da terra, tamanho da área, utilização da terra, principais atividades geradoras de renda, utilização de insumos, crédito agrícola, práticas de manejo, utilização doméstica da produção, produção utilizada para venda, formas de comercialização, papel desempenhado pelos membros da família na produção

(observar espaços de domínio)

3. Quais as duas principais ocupações desenvolvidas por cada membro da família?

(lavoura, criação, casa, estudo, assalariado rural, assalariado urbano)

4. Quem faz o que? Quem ajuda quem? Quem controla ou planeja o que? Quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária dos produtos, na comercialização, nos cursos?

Parte individual da entrevista – mesmas perguntas para esposa e companheiro

1. Como percebe seu papel dentro da unidade familiar? O que faz no seu cotidiano(dividir o dia em tempo destinados às atividades, a fim de se poder mensurar esses dados)?
2. Nas atividades geradoras de renda:(quem faz, quem ajuda, quem decide nas atividades cotidianas; se elas trabalham como é a contribuição de cada membro nas despesas .

APÊNDICE D -Roteiro de entrevista para mulheres do-grupo produtivo do campamento
Recanto da Natureza

Identificação: Nome, idade (jovem, idosa, adulta?) Estado civil, Filhos?

1. Quais são as principais atribuições enquanto mãe e esposa? E o pai como participa da criação do filho e das atividades domésticas? (essa pergunta só será feita se a agricultora estiver casada e tiver filhos)
2. Quais são suas principais responsabilidades enquanto agricultora em seu lote? E do marido (caso seja casada)?
3. Participa desde quando do grupo -----? (linha do tempo no grupo)
4. Já tinha participado de algum grupo comunitário antes?
5. Como iniciou essa participação? (pioneira, convidada, identificação, necessidade financeira?)
6. Já conhecia a agroecologia antes de participar ou conheceu com o grupo? (já havia práticas agroecológicas na propriedade ou iniciou depois?)
7. Por que se interessou em participar desse grupo de mulheres?
8. Que dificuldades você encontra para participar de um grupo produtivo?
9. O que modificou em sua vida desde que começou a participar do grupo? (relacionamento com a família, com a comunidade, com a produção, com a propriedade, com o meio ambiente)
10. O que modificou em seu trabalho desde que começou a participar do grupo? (atividades desempenhadas na propriedade, negociação com a família, atividades fora da propriedade)
11. Estar organizada em grupo de agroecologia melhorou de que forma suas atividades diárias? E o que dificultou? (facilidades e dificuldades da organização produtiva - agroecologia)
12. O que te faz continuar participando do grupo? (motivações)
13. Na sua opinião, como o grupo ---- contribui para o desenvolvimento da comunidade como um todo?

ANEXO E – Roteiro de entrevista com coordenador do grupo

1. Até onde você iria pela conquista da terra, por este local ? E como você ve participação do coletivo nesta construção, nesta busca de ideal?
2. Hoje há possibilidade da terra ser conquistada como coletivo funciona?
3. Como você construiria um fluxograma da organização dentro do recanto e como o grupo de mulheres se encaixa nesta?
4. Como você percebe que a organização do recanto tem contribuído para a organização das mulheres?
5. Como se organizam as famílias e a partilha dos lotes e entre os lotes.
6. Processo como nasce a opção da agroecologia? De quem foi a idéia?
7. Que problemas enfrenta em termos organização?
8. Como vocês dialogam com as famílias que não são da produção organica?
9. Como voces envolvem as mulheres nos mutiroes e construções do coletivo? elas participam como coletivo, elas participam junto? como é este introsamento?
10. Como a organização delas ajuda na construção do recanto da natureza.

APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “**Gênero e agroecologia**”: estudo de caso de uma organização produtiva de mulheres camponesas em laranjeiras do sul paraná. Desenvolvida por Flávia Regina Fernandes Silva, discente do mestrado em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), do campus de Laranjeiras do Sul, sob orientação da Professora Dra. Josimeire Aparecida Leandrini.

O objetivo central do estudo é compreender como a mulher camponesa percebe a sua contribuição no contexto da agricultura de base agroecológica, assim como isso se reflete na sua relação com a família e a comunidade.

O convite a sua participação se deve à sua relação com a agricultura de base agroecológica, assim como sua contribuição na agroindústria do Acampamento Recanto da Natureza que visa contribuir com o desenvolvimento da comunidade. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, a não ser que você deseje a identificação. Todo o material utilizado na pesquisa será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Ao participar desta pesquisa a sra. permitirá que a pesquisadora faça observação da sua atuação dentro do grupo da agroindústria do Acampamento Recanto da Natureza, assim como poderá ser questionada pela pesquisadora a respeito da rotina de participação na mesma. Há ainda a possibilidade de ser sorteada para fazer parte do grupo amostral que será submetido às entrevistas tanto individual, quanto com o cônjuge –se houver. Nesta etapa da pesquisa, a sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto, uma parte sozinha e outra acompanhada do cônjuge. A entrevista somente será gravada se houver autorização dos entrevistados. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e meia. Ela será transcrita e armazenada, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo

material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 196/96 e orientações do CEP.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes que devem acrescentar elementos na discussão das relações de gênero e na contribuição das mulheres no desenvolvimento das unidades produtivas que tem a agroecologia como estratégia de produção, assim como para o desenvolvimento da comunidade.

Os riscos dessa pesquisa são o de constrangimento durante uma entrevista ou uma observação ou ainda trazer a tona possíveis conflitos oriundos das disputas internas de poder que sempre acontecem dentro dos grupos familiares ou dos grupos de trabalho, mas que permanecem inconscientes, na maioria das vezes. Em caso de alguma indisposição nesse sentido, você deverá informar imediatamente a pesquisadora do projeto a fim de que ela tome as devidas providências para minimizá-los ou até mesmo interromper o processo caso seja necessário.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, artigos científicos e na dissertação.

Caso tenha dúvidas sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e caso se considera prejudicada em sua dignidade e autonomia, você poderá entrar em contato com:

- a pesquisadora Flávia Regina Fernandes Silva, pelos telefones (42) 3635-1699/ 9940-8456, no endereço Av. Santos Dumont, 1320 em Laranjeiras do Sul/PR

- o comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, pelo telefone (49) 2049-3745, na avenida General Osório, 413-D, Edifício Mantelli, 3º andar, CEP 89802-210. Caixa Postal 181, Bairro jardim Itália, Chapecó – SC. Email: CEP.uffs@uffs.edu.br

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, solicitamos sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias sendo que uma ficará com você e a outra com a pesquisadora.

Laranjeiras do Sul ___/___/2015

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Flávia Regina Fernandes Silva
(pesquisadora)

APÊNDICE G - Termo de consentimento para uso de imagem e voz

Eu, _____ permito que a pesquisadora Flávia Regina Fernandes Silva obtenha fotografia, ou gravação de voz de minha pessoa para fins da pesquisa científica intitulada “**Gênero e agroecologia:** estudo de caso de uma organização produtiva de mulheres camponesas em laranjeiras do sul Paraná.”

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

A gravação será transcrita e armazenada, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 196/96 e orientações do CEP.

Assinatura do Participante da Pesquisa:

Flávia Regina Fernandes Silva (Pesquisadora)

Laranjeiras do Sul, ___/___/_____